

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

ANAPAULA RASERA

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE VIOLÊNCIA: (IN)SEGURANÇA,
MEDO E VULNERABILIDADES. Estigmas de Alvorada, RS.**

São Leopoldo

2008

ANAPAULA RASERA

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE VIOLÊNCIA: (IN)SEGURANÇA,
MEDO E VULNERABILIDADES. Estigmas de Alvorada, RS.**

Dissertação de Mestrado
apresentada ao Programa de Pós
Graduação em Ciências Sociais
Aplicadas da UNISINOS como
requisito parcial para obtenção do
título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientador: Professor Doutor José Rogério Lopes

São Leopoldo

2008

FICHA CATALOGRÁFICA

R224r Raserá, Anapaula
Representações sociais de violência: (in)segurança, medo e vulnerabilidades; Estigmas de Alvorada,RS. / Anapaula Raserá.
– São Leopoldo, UNISINOS, 2008.
120f.

Orientador: Prof. Dr. José Rogério Lopes.
Dissertação (Mestrado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos.
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas. São Leopoldo, BR-RS, 2008.

1. Ciências sociais. 2. Sociologia urbana. 3. Violência – Brasil – Alvorada(RS). 4. Violência urbana. 5. Insegurança – Medo. 6. Vulnerabilidade. 7. Territoriabilidade. 8. Risco social. 9. Criminalidade.
I. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas. II. Raserá, Anapaula. III. Título.

CDU 303.6

Anapaula Rasera

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE VIOLÊNCIA: (IN)SEGURANÇA,
MEDO E VULNERABILIDADES. Estigmas de Alvorada RS.**

Dissertação de Mestrado
apresentada ao Programa de Pós
Graduação em Ciências Sociais
Aplicadas da UNISINOS como
requisito parcial para obtenção do
título de Mestre em Ciências Sociais

Aprovado em março de 2008.

Banca Examinadora

Prof. Dr. José Rogério Lopes – UNISINOS (orientador)

Prof. Dr. José Luiz Bica de Mélo (UNISINOS)

Prof. Dr. Carlos Alberto Máximo Pimenta (Unitau-SP)

*Dedico este estudo:
Aos meus pais*

Paulo e

Lídia.

AGRADECIMENTOS

*Meus sinceros agradecimentos a todos
que dialogaram sobre o assunto durante
muitas noites...*

*Primeiramente ao meu orientador Prof.
Dr. Rogério, pelo apoio, paciência e
infindável conhecimento;*

... a Capes pela oportunidade da bolsa;

*... a todos os professores do PPG da
UNISINOS*

*... a Maris que sempre esteve a
disposição quando eu precisei;*

... ao meu melhor amigo Andrei Valério;

*... a todas as pessoas que trabalham no
núcleo Conhecer em Alvorada porque
elas realmente ACREDITAM em
mundo melhor!!*

"Quem não é senhor do próprio pensamento, não é senhor das próprias ações."

Victor Hugo

RESUMO

Através deste estudo, pretendo contextualizar a questão da violência na cidade de Alvorada, Rio Grande do Sul a partir da perspectiva de risco social, vulnerabilidade e territorialidade. Utilizei autores como Robert Castel, para a questão da insegurança social e Michel Wieviorka, para uma fenomenologia da violência. Para complementar este trabalho, realizei pesquisa qualitativa com entrevistas semi-estruturadas devido às possibilidades que estas oferecem para compreensão do assunto.

O público direcionado foram idosos e jovens que participam de programas governamentais dirigidos a pessoas vulneráveis à violência. Através das entrevistas recolhemos informações concernentes ao estudo, e consegui que os entrevistados transcendessem às questões colocadas e levantassem novos questionamentos ao roteiro inicial. Assim, mesmo que tivéssemos um roteiro de questões que orientasse as entrevistas, a técnica utilizada possibilitou a ampliação da participação de entrevistador e entrevistado na abordagem das questões propostas.

Palavras-chave:

Violência – insegurança – vulnerabilidade – territorialidade – risco social

ABSTRACT

Through this study, I wish to contextualize the issue of violence in the city of Alvorada, Rio Grande do Sul from the perspective of social risk, vulnerability and territoriality. Used authors as Robert Castel, to the issue of social insecurity and Michel Wieviorka, to phenomenology of violence. To complement this work, performed qualitative research interviews semi-structured due to the possibilities it offers to understanding the subject.

The public were directed elderly and young people who participate in government programs aimed at vulnerable to violence. Through interviews collect information concerning the study, and achieve that interviewed through questions and raised new questions from the original script. Therefore, even if we had a roadmap of issues geared interviews, a technique used enabled the expansion of the participation interviewer and interviewee in addressing the issues.

Keywords:

Violence - insecurity - vulnerability - territoriality - social risk

LISTA DE FIGURAS

QUADRO 1 - População total 1997 – 2003.....	22
MAPA 1 - Localização de Alvorada no Mapa do RS.....	23
MAPA 2 - Indicação dos Municípios do Corede do Delta do Jacuí	24
QUADRO 2 - Índice de desenvolvimento socioeconômico.....	27
QUADRO 3 - Taxas de homicídios 11 maiores municípios em n° de hab. do RS 1997-2004	29
QUADRO 4 - Os 11 maiores municípios em população e seus IDH, taxas de homicídio, roubo e furto – 2000.....	30

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	12
1.1 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS.....	13
1.2 VULNERABILIDADE SOCIAL.....	14
1.3 METODOLOGIA DE PESQUISA.....	16
2. ALVORADA.....	21
2.1 CARACTERÍSTICAS HISTÓRICAS DO MUNICÍPIO.....	21
2.2 A VIOLÊNCIA NO MUNICÍPIO.....	28
2.3 PERFIL DO UNIVERSO EMPÍRICO SELECIONADO.....	31
3. MARCO TEÓRICO DA VIOLÊNCIA.....	36
3.1 VIOLÊNCIA: UMA CLASSE DE RELAÇÃO.....	36
3.2. VIOLÊNCIA E VULNERABILIDADE SOCIAL.....	38
3.3. VIOLÊNCIA POLICIAL.....	40
3.4. VIOLÊNCIA E PODER.....	42
4. (IN)SEGURANÇA E LIBERDADE: DIREITOS EM FALTA.....	50
4.1. SEGURANÇA E INSEGURANÇA NA SOCIEDADE MODERNA.....	50
4.2 SEGURANÇA E DEMOCRACIA.....	54
4.3. COMUNIDADE, SEGURANÇA E LIBERDADE.....	56
4.4. CONCEITO DE LIBERDADE.....	59
4.5. ÁGORA: ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO.....	66
4.6. ESFERA PÚBLICA.....	69
5. INSEGURANÇA E MEDO.....	72
5.1. APATIA POLÍTICA E SOFRIMENTO.....	73
5.2. CONCEITO DE INSEGURANÇA.....	74
5.3. LIBERDADE E INSEGURANÇA.....	80
5.4. INSEGURANÇA E AMBIGÜIDADE NA ESCOLHA INDIVIDUAL OU COLETIVA.....	82
6. REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE VIOLÊNCIA DE ALVORADA.....	85
6.1. DESTERRITORIALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA.....	86
6.2. VIOLÊNCIA NO TERRITÓRIO DOS OUTROS.....	88
6.3 ASSASSINATO.....	96
6.4. SITUAÇÕES DE RISCO.....	100
6.5. A VIOLÊNCIA POLICIAL.....	106
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	112

REFERÊNCIAS.....	115
APENDICE – Roteiro de entrevistas.....	120

1. INTRODUÇÃO

Na sociedade atual, a violência é um assunto corriqueiro em conversas entre pessoas de diversas categorias sociais. Em todas as camadas sociais e desde diversas posições sociais, as pessoas manifestam-se cientes da problemática e expressam sua preocupação. Tal como indicam as pesquisas de opinião pública, o sentimento de medo e insegurança se alastra progressivamente entre a população. Contudo, essa familiaridade com o fenômeno, para a ciência, representa um obstáculo epistemológico, porque produz concepções fictícias, visões do senso comum, com interpretações artificiais, distantes de interpretações científicas.

Já desde uma perspectiva analítica, as possibilidades de interpretação da violência são inúmeras. Ela pode ser abordada de um ponto de vista etiológico ou etimológico, de uma abordagem micro ou macrosociológica, baseada em ferramentas antropológicas, sociológicas e filosóficas, e assim por diante.

No entanto, em termos gerais, as concepções de violência variam conforme os contextos históricos, sociais e culturais em que se situa o problema e a perspectiva de análise adotada. Como enfatiza Michaud (1982, p. 98), “estudos microssociológicos da violência evidenciam que a realidade cotidiana da violência difere das representações que fazemos dela e dos discursos ideológicos ou míticos que sustentamos sobre ela”.

Conforme o postulado anterior, para abordar a violência, nesta Dissertação, apoiamo-nos no pressuposto de que não podemos analisá-la em abstrato, senão a partir de uma realidade específica. E a realidade escolhida como objeto de análise é a fenomenologia da violência e os sentimentos derivados - insegurança e medo - numa localidade estigmatizada de violenta; neste caso, o município de Alvorada, localizado na Região Metropolitana de Porto Alegre, a 20 quilômetros de distância do centro da capital do Estado de Rio Grande do Sul.

Para abordar a violência e os sentimentos derivados no universo social selecionado como laboratório de análise, utilizamos dois conceitos teórico-

metodológicos: representações sociais e vulnerabilidade social.

1.1 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

O conceito de representações sociais permite compreender fatos sociais a partir das relações interpessoais e das relações que os sujeitos estabelecem com o mundo social no qual se inserem, da maneira como eles interiorizam experiências sociais e das interpretações que os próprios sujeitos fazem das mesmas, partindo do pressuposto de que as experiências individuais estão imbricadas nas experiências sociais.

Assim, representações sociais constituem um conceito que permite desvendar subjetividades, indagando por idéias às quais o indivíduo dá voz através da fala e das ações. Quer dizer, a relevância do estudo das representações sociais está em que estas aludem a idéias, práticas e atitudes dos atores sociais. Sua análise permite a apreensão de modelos de comportamento que orientam práticas sociais e valores.

Nesse sentido, o exame das representações sociais possibilita uma aproximação à fenomenologia da violência e a questões afins, tomando como base a análise do que as pessoas pensam e como agem em situações de violência, e os sentimentos que lhes produz. Essa postura teórica e metodológica inspira-se no argumento de Bourdieu (2004), segundo o qual, para apreender um fato social, no caso a fenomenologia da violência, é preciso saber o que a pessoa que age pensa a seu respeito.

Nos relatos de acontecimentos violentos e em discursos ligados à violência, feitos durante conversas dirigidas dos atores sociais com a pesquisadora, não procuramos a reconstituição cronológica e espacial dos acontecimentos, mas sua utilização como fonte de dados para o exame das representações e práticas sociais elaboradas em torno desse fato social. Igualmente, os relatos individuais possibilitam a análise das estratégias individuais e coletivas utilizadas para enfrentar a insegurança e o medo. Paralelamente à análise dos discursos sobre violência, abordamos a insegurança e o medo como sentimentos e percepções decorrentes da

experiência de vida em ambientes sociais, como o de Alvorada, condicionados pela violência.

Desse modo, da perspectiva de análise adotada nesta Dissertação, a violência, a insegurança e o medo não designam objetos e práticas empiricamente observáveis, mas representações sociais. Os significados dessas categorias evocam um tipo de relação com a violência. Representam formas de expressão de um mundo social que interferem na prática social dos atores. O interesse em aprofundar o universo social do município de Alvorada, surgiu ao perceber que violência, insegurança e medo são categorias acionadas para nomear e qualificar ações e sentimentos decorrentes do convívio em um ambiente com alto índice de homicídios. Tratam-se de categorias do senso comum que transformamos em categorias sociológicas.

Com o objetivo de analisar a fenomenologia da violência, insegurança e medo no município de Alvorada, examinamos elementos subjetivos, características intrínsecas à pessoa e objetivos externos que aludem ao contexto social e cultural em que estão inscritas. Todos esses elementos apontam para o quadro de vulnerabilidade social que potencializa ações violentas.

1.2 VULNERABILIDADE SOCIAL

Optamos também por utilizar o conceito de vulnerabilidade em nossas reflexões porque ele remete a diversas unidades de análise (indivíduos, domicílios e comunidades) e oferece ferramentas para identificar cenários e contextos onde os acontecimentos ocorrem. Além disso, permite situar múltiplas dimensões de análise reveladas no olhar para as transformações sociais decorrentes do novo perfil do mundo do trabalho ou do não-trabalho, tendo como pano de fundo um universo social determinado pela combinação entre a modernidade, diversidade e insegurança. Em outras palavras, o conceito de vulnerabilidade possibilita compreender diversidade de situações sociais e os sentidos que as diversas situações têm para atores sociais, sejam eles grupos, indivíduos, famílias, domicílios ou comunidades.

Com foco no indivíduo, alguns autores recorrem ao conceito de vulnerabilidade social para desconstruir sentidos únicos e identificar potencialidades nas ações dos sujeitos, quando enfrentam situações socialmente negativas. Por trás desse postulado, está o conceito de vulnerabilidade positiva (CASTRO e ABRAMOVAY, 2002), que denota a aprendizagem adquirida pelo indivíduo das experiências vividas, a tecer resistências e a lidar com riscos e obstáculos de modo criativo. Nesse processo de aprendizagem, ele toma consciência da violência simbólica e daquilo que aparece como arbitrário.

São múltiplos os planos apreendidos com base nesse conceito. A incursão por diversas dimensões sociais que evocam fatos de vulnerabilidade social permitiu refletir acerca da vulnerabilidade dos jovens à violência. Contudo, as análises sobre vulnerabilidades contemporâneas, que frisam a mortalidade entre jovens, em particular, em comunidades pobres e por motivos violentos, indicam que, além da referência aos direitos individuais, é preciso também uma referência às marcas dos grupos e das gerações nas sociedades (*idem*).

Privilegiamos a análise das dimensões que levam, principalmente, à compreensão de estruturas sociais condicionantes às vulnerabilidades, isto é, as que propiciam a construção de ambientes vulneráveis. No corpo deste texto, mostramos como as características estruturais da sociedade contemporânea, marcadas pelo individualismo, não oferecem condições favoráveis à realização de ações coletivas. E, no marco desse panorama social, o indivíduo encontra-se com dificuldades ou está impedido de usufruir os direitos sociais, a liberdade e a segurança. Esse último direito é pensado em termos individuais e sociais: a segurança individual trata do direito à integridade física e ao patrimônio individual, concebida pela agenda política de segurança cidadã. Já a segurança social alude às garantias oferecidas pelo Estado para a reprodução social das pessoas: emprego, saúde, educação.

Além do individualismo, no processo de socialização, e das carências de direitos (segurança e liberdade), outro fator de vulnerabilidade na sociedade moderna e no qual focamos a atenção nesta Dissertação é o descrédito nas instituições de controle social, como a policial, o que leva as pessoas a fazer a

justiça pelas próprias mãos, em alguns casos, ou a se refugiar nas igrejas ou no mundo das “incertezas fabricadas” (BECK, 2006, p. 5). Todos esses fatos mencionados estão estreitamente vinculados à remodelação das relações sociais na sociedade contemporânea, espelhada na difusão de práticas de violência nas relações sociais.

Examinamos, portanto, as vulnerabilidades sociais que afetam os indivíduos na comunidade a partir da análise da violência nas relações, das noções de segurança e insegurança, de medo e liberdade. Reconhecemos, ao longo do empreendimento, a força da subjetividade, do desejo, e a distância entre o vivido e o esperado com relação a direitos humanos. Por causa disso, consideramos a metodologia de pesquisa qualitativa a mais apropriada para abordar a problemática.

1.3 METODOLOGIA DE PESQUISA

A idéia inicial consistiu em um “mapeamento territorial das áreas consideradas vulneráveis e perigosas” (grifo meu). Em minha primeira visita à cidade de Alvorada, todas as minhas concepções teóricas de levantamento de dados se modificaram, pois percebi que toda a cidade se caracteriza como em situação de desigualdade social. A natureza urbanística de Alvorada e a infraestrutura são insuficientes para sua população; é possível perceber isso através do sistema de transporte. Os ônibus para Porto Alegre estão sempre lotados, e há um intervalo muito grande entre um e outro (em horários de pico, a cada quinze minutos, e, fora dos horários de pico, a cada meia hora). Esse contratempo se reflete na “viagem” de Alvorada até o centro de Porto Alegre (20 quilômetros de distância). Em dia sem nenhum imprevisto, a “viagem” dura uma hora.

A opção de pesquisa com grupos de idosos e grupos de jovens surgiu após várias visitas e análises territoriais em Alvorada. O contato inicial foi por meio do posto de saúde, onde expliquei a minha proposta de “mapeamento territorial das áreas consideradas vulneráveis e perigosas” (grifo meu). Foi indicada a conversar com a coordenadora geral do grupo Agente Jovem, que

possui extenso banco de dados sobre violência. Em conversa com a coordenadora, ela me sugeriu que entrevistasse os jovens do grupo Agente Jovem. Todos os participantes se caracterizam por situação de risco e vulnerabilidade (drogadição, risco social; alguns são assistidos por este programa, ao invés de serem enviados ao FASE – Fundação de Atendimento Sócio-Educativo).

Para confrontar as informações dos jovens, foram entrevistados os idosos, que se reúnem no mesmo local dos jovens, buscando-se, assim, uma análise comparativa entre duas gerações. Em minha conversa com a coordenadora do núcleo de idosos, a proposta de trabalho consistiu em prevenção à saúde, mas muitos idosos comparecem ao núcleo para compreender o que pode ser feito para auxiliar em sentimentos como o medo, decorrente de uma realidade social-territorial repleta de violência.

Neste estudo de caso, utilizamos a metodologia de pesquisa qualitativa, devido às possibilidades que ela oferece à compreensão do assunto. Aplicamos entrevistas semi-estruturadas para 15 jovens e 22 idosos que participam de programas governamentais dirigidos a pessoas vulneráveis à violência. Por intermédio das entrevistas, recolhemos informações concernentes ao estudo e conseguimos que os entrevistados transcendessem as questões colocadas e levantassem novos questionamentos ao roteiro inicial. Assim, mesmo que tivéssemos um roteiro de questões que orientasse as entrevistas, a técnica utilizada possibilitou a ampliação da participação de entrevistador e entrevistado na abordagem das questões propostas.

Após o agendamento e a autorização de ambas as coordenadoras, iniciei a pesquisa durante os encontros com jovens e idosos que se realizam na sede do Núcleo Conhecer, da Secretaria de Assistência Social da prefeitura de Alvorada, sempre em horários ou no trabalho em que eles tinham disponibilidade para conversar. A utilização do gravador permitiu que a conversa fluísse livremente. Esse procedimento facilitou a coleta de informações para posterior análise.

No entanto, as informações que serviram de base para análise não foram obtidas unicamente das entrevistas. Apoiamo-nos em observações territoriais e sociais, na pesquisa bibliográfica; sobre o município, em termos

gerais e em relação à fenomenologia da violência; e na análise da bibliografia que aborda temas relativos à violência e às vulnerabilidades sociais.

Após a realização das entrevistas, da pesquisa bibliográfica e das observações em campo, transcrevemos as entrevistas. Da leitura das entrevistas, identificamos indicadores para análise sobre os quais estabelecemos princípios de correspondências, que possibilitaram, por sua vez, estabelecer relações entre diversas questões enunciadas pelos sujeitos. Das interpretações de tais indicadores - suas correspondências e relações - elaboramos o texto aqui apresentado.

Desse modo, a transcrição das entrevistas aparecerá no texto desta Dissertação, onde incidiu a necessidade de exteriorizar as representações dos sujeitos. Todavia, queremos ressaltar que essas mesmas representações compõem o horizonte da análise aqui efetuada.

Para desenvolver essas questões, apresentamos, na primeira parte da Dissertação, um panorama social do universo pesquisado, o panorama da violência registrada nele e o marco teórico no qual nos apoiamos. Assim, no capítulo 1, esboçamos um mapa geral da violência em Alvorada, com base em dados oficiais, as peculiaridades históricas do município e o perfil do universo empírico onde centramos a pesquisa. No segundo capítulo, discernimos acerca de algumas teorias de violência desenvolvidas por autores que exerceram, e ainda exercem, grande influência nas discussões sobre o tema. E, a partir delas, refletimos sobre seu legado para as teorias contemporâneas. Assinalamos, especificamente, em que medida essas teorias podem, ou não, servir de instrumental teórico na abordagem proposta por nós nesta Dissertação.

No terceiro capítulo, intitulado “Segurança e Liberdade”, tratamos da segurança, como direito do cidadão, e da liberdade, como direito humano, visto que ambos os direitos estão mutuamente relacionados e que as possibilidades de realização determinam a maneira de as pessoas reagirem com violência ou diante da violência. Em outras palavras, a precariedade das condições necessárias para adquirir esses direitos torna o ambiente social mais vulnerável a práticas de violência. Tratamos, nesta parte, da segurança na sociedade moderna: quais são as condições em que esta se dá; qual é a

participação do Estado e dos indivíduos na busca por esse direito; quais são os fatos que impedem sua efetividade; qual é a influência da democracia no direito à segurança; como se dá a segurança no contexto da Comunidade e como ela se contrapõe ao direito da liberdade. Discorremos sobre diversos conceitos de liberdade, distinguindo aqueles que seguem um viés psicológico e os que têm um viés sociológico, as dimensões de liberdade, individual e social. No final, abordamos a relação entre esfera pública e a esfera privada no âmbito da sociedade moderna, recorrendo ao conceito de *ágora*, de Bauman (1999). Assinalamos em que medida a segurança é afetada pelos interesses contraditórios entre o público e o privado, ou melhor, pela separação entre a esfera pública e a esfera privada na vida das pessoas em sociedade.

No quarto capítulo, “Insegurança e Medo”, abordam: (a) a dimensão psicológica e a dimensão exterior do conceito de insegurança; (b) as categorias “objetividade da insegurança” e a “subjetividade da insegurança”, desenvolvidas por Wieviorka (2006); (c) as ambivalências com as quais se depara o indivíduo em sociedade entre o público e o privado, o individual e o coletivo; (d) a noção de medo na abordagem clássica, de Sartre (1987; 1999) e, na contemporânea, de Bauman (1999); (e) a explosão de sentimentos de medo e insegurança gerados em situações reais, ou imaginadas, de violência, em ambientes de alta vulnerabilidade social, como Alvorada.

No último capítulo, “Representações sociais de violência em Alvorada”, interpretamos as informações coletadas nas entrevistas semi-estruturadas e na permanência em campo, com base nos dados teóricos dos quais dispomos, buscando perceber diferenças entre gerações nas representações de violência e em sentimentos e atitudes diante do fenômeno.

Cabe ressaltar ainda que a discussão das teorias interpretativas da violência e de fenômenos como liberdade e segurança contribui para a apreensão de elementos de vulnerabilidade social, produtores de sentimentos de insegurança e medo. Por meio da discussão conceitual, não buscamos uma filiação teórica, mas a produção de um trabalho acadêmico fundamentado em princípios da teoria do conhecimento sociológico. Seguindo a orientação de Bourdieu (2004) no que tange à vigilância epistemológica, nos capítulos teóricos, interrogamos sobre a validade dos conceitos e não os aplicamos

automaticamente. Como o mesmo autor aponta, a obediência incondicional a um conjunto de regras básicas tende a produzir um efeito de fechamento, “fazendo desaparecer o que Freud chama de elasticidade das definições” (BOURDIEU, 2004, p.18) que a formalização lógica como meio de colocar à prova a lógica num ato de pesquisa e a coerência de seus resultados constitua um dos instrumentos mais eficazes do controle epistemológico.

Em suma, queremos deixar o registro de que, por meio do trabalho sociológico apresentado nesta Dissertação, esperamos ter apontado problemáticas e sem ambicionarmos uma missão profética de dizer tudo e de forma ordenada.

2. ALVORADA

2.1. CARACTERÍSTICAS HISTÓRICAS DO MUNICÍPIO

A cidade de Alvorada faz parte dos Corede do Delta do Jacuí, juntamente com os municípios de Cachoeirinha, Eldorado do Sul, Glorinha, Gravataí, Guaíba, Porto Alegre, Santo Antônio da Patrulha, Triunfo e Viamão.

O Rio Grande do Sul, ao lado de somente outros dois estados brasileiros – Santa Catarina e Ceará - conta com uma divisão de planejamento regional comparável aos modelos dos países mais avançados do mundo. Essas unidades de planejamento regionais, chamadas de Corede – Conselho Regional de Desenvolvimento – têm por objetivo promover a cooperação entre os atores sociais, econômicos e políticos das regiões, facilitando a formação de coalizões que defendam os interesses regionais, de acordo com a citação a seguir:

como estado

[...] criaria um espaço local, não tanto como sede física, mas como instância política, onde entidades representativas da sociedade e poderes municipais pudessem se encontrar para pensar a região um todo. Seria uma instância intermediária entre os municípios, o e a união (GUARESCHI, p. 32, 2004).

Esses conselhos, criados posteriormente em todo o estado, surgiram devido “[...] à escassez de iniciativas de participação da sociedade, onde geralmente as decisões eram tomadas de cima para baixo, sem consulta à sociedade. Seria um desafio da comunidade encontrar saída para seus próprios problemas” (*idem p. 33*).

QUADRO 1

População total - 1997 - 2003

Corede Metropolitano Delta do Jacuí	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Alvorada	171672	175982	180059	183968	189955	196362	203089
Cachoeirinha	101397	103558	105604	107564	109810	112214	114738
Eldorado do Sul	24796	25662	26482	27268	28591	30006	31492
Glorinha	5143	5333	5512	5684	5818	5961	6112
Gravataí	217734	222955	227894	232629	238026	243802	249865
Guaíba	89639	91275	92823	94307	95376	96521	97723
Porto Alegre	1320431	1334521	1347835	1360590	1370289	1380649	1391546
Triunfo	20694	21210	21698	22166	22573	23008	23465
Viamão	210217	216250	221958	227429	234057	241151	248598

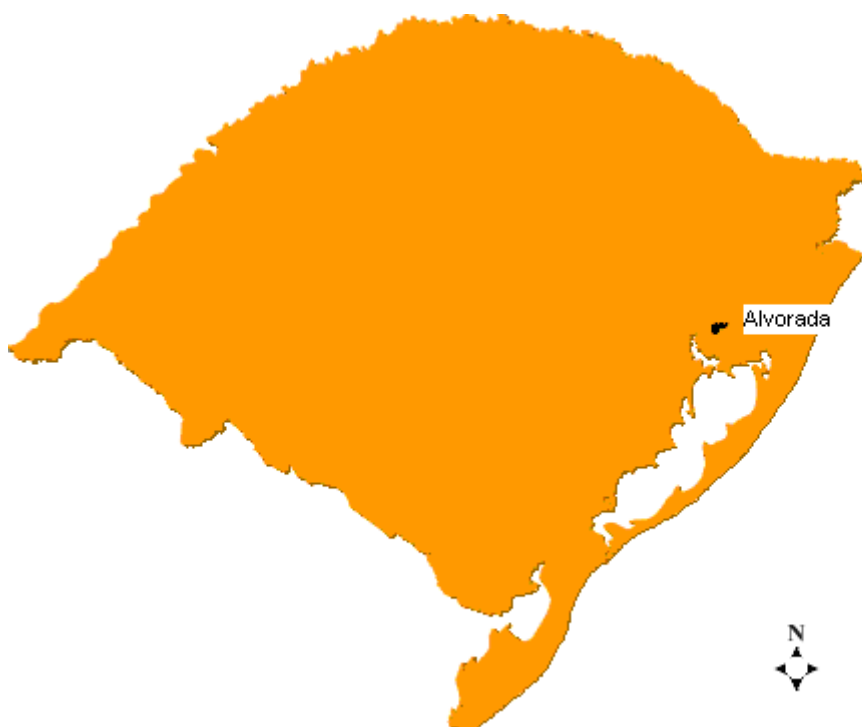
Fonte:

IBGE

FEE/Núcleo de Indicadores Sociais

Convém ressaltar que Alvorada é uma área conurbada com Porto Alegre, localizada a 20 quilômetros do centro da capital. Alvorada possui 71 quilômetros de extensão territorial e fica a leste da capital, na margem esquerda do rio Gravataí, na depressão Central do Estado. Em seus limites geográficos, estão as seguintes cidades: ao norte: Cachoeirinha e Gravataí; ao sul: Viamão e Porto Alegre; a leste: Gravataí e Viamão; a oeste: Porto Alegre. A seguir, encontra-se a localização espacial de Alvorada no mapa do Rio Grande do Sul e seus principais dados estatísticos:

MAPA 1 – Localização de Alvorada no Mapa do RS

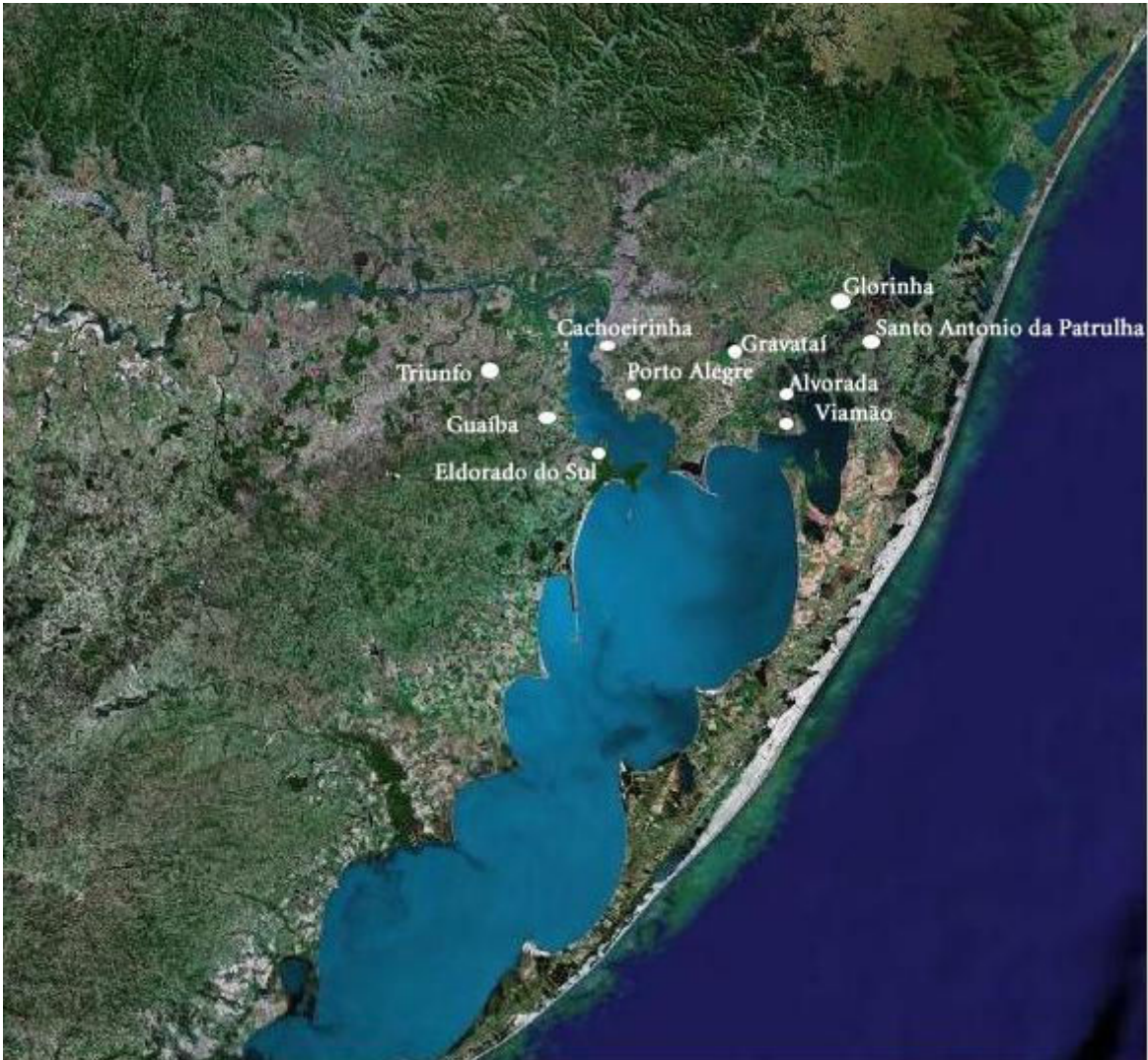


População Total (2007): 207.142 habitantes
Área (2007): 70,8 km²
Densidade Demográfica em 2007: 2.925,4 hab/km²
Taxa de analfabetismo (2000): 5,99 %
Expectativa de Vida ao nascer em 2000: 69,99 anos
Coeficiente de Mortalidade Infantil (2006): 9,28 por mil nascidos vivos
PIBpm(2005): R\$ mil 783.518
PIB per capita (2005): R\$ 3.727
Exportações Totais (2007): U\$ FOB 4.515.387
Data de criação: 17/9/1965 (Lei n.º 5026)
Município de origem: Viamão

Fonte: FEE (Fundação de Economia e Estatística)

http://www.fee.tcche.br/sitefee/pt/content/estatisticas/pg_populacao_tabela_03.php?ano=2007&letra=A&nome=Alvorada

MAPA 2 INDICAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO COREDE DO DELTA DO JACUÍ



Fonte: Foto Satélite (Disponível em <http://www.googleearth.com>)

Antes de mapear os quadros da violência nesse município, vamos apresentar, ainda que brevemente, algumas das peculiaridades históricas e sociais que servem de marco para refletir a respeito da violência, levando em consideração que, conforme o argumento de Garland (2005), problemas surgidos em torno do delito e da insegurança e as atitudes em relação ao Estado resultam de respostas adaptativas às mudanças sociais e econômicas ocorridas no final do século XX. Determinantes econômicos e sociais incidem sobre os agentes de justiça de um modo indireto, através da mudança de regras de pensamento e de ação. A cultura expressa valores, racionalidades, discursos e interesses políticos que dão suporte às estruturas da justiça criminal e à criação de uma cultura de controle do delito, cultura esta construída em resposta às manifestações criminosas da população.

Dessa forma, reconhecendo a estreita relação entre as condições

econômicas, sociais e culturais e a violência, apresentamos as evidências históricas do município de Alvorada.

O município, antes de se emancipar, pertencia ao 3.º Distrito de Viamão, espaço de formação africana e afro-brasileira (OLIVEIRA, 2006, p. 82). Chamado de Passo do Feijó, emancipou-se no dia 17 de setembro de 1965, conforme a lei estadual n.º 5026. Acredita-se que o nome Alvorada seja uma referência ao seu povo, constituído, em sua maioria, por trabalhadores que acordavam nas primeiras horas da manhã para trabalhar na capital do Rio Grande do Sul (Porto Alegre).

Entre as primeiras sesmarias concedidas do Sul, estão as de Cristóvão Pereira de Abreu, concedida em 23 de junho de 1775. Mais tarde, essa mesma sesmaria foi entregue a João Batista Feijó, em 5 de maio de 1776, conforme dados do IBGE. Seria este o marco inicial da origem do povoamento da cidade de Alvorada.

O povoamento se dá pelas famílias vindas de Laguna que se estabeleceram em Viamão. Com o passar do tempo, após o conhecimento da região, começaram também a ocupar áreas vizinhas. A maior parte da população se dedicava à produção de leite e hortifrutigranjeiros, que não eram muito variados. Serviam ao comércio, a uma economia de subsistência e alimentação dos animais. Os principais produtos cultivados foram: melão, melancia, aipim, mandioca e batata-doce. O meio utilizado como transporte das mercadorias eram as carretas. As carretas já circulavam pelo Estado no tempo dos padres jesuítas. Em 1737, o Brigadeiro José da Silva Paes trouxe ferreiros, carpinteiros e madeira para fabricar carretas. Era o único veículo que poderia atravessar as campinas da fronteira do planalto. Oriundos da beira da Lagoa dos Barros e de outras localidades, vinham com carroções de quatro rodas, puxados por pares de cavalos, trazendo melado, rapadura e carvão.

Com o crescimento demográfico e a influência de carreteiros na região, surgiram as primeiras casas de comércio. Eram armazéns estabelecidos ao longo da estrada. Constituíam-se de prédios de madeira com chão batido. Nesses locais, vendia-se fumo, aguardente, arroz e miudezas, transformando-se em pontos de parada obrigatória para os carreteiros. Dentre essas casas, as mais importantes foram o armazém do Sr. Aníbal e os armazéns dos Srs.

Lothario e Frederico Dihl. As embarcações vinham de vários lugares pelo rio Gravataí. Muitas paravam no Passo das Canoas, devido à dificuldade de acesso por via fluvial a Porto Alegre e redondezas, surgindo então a necessidade de uma estrada que facilitasse um deslocamento mais eficaz. Com a construção da estrada que liga Gravataí a Cachoeirinha e Porto Alegre, o Passo das Canoas foi desativado.

O início da educação deu-se através da contratação de professores, feita por famílias com maior poder aquisitivo. Eram contratados professores de Gravataí e Porto Alegre. A professora vinha dar aula para os filhos dos proprietários das fazendas. Ela fixava residência na fazenda que a contratava. Alguns desses proprietários proporcionavam o ensino não só aos seus filhos, mas também às crianças das redondezas.

Com a preferência ao ensino público oficial, em 1886, na Vila de Viamão, havia seis salas de aula públicas. Uma delas localizava-se no Passo da Figueira. Mais tarde, aproximadamente entre 1908 e 1910, tem-se conhecimento da escola de Augusta Agripina dos Santos, natural de Porto Alegre e professora estadual. Essa escola estava aberta à comunidade, servindo a alunos de várias localidades, tais como Passo da Figueira, Passo do Feijó e adjacências.

Em 1911, essa escola atendia a trinta e seis alunos e localizava-se próxima a uma figueira, na atual Avenida Frederico Dihl. Os loteamentos iniciaram por volta de 1940, tendo como uma de suas principais causas o crescimento populacional das cidades vizinhas. Um dos primeiros loteamentos feitos no Passo do Feijó foi o da Vila Passo do Feijó. O loteamento foi aberto por um russo, que dividiu as terras em pequenos terrenos. Surgiram os loteamentos da Vila São Pedro e, sucessivamente, outros.

Junto com os afro-brasileiros, a população de Alvorada se compõe de migrantes portugueses, especialmente açorianos, alemães e italianos, nativos ou descendentes. Um outro grupo populacional presente no município é formado por descendentes de japoneses, que migraram na década de 1970 e instalaram-se como pioneiros na floricultura. De modo geral, Alvorada é povoada por migrantes de diversos municípios do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina.

Esse processo migratório, potencializado na década de 1950, transformou Alvorada numa das cidades mais populosas do estado de Rio Grande do Sul. O município tem cerca de 200.000 habitantes. Conta com uma rede de serviços públicos insuficiente para o atendimento das infinitas demandas geradas por uma história de exclusão e miséria.

QUADRO 2
Índice de desenvolvimento socioeconômico (IDESE), por blocos da educação, renda, saneamento e domicílios, saúde e total

	2000					2001				
	Educação	Renda	Saneamento e Domicílios	Saúde	IDESE	Educação	Renda	Saneamento e Domicílios	Saúde	IDESE
Alvorada	0,811	0,524	0,656	0,826	0,704	0,813	0,550	0,657	0,820	0,710
Cachoeirinha	0,850	0,796	0,660	0,848	0,788	0,853	0,804	0,661	0,846	0,791
Eldorado do Sul	0,807	0,723	0,434	0,886	0,713	0,811	0,712	0,433	0,854	0,703
Glorinha	0,807	0,560	0,180	0,857	0,601	0,806	0,558	0,180	0,854	0,600
Gravataí	0,851	0,650	0,552	0,851	0,726	0,851	0,659	0,552	0,856	0,730
Guaíba	0,851	0,629	0,533	0,842	0,714	0,855	0,614	0,534	0,837	0,710
Porto Alegre	0,851	0,828	0,742	0,840	0,815	0,855	0,814	0,743	0,838	0,812
Triunfo	0,825	0,756	0,350	0,893	0,706	0,832	0,749	0,351	0,874	0,701
Viamão	0,822	0,557	0,594	0,858	0,708	0,823	0,562	0,595	0,855	0,709

	2002					2003				
	Educação	Renda	Saneamento e Domicílios	Saúde	IDESE	Educação	Renda	Saneamento e Domicílios	Saúde	IDESE
Alvorada	0,817	0,555	0,656	0,812	0,710	0,821	0,513	0,656	0,816	0,701
Cachoeirinha	0,858	0,814	0,661	0,847	0,795	0,858	0,831	0,662	0,840	0,798
Eldorado do Sul	0,814	0,765	0,432	0,831	0,711	0,817	0,783	0,430	0,851	0,720
Glorinha	0,808	0,583	0,181	0,851	0,606	0,818	0,563	0,181	0,848	0,603
Gravataí	0,852	0,662	0,553	0,859	0,731	0,860	0,657	0,553	0,850	0,730
Guaíba	0,861	0,618	0,535	0,847	0,715	0,871	0,625	0,536	0,844	0,719
Porto Alegre	0,860	0,812	0,744	0,835	0,813	0,866	0,809	0,746	0,833	0,813
Triunfo	0,840	0,774	0,352	0,885	0,713	0,849	0,790	0,352	0,895	0,722
Viamão	0,828	0,586	0,594	0,855	0,716	0,828	0,591	0,594	0,846	0,715

Fonte: FEE/Centro de Informações Estatísticas

Ao olharmos para Alvorada à luz do “princípio do debate político democrático” (MICHAUD, 1982, p. 89), percebemos que grande parte da população desse município engrossa o setor social da Região Metropolitana de Porto Alegre, excluído de benefícios, tais como serviços básicos e de poderes decisórios no âmbito do governo. Diante dessa situação, muitos dos excluídos manifestam-se com violência.

No caso de Alvorada, não se trata de um confronto organizado e direto

entre os excluídos e representantes do governo ou entre excluídos e classes sociais favorecidas, como acontece no quadro de violência política referido por Michaud (1982), mas de uma produção de violência como estratégia social desenvolvida, não só para enfrentar as adversidades provocadas pela precariedade na qualidade de vida, senão também como forma de resolução de conflitos sociais, resultantes das tensões sociais. Nesse contexto social, a violência acaba se incorporando como forma de socialização.

Com base em Martins (1994; 1997), argumentamos que as desigualdades sociais, em Alvorada, não são vivenciadas em termos de relações entre classes sociais diferentes, favorecidas e desfavorecidas. São desigualdades expressas na conformação de mundos opostos: o mundo dos integrados à estrutura econômica e social e o mundo no qual as pessoas são obrigadas a desenvolver atividades econômicas informais, trabalho extorsivo e precário, sem direitos sociais. Este último corresponde ao universo empírico examinado aqui, dominado, geralmente, pelo poder paralelo das drogas.

2.2. A VIOLÊNCIA NO MUNICÍPIO

O município de Alvorada é lembrado, nas crônicas policiais, como símbolo de “uma terra sem lei”, estigma reforçado pelo conhecimento de estatísticas que colocam esse município como um dos líderes nas taxas de homicídio no estado do Rio Grande do Sul. Um estudo da Secretaria Estadual de Justiça e de Segurança que compara os índices de violência entre 41 cidades de RS (com população maior de 50.000 habitantes), baseado em informações policiais referentes ao período compreendido entre 1997-2002, revelando que, na taxa de homicídios, Alvorada ocupa o terceiro lugar, ficando atrás de São Borja e São Leopoldo. Esse estigma de município violento, construído a partir das informações divulgadas sobre o fenômeno, contribui para aumentar a sensação de insegurança entre a população.

QUADRO 3

Taxas de homicídios nos 11 maiores municípios em número de habitantes do RS 1997-

2004

MUNICÍPIOS	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Porto Alegre	25,88	20,21	17,43	21,56	19,30	27,90	21,18	23,02
Caxias do Sul	13,45	16,66	15,73	8,96	14,37	14,66	12,33	16,36
Pelotas	8,11	4,81	6,34	4,70	6,47	5,18	5,76	6,62
Canoas	17,38	15,46	11,56	10,76	11,61	18,80	19,77	12,66
N. Hamburgo	18,17	15,70	14,59	19,65	25,86	19,37	15,45	17,06
Santa Maria	6,94	6,82	5,87	6,19	7,67	8,76	7,54	7,50
Gravataí	15,08	5,51	9,86	10,51	9,21	10,27	4,79	9,37
Viamão	21,93	18,61	14,94	16,12	15,90	11,80	14,21	12,09
São Leopoldo	26,12	19,83	18,49	24,48	25,95	29,15	34,47	27,42
Rio Grande	11,13	9,95	11,52	8,18	6,91	9,50	6,31	6,27
Alvorada	26,95	19,26	20,50	18,35	24,90	38,90	24,27	34,75

Taxas de homicídios: número de ocorrências por 100.000 habitantes

Fontes: Número de homicídios, furtos e roubos: S J S / Divisão de Estatística Criminal - DEC

IDH 2000: Atlas do Desenvolvimento Humano - PNUD

População: Fundação de Economia e Estatística - FEE

Martins (1997) nomeia essas situações, das manifestações de violência, como homicídio, sendo que este é o maior fenômeno característico de municípios de regiões metropolitanas. Neles, a concentração geográfica da violência é extraordinária. Entre 1997 e 2001, as regiões metropolitanas concentraram cerca de 70% dos homicídios. É uma violência que vitima principalmente homens jovens que habitam as periferias. Quanto à evolução desse crime, Rolim (2004), na elaboração do Plano de Segurança Pública de Alvorada, em 2004, informa que não é possível identificar uma tendência de crescimento ou de decréscimo. Ele nota uma certa regularidade nas taxas de homicídio.

No mencionado Plano de Segurança, o autor dimensiona o problema do crime e da violência na cidade através de uma pesquisa de vitimização. Os dados recolhidos naquela pesquisa e em reuniões com grupos focais, realizadas em instituições e serviços vinculados ao tema da violência e criminalidade (Polícia Militar, Polícia Civil, Poder Judiciário, Conselho Tutelar, Defensoria Pública, etc.), revelam que os adolescentes e jovens adultos estão super-representados, tanto entre as vítimas quanto entre os autores.

A maior concentração de ocorrências violentas ocorre na faixa etária de 15 a 25 anos. Os homens jovens que evadiram da escola formam um subgrupo de alto risco para a vitimização e autoria do crime (ROLIM, 2004).

QUADRO 4

Os onze maiores municípios em população e seus IDH taxas de homicídio, roubo e furto – 2000

MUNICÍPIOS	IDH 2000	Ordem IDH	Taxa de Homicídio	Ordem Taxa de Homicídio	Taxa de Roubo	Ordem Taxa de Roubo	Taxa de Furto	Ordem Taxa de Furto
Porto Alegre	0,865	2	21,56	54	1.606,57	2	3.712,57	8
Caxias do Sul	0,857	4	8,96	142	492,66	22	2.150,44	43
Pelotas	0,816	91	4,70	180	251,81	44	1.926,03	49
Canoas	0,815	97	10,76	122	1.064,02	6	2.120,97	31
N. Hamburgo	0,809	123	19,65	61	971,86	8	2.073,49	44
Santa Maria	0,845	9	6,19	168	508,35	21	2.618,51	25
Gravataí	0,811	121	10,51	127	945,17	9	1.812,38	88
Viamão	0,808	133	16,12	81	834,78	11	1.466,68	169
São Leopoldo	0,805	150	24,48	48	1.667,55	1	2.411,47	28
Rio Grande	0,793	203	8,18	150	629,56	15	2.014,60	26
Alvorada	0,768	308	18,35	69	1.554,38	3	1.492,65	101

Taxas de homicídio, roubo e furto: número de ocorrências por 100.000 habitantes

Fontes:

Número de homicídios, furtos e roubos: Secretaria da Justiça e da Segurança / Divisão de Estatística Criminal - DEC

População: Fundação de Economia e Estatística - FEE

IDH 2000: Atlas do Desenvolvimento Humano - PNUD

Nota-se que a pesquisa indica falta de confiança da população nos policiais. Há uma insatisfação generalizada em relação ao trabalho policial na cidade. Com base na pesquisa de Rolim, em um ano, mais da metade da população de Alvorada foi vitimada pelos seguintes crimes: furtos, roubos, arrombamento e agressão física. A maior parte das vítimas encontra-se entre os residentes com renda entre 2 e 5 salários mínimos.

O confronto dos dados na pesquisa sobre vitimização com o registro de ocorrências permitiu medir a taxa de subnotificação na cidade para os principais delitos. Conforme os resultados do referido estudo, é alta a taxa de subnotificação de ocorrências criminosas em delitos como arrombamentos e tráfico de drogas.

Assim, mesmo que 32.000 pessoas testemunharam esses delitos, Alvorada possui 20 ocorrências de tráfico de drogas registradas pela polícia no mesmo período, o que acontece também com delitos como furto, agressões físicas, arrombamentos e outros crimes. Para ilustrar melhor a idéia, trazemos

dados da mencionada pesquisa: enquanto a polícia registrou 1.851 ocorrências no período, na pesquisa de vitimização foram registrados 17.943 furtos. Em agressões físicas, os registros oficiais apontam 1.517 casos, contra 8.362 apurados. Houve 622 registros oficiais de arrombamentos e 19.912 casos apurados pela pesquisa. E, assim, a situação se repete sucessivamente com outros crimes. De todos eles, o único em que as ocorrências revelam taxas bastante próximas da realidade é o homicídio, pois este se presta menos à manipulação.

A pretensão demonstrada nas informações colocadas anteriormente é apresentar os dados institucionais sobre a violência no município de Alvorada, para introduzir o assunto de nosso interesse: examinar como esse fenômeno da violência é vivenciado por duas gerações - jovens e idosos - moradores do município.

2.3. PERFIL DO UNIVERSO EMPÍRICO SELECIONADO

Para analisar as representações de violência, insegurança e medo em Alvorada, selecionamos informantes de duas faixas etárias (jovens e terceira idade) que participam de dois projetos organizados pela prefeitura desse município, localizados na sede da Secretaria de Trabalho, departamento de Assistência Social e Cidadania, no centro da cidade.

O projeto para terceira idade existe há sete anos no município. Destina-se a pessoas adultas e idosas, com idade mínima de 45 anos; a maior parte está em fase de aposentadoria. São aproximadamente 500 inscritos; quase todos os participantes são mulheres. O programa dedica especial atenção àqueles que estão com problemas de saúde e precisam de acompanhamento médico. Seu objetivo central é a educação em saúde, constituindo-se a saúde o foco principal. Nele, dá-se um tratamento especial a diabéticos e a hipertensos. A coordenadora desse programa com idosos explica que divide os participantes em grupos: hipertensos e diabéticos por um lado; e, por outro, pessoas de acordo com a atividade desenvolvida: música, artesanato, ginástica, tricô, dança, passeios. Os homens participam principalmente de

bailes e passeios: “quando tem baile aparece um monte de veio”, disseram as participantes. Cabe ressaltar que quase tudo é gratuito. A única atividade paga são os passeios.

Um dos objetivos do projeto é o estímulo à criação de laços de amizade entre essas pessoas, a construção de um espaço social que lhes oportunize a expressão de sentimentos. Foi o que aconteceu, por exemplo, com uma senhora que disse ter sido vítima de “violência psicológica” ao perder tragicamente sua filha. No Conhecer, ela encontrou o apoio necessário para enfrentar as crises que vivenciou. Tivemos conhecimento também do caso de dois participantes que, depois de uma excursão organizada pelo programa, namoraram e casaram. Antes disso, ele se sentia mal porque a esposa o tinha deixado; vivia entregue à bebida e ao cigarro, vícios que, segundo ele mesmo contou, deixou, uma vez que ingressou no programa.

“Conhecer”, para os idosos, representa um espaço de convivência. Nele seus integrantes são livres para ir e vir; não têm obrigação de assistir às atividades programadas. A coordenadora os deixa à vontade para fazerem o que quiserem; podem ir lá somente para olhar as atividades desenvolvidas. A frequência da participação também é livre: alguns vão só uma vez por semana para tomar um café ou chá, enquanto que outros vão todos os dias, permanecendo durante o dia todo. Nesse último caso, Conhecer é uma extensão da casa – afirmou a coordenadora.

O outro projeto selecionado é o “Agente Jovem”, implementado em Alvorada há dois anos. São nove núcleos no município, com capacidade para 250 jovens, estando atualmente com 190. É dirigido a jovens de 15 a 17 anos, encaminhados para o projeto pelos pais, pelo CRAS (Centro de Referência em Assistência Social) ou pelo Conselho Tutelar. Pretende-se, com este projeto, suprir as carências no âmbito das políticas públicas para a juventude, a falta de reconhecimento de suas necessidades e evitar que os jovens sejam recrutados pelo narcotráfico, como costuma suceder nas periferias urbanas.

Entre os objetivos específicos do programa Agente Jovem, está a capacitação de jovens para o mundo do trabalho e para atuar em suas comunidades, nas áreas de saúde, cultura, meio ambiente, cidadania, esporte, turismo e outros. A idéia é fazer com que esses adolescentes sejam agentes

sociais nos locais onde moram, além de habilitá-los para desenvolver seus projetos de vida. Consideram que, através dessas atividades, é possível tirar os adolescentes das ruas nos horários em que estão fora da escola e reverter assim os indicadores sociais mediante a ação preventiva. Visa a prevenir que esses jovens pratiquem atos violentos.

Os jovens inscritos no projeto estão em situação de vulnerabilidade, risco pessoal e social. A vulnerabilidade social, neste contexto, define a situação econômica, o não-comparecimento à escola e o uso de drogas. Nesse contexto social, a droga é a maior causa de vulnerabilidade social.

Trata-se de egressos que estão cumprindo medida sócio-educativa (FASE Fundação de Atendimento Sócio-Educativo), ou são oriundos de programas de atendimento à exploração comercial. Devem estar estudando e, em caso de não estarem, são encaminhados para a escola. Mas, segundo comenta a coordenadora, os jovens do projeto têm um rendimento baixo. Outro requisito para participar é estar cadastrado no programa Bolsa-Família.

Para nossa pesquisa, selecionamos, entre os nove núcleos, o “Núcleo Conhecer”. A coordenadora do mesmo afirmou que trabalha com os jovens assuntos da comunidade, mostra os serviços de que ela dispõe, como posto de saúde, CRAS. Encaminha-os para o CRAS quando têm problemas psicológicos. Trabalha sobre drogas e sexualidade. Atualmente, desenvolve um projeto relativo à religiosidade. Quanto ao tema religião, a maioria deles não se interessa nela. Acreditam que só serve para roubar dinheiro de seus fiéis. O interesse maior é pela sexualidade e as drogas. Comenta que, no período de nossa pesquisa, estão se preparando para fazer uma apresentação sobre a religião espírita, o espiritismo (grupo da manhã) e sobre a religião luterana (grupo da tarde).

No entanto, conforme a coordenadora do programa, apesar do leque de atividades oferecidas para beneficiá-los, os jovens estão ali pelo simples interesse na bolsa. Recebem sessenta e cinco reais por mês. Além da bolsa, são beneficiados com a possibilidade de assistir a cursos profissionalizantes gratuitos, e recebem acompanhamento de psicólogos e assistentes sociais.

Durante nossa pesquisa de campo, tivemos oportunidade de observar

esse desinteresse pelas atividades do grupo. Num dia em que estava fechado o salão onde se desenvolvem as atividades do Núcleo Conhecer, como a coordenadora não tinha a chave, os jovens que ali se encontravam acharam logo que estavam livres para retornarem às suas casas. Quiseram ir embora; não optaram por se dirigir a outro Núcleo que fica perto do Conhecer. É importante salientar que esses jovens são obrigados a participar das atividades. A diferença está em que, no programa da terceira idade, a presença é cobrada e condição para receber a bolsa. Argumenta a coordenadora:

Com o dinheiro da bolsa, ajudam nas despesas da família. Há 7 deles que não estão indo; nesses casos a coordenação os manda para o CRAS ou para o Conselho Tutelar, para fazer eles retornar ao programa, e se não voltam abre outra vaga. Tem muita evasão, principalmente os que chegam por meio do CRAS ou do Conselho Tutelar. Eles querem é estar nas drogas, na rua.

Percebemos que o trabalho com esses jovens, para as coordenadoras de Agente Jovem, não é fácil. A atual coordenadora expressou sua desconfiança neles. Disse que tem medo de deixar a bolsa na sala porque todas as que o fizeram tiveram o celular roubado. Inclusive, recomendaram à pesquisadora que tivesse cuidado com a bolsa durante sua estada lá. De nossas observações às atividades no Agente Jovem e pelas conversas, concluímos que há desconfiança e uma certa tolerância com os jovens por parte da coordenadora.

Ao acompanharmos algumas das atividades desenvolvidas pelos jovens (no ginásio, fazendo educação física, e em sala de aula), notamos um comportamento bastante agressivo entre eles. As atividades ocorrem sob clima de tensão. Perpassa uma certa revolta com a condição social desfavorecida em relação a outras camadas sociais. Contudo, nem todos os grupos de jovens estão em situação de pobreza. A coordenadora afirmou que, com alguns grupos, ela só consegue iniciar as atividades depois de lhes dar lanche; já com outros, não.

A observação da natureza das relações entre os jovens do programa

colocou a pesquisadora diante de uma situação que nunca tinha presenciado na convivência com jovens de outros espaços.

No sentido de apresentar o município, sua situação em termos de violência, de acordo com os dados oficiais, e o universo empírico a partir do qual desenvolvemos as questões, vamos, no capítulo seguinte, tratar acerca de algumas propostas teóricas para aquilatar a violência.

3. MARCO TEÓRICO DA VIOLÊNCIA

3.1. VIOLÊNCIA: UMA CLASSE DE RELAÇÃO

Wieviorka (2006) propõe uma teoria da violência com base na noção de sujeito, conformando-o a duas possibilidades: a primeira é ser protagonista da violência e, eventualmente, sair dela. A segunda remete às vítimas, atingidas, direta ou indiretamente, pela violência. A violência é um problema que pode destruir a vida coletiva, a vida pessoal, a família e até uma cidade e um país. É o contrário da capacidade de viver junto. Por isso, entendê-la, compreendê-la, estudá-la e lutar contra ela é, de certa maneira, construir a vida social e pública.

Em ambas as possibilidades, a violência revela-se um fenômeno através do qual o sujeito coloca em ação um sentido, isto é, dá início a uma ação com sentido específico para o sujeito, seja ele pessoal ou coletivo, sendo que qualquer experiência concreta em que a violência intervém e propicia condutas protagonizadas pelo sujeito decorre de um excesso ou de uma falta. Isso acontece, por exemplo, no processo de socialização. Para ilustrar essa idéia, o autor nos remete a observações realizadas em tribos, grupos que praticam a crueldade, autodestruição, sempre partindo de um sujeito pessoal/coletivo suprimido, almejando realizar uma ação em busca de um resultado.

Nessa posição, o autor localiza também os grupos terroristas, que realizam ações violentas, fundamentados em princípios religiosos. Nessa perspectiva, a violência é um fenômeno multiforme, repleto de significações sociais e culturais que a transformam e deformam constantemente, constituindo-se uma identidade mutável. Hannah Arendt (1994) explica que a violência almeja um fim, um sentido que, na prática, perde-se, desnatura-se, perverte-se e sobrecarrega-se.

No quadro atual, o Brasil vivencia um aumento da violência em centros urbanos, onde a condição do sujeito passa por uma experiência de não-reconhecimento de seu lugar na sociedade, principalmente no caso dos jovens, pois sofrem inúmeros tipos de discriminação, e a violência urbana surge dessa ação condicionante (não-reconhecimento/discriminação) que produz frustração no sujeito (WIEVIORKA, 2006, p. 204).

Nesse contexto social, a violência é uma forma de relação social, construída de maneira assimétrica; é fruto de uma comunicação desigual. A qualificação de uma prática de violência (legítima ou ilegítima) vai depender dos códigos morais utilizados na avaliação. Ao mesmo tempo, esses códigos morais são o suporte para o desenvolvimento de procedimentos legais e de recursos coercitivos utilizados para conter essas práticas. Quer dizer, uma situação é reconhecida como violenta se preenche os requisitos sociais capazes de propiciar tal reconhecimento.

Atribuir a um ato o qualificativo de violento e, portanto, condenar os atores sociais responsáveis não é um procedimento tranqüilo, livre de tensões; pelo contrário, resulta da disputa de poder entre os atores sociais que defendem posições contrárias.

Wieviorka (2006, p. 203), em suas reflexões, considera que o sujeito tem a capacidade de construir-se a si próprio, de escolher, de produzir sua existência. Nesse sentido, postula que a violência “é a marca de um sujeito contrariado, interdito, impossível ou infeliz”. O sujeito¹ encontra na ação sua realização concreta mais importante, mesmo sendo destrutiva ou violenta. Esse fato pode proceder da frustração de uma pessoa, em circunstâncias em que se vê privada de bens materiais e/ou de um reconhecimento simbólico, da identidade social.

Esse fenômeno acontece num contexto em que as fronteiras culturais entre camadas sociais são atenuadas. Os jovens de diversos espaços sociais têm acesso às informações sobre serviços e produtos existentes no mercado, veiculadas pelos meios de comunicação. Então, sejam eles originários de setores periféricos ou centrais das cidades, desejam o mesmo tipo de bens de consumo: veículos, roupas, diversão, entre outros.

¹ Para uma primeira aproximação, neste trabalho faço duas caracterizações de sujeito: uma de François Dubet e outra de Michel Wieviorka, embora distintas, as duas conceituações são influenciadas pelos trabalhos de Alain Touraine, professor de ambos. Para Dubet, “O Sujeito não é um estado de fato [...], o Sujeito não existe. É um tipo ideal, uma construção cultural. O que existe é o sentimento de ser sujeito, de construir sua vida em adequação com aquilo que se tenciona ser. É uma aproximação, um projeto não apenas individual, mas também social, pela articulação entre lógicas de ação diferentes e vinculadas a um sistema social”. (DUBET, 2003; p.204).

Essa frustração no jovem é comum e pode levá-lo ao crime para ter acesso ao consumo de bens desejados. É, por exemplo, a situação bem conhecida do jovem que comete crimes para comprar droga ou para obter bens da sociedade de consumo dos quais está privado pela escassez de recursos monetários. Recorre à violência para estar acorde com uma sociedade que lhe dá proeminência aos valores materiais. Citando Wieviorka (2006 p. 204), “[...] a frustração remete mais ao indivíduo preocupado em consumir do que ao sujeito esforçando-se para construir-se”.

Destacamos essas considerações de Wieviorka porque elas ajudam a aprofundar os estudos sobre a violência entre jovens e idosos. A violência é um problema constante, mas nós podemos nos questionar se não há na violência um valor fundador do sujeito pessoal. Em certos casos, por meio de uma experiência de violência, nós descobrimos a capacidade de nos autotransformarmos. As pessoas que não fazem nada, que não têm nada, podem tirar de uma experiência dessas a motivação para tomar ações políticas, praticar um esporte, aderir a uma igreja, escrever uma dissertação. Essa mesma violência, ao longo do tempo, destrói e transforma o sujeito. Nos grupos de jovens e idosos, a violência aproxima as pessoas em busca de um “ideal” (grifo meu) que possa modificar suas vidas para melhor e também se relaciona diretamente com a insegurança. Como será abordado no último capítulo, a insegurança é o catalisador das relações sociais em ambos os grupos.

3.2. VIOLÊNCIA E VULNERABILIDADE SOCIAL

A situação descrita indica a importância de revisar o conceito de vulnerabilidade para compreender o panorama social dos jovens, mas, antes, é preciso caracterizar a geração dos jovens da qual estamos tratando. Em nossa análise, definimos a categoria social “jovem” não por um critério biológico, senão pela fase de transição entre a subordinação – à autoridade, na unidade familiar - e demais instituições sociais – e sua emancipação, processo de transição marcado por elementos específicos em cada situação social.

No contexto dos setores marginais das cidades, os jovens representam o setor social mais vulnerável às transformações ocorridas na atividade econômica neoliberal e no modo de vida. Novaes e Vannuchi (2004, p. 8), pensando em nível mundial, afirmam que “os jovens são os alvos de mudanças sociais em curso. Eles são os mais atingidos pela retração do mercado, pela terceirização e flexibilização das relações de trabalho”.

Dados de diversos estudos sobre jovens mostram que, devido à falta de oportunidades de trabalho e de alternativas de lazer, soma-se a vulnerabilidade à violência a que estão expostos esses atores sociais, o que se reflete em inúmeras mortes. Os estudos revelam que, enquanto a falta de alternativas de trabalho e lazer não é traço novo na vida dos jovens de baixa renda no Brasil, já o medo, o envolvimento ativo ou passivo em atos violentos e no tráfico de drogas são as marcas de uma geração em que esses atores sociais² estão sendo dizimados, independentemente da camada social à qual pertencem. Essa ponderação rompe com a associação entre miséria e violência. Não são apenas os jovens de setores pobres os envolvidos em violência. Estes, porém, como moradores das periferias, apresentam descontentamento por sua exclusão social, agravada, em alguns casos, de forma violenta, e querem ser reconhecidos e valorizados como cidadãos (CASTRO E ABRAMOVAY, 2002).

Entre as questões que afetam a geração dos jovens estão: o desencanto, as incertezas em relação ao futuro, a descrença na legitimidade das instituições e o autoritarismo. Nessas circunstâncias, a escola e a família perdem a referência que tiveram para outras gerações. Nota-se a diversidade de construções dessas referências em grupos em uma mesma geração. Por outro lado, convivem com as contradições entre a sociedade de espetáculo e o apelo à responsabilidade social e o associativismo. São contradições que potencializam as vulnerabilidades negativas como fragilidades, obstáculos e resistências.

Em suas ações, os jovens enfrentam certos obstáculos para concorrer a

² Segundo Matus (1993, p. 54) o conceito de homem estrutura-se como o de um ator social. “É uma personalidade, uma organização, ou um agrupamento humano, que, de certa forma, estável ou transitória, tem capacidade de acumular força e desenvolver interesse, produzindo fatos na situação”

empregos urbanos: baixo nível de escolaridade, escassez de recursos financeiros para dar continuidade aos estudos, falta de oportunidades nas cidades e o fato de que, às vezes, quando essas oportunidades aparecem, não compensam em termos financeiros.

Nas periferias, eles estão inseridos num mundo onde não são reconhecidos. Há falta de políticas públicas para a juventude. Esse abandono e a falta de perspectivas favorecem as dinâmicas perversas de recrutamento de meninos pobres pelo narcotráfico.

A mobilização social dos jovens em busca de recursos monetários costuma implicar na ruptura com um processo de socialização em família, e, por meio dessa ruptura, na possibilidade de se engajar em outras formas de sociabilidade. Nos novos espaços sociais por onde passam a transitar, os jovens constroem visões de mundo e redes de sociabilidade decisivas na escolha de seus futuros caminhos.

Nesse sentido, é preciso refletir também sobre uma questão que torna os jovens vulneráveis à violência, insinuada acima, ao nos referirmos à descrença nas instituições, na qual vamo-nos deter neste item, pois é uma questão que permeia os discursos nesta pesquisa: a violência policial.

3.3. VIOLÊNCIA POLICIAL

Entendemos a violência policial como prática de justiças e/ou injustiças, envolvendo principalmente a população jovem, considerando que os jovens são vítimas e agentes da violência policial.

A reflexão inicial do problema, a partir da literatura sobre o tema, indica que é um fenômeno amplamente evocado por diversos setores da sociedade, principalmente pela mídia: a violação aos direitos humanos por parte dos policiais no exercício de suas funções, atingindo principalmente o setor jovem da população. A interpretação dada ao problema através da mídia e por responsáveis da Segurança Pública (BALESTRERI, 2003) é consensual e está voltada para a descrição de um conflito social.

Já com um viés crítico da problemática, percebe-se que as práticas dos agentes policiais, como detentores do poder de exercer a violência e em nome do combate ao crime, cometem bastantes arbitrariedades, violando os direitos humanos. Um amplo número de policias envolve-se em ações de violência, corrupção, tortura e grupos de extermínio. Atua indiferente aos valores humanos e acaba por produzir a impotência da segurança pública no controle da criminalidade. Esses fatos levam à corrosão da imagem policial, à sua desmoralização, à descrença nesses profissionais, na instituição à qual pertencem e no Estado que representam.

Uma interpretação das ações policiais sugere que o exercício da violência como forma de controle social por parte desses atores sociais inscreve-se no âmbito de uma sociedade estratificada na qual o crime e os comportamentos marginais, em geral, são utilizados para legitimar políticas sociais que afetam as camadas baixas da população e justificam o desenvolvimento de um Estado disciplinar. Nesse contexto social e político, o crime é atribuído à falta de disciplina, de auto-controle e de controle social. Portanto, para inibi-lo, as autoridades recorrem ao aumento do controle social e à marginalização de sujeitos tidos como perigosos.

Assim, mesmo que o Estado de bem-estar social proponha o abandono das medidas punitivas, percebe-se, pelas práticas policiais, que esses sentimentos punitivos desapareceram apenas do discurso oficial, continuando presentes na cultura popular e no senso comum. As apreciações do senso comum fundamentam-se em considerações superficiais e ideologias que demandam, a qualquer custo, justiça, castigo e proteção. Nessa ótica, os delinqüentes devem ser perseguidos com toda a força da lei, e o culpado deve ser sempre castigado.

Contudo, para os policiais, são diversos os significados das práticas de violência que protagonizam. Esses significados relacionam-se com a posição social que eles ocupam dentro da hierarquia de poder, tanto institucional (o poder legitimado institucionalmente de praticar a violência para combater o crime) quanto social e simbólico.

O exercício da violência como forma de poderes da instituição policial causa revoltas entre setores sociais da população, induz as pessoas a se

manifestarem de maneira violenta contra as ações policiais; em consequência disso, constitui-se uma situação geradora de mais violência.

No entanto, não se pode generalizar a concepção da polícia como agente da brutalidade arbitrária, pois os policiais são atores sociais que ocupam diversas posições e, a partir delas, desenvolvem ações; então, os móveis da violência protagonizada pela polícia são múltiplos. Além disso, é necessário considerar a situação dos policiais como atores de uma justiça penal que não é autônoma, mas condicionada em suas ações por instâncias de poder político amplo, que direcionam suas opções em conformidade com a opinião pública. A problemática da violência policial, abordada neste item, levanta uma série de questões que evocam a relevância em aprofundar também a relação entre violência e poder em Alvorada.

3.4. VIOLÊNCIA E PODER

Iniciamos a discussão teórica da relação entre violência e poder remetendo-nos a Thomas Hobbes, cujo pensamento filosófico e político, construído no marco das guerras civis inglesas, no século XVII, para dar resposta ao que ele considerava o horror da guerra, é lembrado na atualidade para refletir acerca das tensões sociais que surgem das discórdias entre os homens e de lutas pelo poder.

Para Hobbes (1999), a violência faz parte do **estado de natureza** humana. Cada homem é livre para usar seu próprio poder, da maneira que quiser, para preservar sua própria natureza, isto é, sua vida. Está livre para fazer tudo aquilo que ele julgue adequado a esse fim. Na guerra de todos contra todos, cada um é governado por sua própria razão. Pode lançar mão do que for para preservar sua vida contra os inimigos. Nesse sentido, nenhum homem tem a segurança de viver todo o tempo que a natureza permite. A regra é que qualquer homem deve esforçar-se pela paz, quando tenha esperança em consegui-la. Para manter a paz, o homem tem que renunciar ao direito a todas as coisas, assim como os outros têm também que renunciar a esse direito. No caso de cada homem querer garantir seu direito, a guerra será constante.

Seu argumento o sustenta no fato de que a igualdade natural entre os homens faz com que estes desejem as mesmas coisas. Mas como a coisa é impossível de ser gozada por todos, eles acabam tornando-se inimigos entre si e esforçando-se por se destruir uns aos outros. Se alguém constrói ou possui um lugar conveniente, é provável que venham outros com força para desapossá-lo e privá-lo do fruto de seu trabalho e da liberdade.

Ele vai se abstraindo da racionalidade e age violentamente por causa de seu instinto de conservação. Para sobreviver e se garantir no espaço, o homem utiliza a antecipação, que consiste em subjugar pela força os homens que puder, durante o tempo que for necessário, até chegar o momento em que não veja outro poder suficientemente grande para ameaçá-lo. Quem tem o poder não se limita a uma atitude de defesa; ele deve aumentar o domínio para sua conservação. A utilidade da força é a medida do direito. Hobbes (1999) defende a supremacia da força sobre o direito; nessa ótica, a justiça não tem nenhum peso.

Para este autor, são três as causas de discórdia entre os homens: a competição, a desconfiança e a glória. Elas estão voltadas respectivamente para a obtenção do lucro, da segurança e da reputação. Nesse processo, distinguem-se dois momentos: (a) um em que os homens são capazes de manter o respeito mútuo - seria o tempo de paz; (b) o outro é o tempo de luta de todos contra todos, do Estado de Natureza, quando os homens agem de maneira violenta numa tentativa de conquistar o respeito dos outros, de atingir seus interesses e de garantir sua conservação.

Esse foco de Hobbes para pensar a violência nos remete à descrição de situações em que o homem age movido pela força do instinto, por atitudes defensivas. Seguindo a teoria de Hobbes (1999), em ambos os casos, é um comportamento acorde com um direito, é a ação em função a um direito, mas não a uma lei, à obrigação. Percebemos a apelação a esse direito na análise das representações da violência entre as pessoas de Alvorada. Elas defendem, em seus depoimentos, a violência quando é praticada contra um algoz, quando, como eles dizem, "alguém fez coisa errada".

Além dos pressupostos teóricos de Hobbes (1999) para pensar a violência, nos remetemos a outra cientista política, cuja obra também tem

contribuído para nossas reflexões teóricas sobre o assunto. Trata-se de Hannah Arendt (1906-1975). Ela, tanto quanto Hobbes, situa sua análise no âmbito da violência política e, a partir dela, oferece elementos teóricos para compreender a relação entre o poder e a violência.

Em “Sobre a Violência”, texto escrito entre 1968 e 1969, Arendt (1994) debruça-se sobre a problemática, almejando conhecer as causas e a natureza da violência no âmbito político. De modo geral, considera a violência um denominador comum no século XX, cuja multiplicação obedece à intromissão na política.

Inicia o texto com uma crítica aos movimentos da “nova esquerda”, no final dos anos 1960, demonstrando como esses movimentos optaram pela glorificação da violência. Para ela, é um equívoco dos teóricos da política, da esquerda à direita, acreditar que a violência é a essência de todo poder³.

O eixo central da crítica de Arendt (1994) à posição de intelectuais e políticos que glorificam a violência é a abordagem de acontecimentos políticos a partir da violência e do poder, tratando-os como dois fenômenos distintos. Discorre sobre a importância de distinguir ambos os fenômenos e de abandonar o tratamento dos termos: força, vigor e autoridade como sinônimos de poder e violência⁴, pois, geralmente, todos esses termos são igualmente utilizados para designar os meios através dos quais o homem domina.

Para pensar o assunto, Arendt (1994) inspira-se numa época caracterizada por rebeliões estudantis no mundo todo, por confrontos raciais nos Estados Unidos e pelo progresso tecnológico na produção de meios de violência em guerras, como a do Vietnã. Em suas reflexões acerca do racismo, nazismo, fascismo e demais eventos históricos em que houve genocídio,

³ Para Hannah Arendt, "o poder corresponde à habilidade humana não apenas para agir, mas para agir em concerto. O poder nunca é propriedade de um indivíduo; pertence a um grupo e permanece em existência apenas na medida em que o grupo conserva-se unido. Quando dizemos que alguém está 'no poder', na realidade nos referimos ao fato de que ele foi empossado por um certo número de pessoas para agir em seu nome" (1994; p.36).

⁴ “Este caráter instrumental demonstra que fenomenologicamente, ela está próxima do vigor, posto que os implementos da violência, como todas as outras ferramentas, são planejados e usados com o propósito de multiplicar o vigor natural até que, em seu último estágio de desenvolvimento, possam substituí-lo” (ARENDR, 1994; p. 37).

assinala que precursores dessas práticas, entre eles Adolf Hitler e Benito Mussolini, achavam que somente através da violência seria possível transformar uma nação. E a autora concorda com o fato de a violência ser uma prática que muda o mundo, mas é uma mudança para um mundo violento. A adoção da violência como meio de luta era o que Hannah Arendt mais temia, pois, se os objetivos almejados de emancipação não fossem rapidamente alcançados, a consequência seria uma sociedade muito mais violenta, provocando a desestruturação das sociedades, dos Estados e da conduta e personalidade dos indivíduos.

Ao dirigir a atenção para o racismo nos Estados Unidos, Arendt (1994) alerta para o perigo de se deixar conduzir por metáforas biológicas ou orgânicas que produzem e sustentam o racismo. Essa postura é sintoma de uma sociedade doente, na qual a ação coletiva violenta torna-se um fato natural, um pré-requisito da vida em sociedade, conduzindo, muitas vezes, à morte violenta. Nessa perspectiva, a produção da morte violenta é um recurso para preservar a sobrevivência e garantir a manutenção dos grupos.

Além de chamar a atenção para as consequências da cultura da violência, compara os conceitos de violência e poder, no âmbito político, e afirma que o poder é a essência de todo governo, e não a violência. A violência é instrumental; é um meio que depende de orientação e de justificação pelo fim que almeja, enquanto o poder precisa de legitimidade. Do seu ponto de vista, a violência é justificável, mas não legítima, sendo que a justificação se perde quanto mais o fim objetivado esteja no futuro.

Centrada nessa hipótese, Arendt (1994) contraria a posição dos pensadores que analisam o poder como uma relação de mando-obediência, no âmbito da qual a violência é uma manifestação de poder, isto é, quando o poder e a violência são equivalentes. Interpreta essa equação, ligada à concepção do governo como o domínio do homem pelo homem através da violência, no sentido Hobbesiano. A autora distancia-se também de Hobbes ao asseverar que a violência e o poder não são fenômenos naturais nem manifestações do processo vital. Eles pertencem ao âmbito político das negociações humanas, cuja qualidade é garantida pela capacidade humana para agir.

Arendt (1994) aponta que a questão da obediência não é decidida pela relação mando-obediência, mas pela opinião. A obediência às leis, aos dominantes, é uma manifestação de extremo consentimento. Os homens precisam de apoio para se manter no poder, não do uso da violência. De acordo com ela, o poder existe onde as pessoas se unem e agem em conjunto, em grupo. O poder é um consenso de muitos, e sua legitimidade deriva do estar junto.

Já o domínio pela pura violência advém de onde o poder está sendo perdido, quando é o último recurso para dominar os que se recusam a serem subjulgados pelo consenso da maioria. Arendt (1994) complementa esse postulado teórico dizendo que, na sociedade contemporânea, a tentação de recorrer à violência se apresenta em condições ultrajantes, nas quais ela é o único meio de fazer justiça. Quando a violência é usada em defesa própria, porque o perigo é claro, o fim justifica os meios. Enquanto ação, a violência é um instrumento plausível de romper com determinada forma de dominação e de mudar uma situação considerada insuportável. A violência substitui o poder e se transforma num meio de condução política destruidora. Não depende da opinião senão de implementos que ampliam o vigor humano; é um recurso para manter a estrutura de poder contra contestadores.

O poder é o princípio essencial do artifício humano, e quando é trocado pela violência para atingir o objetivo, sem viabilizar as necessidades e realidades do meio, transforma-se num fim em si mesmo, contaminando a sociedade e o sistema político. No entanto, o domínio pela violência pura não fortalece o poder, mas preenche a lacuna onde o poder está se perdendo e se destruindo totalmente. Em vez de conseguir preservá-lo e mantê-lo, surge a tirania, que transforma sua ação a favor da violência e da repressão. No marco de sistemas totalitários e violentos, é mais viável e seguro para os cidadãos a promoção de ações violentas.

A destruição do poder pela violência traz o desentendimento entre os homens e a desagregação da esfera pública, enquanto espaço de opinião, de consensos e de direitos. Onde a interação se dá através da violência, esta usurpa o espaço público e utiliza o lugar do poder. O aumento da violência resulta na perda do poder e da impossibilidade da interação e atuação política

na esfera pública, no enfraquecimento das relações, na impotência da tomada de decisões da ação coletiva. Em suma, violência e poder são opostos: a violência destrói o poder; em sua forma extrema, é todos contra todos, representa a negação do poder.

Para complementar as idéias referidas acima, Arendt (1994) associa a violência ao ódio, no sentido de que a violência advém de um ódio, racional ou patológico, e ambos pertencem às emoções naturais do homem. O ódio aparece onde há razão para supor que as condições poderiam ser mudadas, mas não são; é sentido quando o senso de justiça é ofendido. Extirpar ações em que os homens tomam a lei com suas próprias mãos para o bem da justiça seria castrar o homem. Assim, Arendt (1994) postula que a manifestação de violência é uma reação natural dos homens diante das injustiças. Esse sentimento produz a vontade de desmascarar as manipulações dos que dominam, sem uso de meios violentos.

A teoria da Arendt (1994) nos ajuda a refletir acerca da atuação violenta da polícia em situações nas quais o poder (como é definido pela autora) está sendo perdido, quando a polícia recorre à violência como instrumento de obediência.

Hobbes (1999) e Arendt (1994) tratam a relação violência e poder a partir de contextos sociais e históricos diferentes ao nosso. Agora, gostaríamos de nos remeter às contribuições de um sociólogo brasileiro, José Vicente Tavares dos Santos, que aborda também o problema, com base em uma realidade próxima de nós.

Tavares dos Santos (1995), inspirado em Foucault (1987), expõe a questão da violência como fundadora de uma sociedade dividida, e que, para compreender esse fenômeno, é necessário reconstituir, no âmbito das relações sociais, as relações de poder, exercidas de múltiplas formas. As relações de poder estruturam-se em diversos eixos: de classes sociais, de relações étnicas, de relações de gênero, processos disciplinares e de maneira inconsciente. Em cada uma dessas relações de poder, as diferentes formas de violência estão presentes, fato que ele compreende como sendo derivado da situação de excesso de poder, configurando uma relação social inegociável, porque leva ao limite as condições de sobrevivência daquele que é objeto do agente da

violência.

Tavares dos Santos(1995), como Arendt (1994), chama a atenção para o caráter instrumental da violência. É um meio para chegar a um fim. Enquanto dispositivo de poder, a violência exerce uma relação específica com o outro pelo uso da força e da coerção; é uma modalidade de prática disciplinar. Ainda compartilhando as teorias de Arendt (1994), Tavares (1995) distingue o poder e a violência. O primeiro é um exercício de dominação caracterizado pela legitimidade e pela capacidade de negociar o conflito e estabelecer consenso. Já a violência denota uma relação social inegociável, pois consegue, no limite, as condições de sobrevivência: materiais e simbólicas daquele percebido como desigual pelo agente da violência. Segundo o autor, há um *continuum* entre poder e violência. A violência é sempre uma derivação de poder. Ocorre com a transformação de alguns atos e frente a algumas situações de excesso de poder em violência.

Como são múltiplos os eixos de poder que estão em jogo e que transformam suas relações em atos de violência, o autor centra-se no eixo de dominação de classe. Suas idéias remetem às colocações de Giddens (1997) sobre o assunto: existem novas formas de violência associadas ao novo estado da sociedade contemporânea. A violência, para Giddens (1997), é o outro extremo da persuasão, aquele pelo qual os indivíduos, grupos e o Estado buscam impor sua vontade a outros.

Na obra citada, Giddens postula que não é o aumento da força e da violência que faz o Estado assegurar o monopólio da força e do poder soberano, senão o desenvolvimento do mecanismo de vigilância e controle. Daí que o uso da força esteja associado a um déficit em matéria de controle, e isso ocorre com todos os sistemas de poder. O autor, para reforçar o argumento, refere-se ao patriarcado. Afirma que este nunca foi mantido pela força e pela violência. O poder dos homens sobre as mulheres tem durado pelo fato de possuir legitimidade, baseada em papéis de gênero, nos valores a eles associados e na separação entre a esfera pública e a esfera privada. O mesmo autor assinala que a violência contra a mulher não é expressão de poder do sistema patriarcal, senão uma reação à sua dissolução. A dominação se transforma em excesso de poder quando começa a perder sua capacidade de

persuasão, e a violência é uma reação a essa situação.

Em suma, a violência é inerente às relações que conformam uma sociedade. É um instrumento de ação, meio de domínio, de coerção, manifesto na relação com o Outro, seja o Estado ou os indivíduos. A disseminação dessa prática gera insegurança e coloca os indivíduos diante do problema de liberdade. Estão livres para agir com violência, como postula Hobbes (1999), por carecerem de uma instituição social, de uma ordem social que controle as ações? Ou estão inseridos numa sociedade, no marco da qual o Estado limita a liberdade individual das pessoas como garantia de sobrevivência de outros indivíduos? O esboço dessas questões visa a introduzir as reflexões sobre as noções de segurança e de liberdade, conforme a realidade contemporânea, assunto sobre o qual nos deteremos no próximo capítulo.

4. (IN)SEGURANÇA E LIBERDADE: DIREITOS EM FALTA

Este capítulo busca nas noções de liberdade e de segurança (ou seu termo correlato: insegurança e vulnerabilidade), pois, como mostra a literatura que reflete sobre o tema, essas representações estão totalmente imbricadas e ajudam a esclarecer as conjunturas sociais que favorecem a expressão individual e social da violência. Nosso propósito, neste capítulo, é abordar ambas as noções quando evocam direitos, ou seja, aprofundar nelas enquanto direito do cidadão, no caso da segurança, e direito humano, no caso da liberdade.

Apoiamo-nos em alguns teóricos, como Castel (2005)⁵, que destaca a insegurança como uma característica imanente da sociedade moderna.

4.1. SEGURANÇA E INSEGURANÇA NA SOCIEDADE MODERNA

A sociedade moderna é uma sociedade individualista; enquanto tal, caracteriza-se pela promoção do indivíduo, reconhecido por si mesmo, independentemente de sua inscrição em um grupo ou coletividade. Castel (2005) parte do pressuposto de que essas sociedades são construídas sobre o alicerce da insegurança, pois nelas os indivíduos não encontram a capacidade de assegurar proteção. O que dá proteção ao indivíduo não é mais o grupo a que pertence, como ocorre nas sociedades pré-industriais, mas sua propriedade. É ela que garante a segurança diante dos imprevistos da existência. O mesmo autor lembra que não foi por acaso que a propriedade foi colocada na categoria dos direitos inalienáveis e sagrados da Declaração Universal dos Direitos Humanos e dos Cidadãos. Os indivíduos proprietários podem proteger-se por si mesmos, com seus recursos.

⁵ O autor analisa a sociedade atual e mostra que a busca da segurança absoluta corre o risco de entrar em contradição com os princípios do Estado de direito e reverte facilmente em uma pulsão securitária que se volta à caça de suspeitos e se satisfaz através da condenação de bodes expiatórios. Para ele, fazer frente às inseguranças é combater, em paridade, a insegurança civil e a insegurança social.

No entanto, na sociedade de indivíduos, nem todo membro pode se assegurar. É significativo o número de indivíduos que não possui propriedade para garantir sua proteção, situação diante da qual o Estado oferece, por princípio, um novo tipo de propriedade: a social, que diz respeito à proteção e ao direito da condição de trabalhador. Dessa forma, a propriedade social visa a reabilitar a classe não-proprietária, condenada à insegurança social permanente. Garante-lhe recursos e direitos comuns, configurados em organizações profissionais, no âmbito da sociedade salarial, definida por Castel (2005) de sociedade de semelhantes.

Com a garantia de assistência pelo Estado, o indivíduo se libertou das “proteções próximas”, isto é, daquelas oferecidas pelo pertencimento a uma comunidade (CASTEL, 2005). E o Estado tornou-se seu principal suporte provedor de proteções. Entre elas, Castel (2005) distingue dois tipos: a proteção civil, que diz respeito aos bens e às pessoas em um estado de direito, e a proteção social, que se refere à atenção em casos de doença, acidente, desemprego, incapacidade de trabalho por idade e outras. Mas essas proteções se esvaeceram, e o indivíduo se tornou frágil e exigente.

Na raiz da crise da modernidade, gerada pelo desenvolvimento do capitalismo industrial, a almejada proteção social aos indivíduos de camadas sociais⁶ menos favorecidas não é atingida. Falha a pretendida homogeneização de direitos entre as categorias profissionais, em vista de que o desemprego e a precariedade nas relações de trabalho afetam as diversas categorias de trabalhadores, principalmente as localizadas na base da hierarquia social. Esse fato incidiu para que a solidariedade entre categorias profissionais desaparecesse e se transformasse em concorrência, bem como para apontar a necessidade de destacar as diferenças, como forma de manter ou melhorar as condições de trabalho.

Como disse Birman (2005), refletindo acerca do que ele chama de “mal-estar na atualidade”, a exaltação da individualidade na sociedade implica a volatilização da solidariedade, em sua perda de valor. Vive-se com o *ethos* de cada um por si. O sujeito encara o outro apenas como objeto de usufruto. Nesse cenário, as relações entre as pessoas assumem características

⁶ Não há emprego para todos.

agonísticas. É um cenário propício para a explosão da violência. “A eliminação do outro, se este resiste ou faz obstáculo ao gozo do sujeito, nos dias atuais, se impõe como uma banalidade” (BIRMAN, 2005, p. 25).

A aludida falta de solidariedade e a individualização entre as pessoas é cultivada e promovida pelos governos do dia, pois é a maneira de os mercados financeiros e mercantis tolerarem a cidadania. O Estado submete-se ao capital investidor, móvel e flexível, próprio da globalização, enquanto estratégia que garante o bem-estar e a prosperidade econômica da nação.

Nesse contexto histórico e social, o indivíduo, ciente do dever de proteção social do Estado e considerando-o natural, reivindica esse direito de cidadão. É interessante a constatação de Castel (2005) de que a demanda de proteção nas sociedades de indivíduos é infinita, pois envolve todos os aspectos, inclusive os da vida privada.

Mas essa busca de segurança absoluta por parte dos indivíduos entra em contradição com os princípios do estado de direito; pode ameaçar a democracia⁷, visto que a demanda por segurança das pessoas se traduz em cobrança de ação às autoridades governamentais.

A proposta de Castel (2005) no combate à insegurança social é a reconfiguração de proteções sociais por meio da personalização no regime das proteções. Trata-se de ajustá-las à especificidade dos problemas das populações. Entre os instrumentos apontados a serem desenvolvidos para melhorar as condições sociais de trabalho figura o contrato. O contrato de inserção possibilita que o beneficiário se engaje na realização de um projeto, isto é, permite o deslocamento de um consumo passivo de proteções sociais (liberadas incondicionalmente) para a mobilização dos beneficiários, que passam a participar de sua reabilitação.

Assim, na argumentação de Castel (2005), estar protegido, na sociedade de indivíduos, é poder dispor de direitos e de condições mínimas de

⁷ “A interpretação majoritária da definição básica de democracia é que esta significa *governo pela maioria do povo*. Esta afirmação demonstra que as maiorias devem governar e que as minorias devem fazer oposição, o que é questionado pelo modelo de democracia consensual”. (LIJPHART, 1936, p. 51)

independência. Salienta que a proteção social não é somente a concessão de benefícios aos indivíduos, mas é condição básica geral da vida em sociedade, que conforma a sociedade de semelhantes, isto é, a democracia.

Porém, no âmbito da sociedade moderna, a política que dá sustento a interesses individuais, protegendo-os, se perde. Assim temos: (a) o liberalismo⁸ individualista, que apóia a afirmação do indivíduo perante a sociedade e o Estado e se diz igualitário, em vista de que admite e garante a igualdade do homem enquanto pessoa; (b) o universalista, ao defender a homogeneidade moral da espécie humana; (c) o otimista, ao admitir o aperfeiçoamento das instituições sociais de cada sociedade. Este reduziu-se, por falta de alternativas, pelo mero credo de que não há alternativa, que qualquer alternativa é pior se experimentada na prática. Em suma, o liberalismo deixou de ser uma força política liberadora, na sociedade dos indivíduos, para se tornar uma apologia à rendição. Restringiu-se à política que louva o conformismo.

No liberalismo político atual, a justiça do Estado nunca é realizada; quando vem a público, concretiza-se em função da caridade. E os direitos humanos dos cidadãos não são mais garantidos pelo Estado.

Nessa ordem de idéias e sob a perspectiva analítica de Dumont (1989), argumentamos que os princípios fundamentais da constituição do Estado (e da sociedade) não são mais extraídos ou deduzidos das propriedades e qualidades inerentes ao homem, considerando-o um ser autônomo, independente de qualquer vínculo social ou político. Perdeu-se a capacidade que os indivíduos tinham para traçar, individual e coletivamente, seus próprios limites, individuais e coletivos. Não existe mais uma política que estabeleça diretrizes reais, uma cultura de autolimitação do indivíduo. O quadro aponta como se não houvesse lugar para a cidadania fora do consumismo e do

⁸ O liberalismo é uma teoria ou doutrina de liberdade política e de liberdade econômica. Em conformidade, orienta à ação do Estado e de qualquer autoridade, visa o bem comum, sem ferir os direitos individuais. O liberalismo apela à liberdade como direito intrínseco de todo indivíduo e ao limite da autoridade por causa desse direito.

individualismo⁹, de cada-um-por-si.

Deparamo-nos, portanto, com a contradição do caráter atual da democracia: ao mesmo tempo que o regime democrático tem autonomia para conceder liberdade aos cidadãos, característica de ação perdida, tem autonomia para restringi-la, em prol de um ideal coletivo.

A partir do que foi assinalado pelos autores citados (CASTEL, 2005; DUMONT, 1989), elaboramos a seguinte ponderação: algumas das questões que incidem na profusão de mecanismos que afetam o direito à segurança na sociedade contemporânea são a escassez de mecanismos de proteção social por parte do Estado, as disfunções do liberalismo, políticos e os domínios do individualismo.

4.2 SEGURANÇA E DEMOCRACIA

A insegurança e o individualismo, na sociedade moderna, gerados, em parte, pela perda de proteção social do Estado, inviabilizam a democracia e levam à privatização dos meios de assegurar a liberdade individual.

Inviabilizam a democracia no sentido de que, para as pessoas, os interesses individuais e os coletivos passam a ser excludentes. A procura por um bem comum implica a privação de ações em favor de um bem individual. Em outras palavras, o antigo ideal democrático da busca do bem-comum e de “boa-sociedade” de Aristóteles (1991), para atender às necessidades do coletivo, perdeu espaço pela intensificação do individualismo. Na configuração atual, as pessoas buscam um bem individual, íntimo, sem atingir as dimensões do espaço público e as necessidades de âmbito coletivo.

Contudo, essa tendência à privatização de interesses é problemática, pois, como disse Bauman (2001), a emancipação dos indivíduos, sua libertação, necessária para construir uma sociedade independente, é atingida

⁹ O individualismo consiste na afirmação do indivíduo ante a sociedade e o Estado. Liberdade, propriedade privada e limitação do poder do Estado – é a essência do Individualismo.

na procura por um bem comum, mediante o desenvolvimento de um trabalho coletivo.

Para reforçar o argumento sobre a relevância da libertação individual, Bauman (2001, p. 26), diante da questão: a libertação é uma bênção ou uma maldição, uma maldição disfarçada de bênção ou uma bênção temida como maldição, responde: “A verdade que torna os homens livres é, na maioria dos casos, a verdade que os homens preferem não ouvir”.

Essa verdade que os homens não querem ouvir é: só é possível a libertação se à autonomia do indivíduo se soma - não se opõe - o trabalho coletivo. De acordo com isso, o cidadão, para ser livre, tem que estar numa sociedade que lhe proporcione uma posição autônoma e a possibilidade de desenvolver um trabalho coletivo. Quanto mais liberdade o homem adquire na união com outros homens, mais “indivíduo” ele se torna.

A configuração social ideal para o estabelecimento da liberdade individual das pessoas acontece quando o indivíduo se insere no meio social, desenvolvendo um trabalho produtivo e, a partir dele, cria vínculos sociais. Nas práticas sociais, o indivíduo legitima as regras e normas que regulamentam o sistema social no qual está imerso.

A associação ao meio social é alternativa que resta ao indivíduo para adquirir o direito à segurança e à estabilidade individual. Em outros termos, para sobreviver, o indivíduo precisa da cooperação de outros homens.

Além da democracia, outro viés explorado, nesta Dissertação, para refletir sobre as condições necessárias para o indivíduo usufruir o direito à segurança, é o exame da noção de comunidade, em relação ao direito à liberdade. Indagamos pelo direito à segurança e à liberdade no marco da comunidade, tomando como referência teórica principal o autor Bauman (2001).

4.3. COMUNIDADE, SEGURANÇA E LIBERDADE

Bauman (2003) aborda a questão de Segurança em relação à

comunidade e à liberdade. Considera a segurança uma característica intrínseca da vida em comunidade, fundamental para uma vida feliz.

Alertamos para o fato de que o conceito de comunidade que Bauman (2003) utiliza nesse postulado contrapõe-se ao conceito clássico de comunidade, segundo o qual o sentimento de pertencimento faz sentir “dentro do ninho”, com conforto e segurança. Para o autor, há uma tensão entre essa utópica e almejada segurança, subjacente à vida em comunidade, e a idéia de liberdade, cuja concepção é excessivamente imprecisa.

Por outra parte, os atributos imanentes às definições de comunidade, isto é, a homogeneidade e a tranqüilidade, correm o risco de se perder quando as relações entre os de dentro e os de fora começam a se intensificar. Portanto, para a comunidade ser preservada (em acordo entre seus integrantes), precisa ser vigiada e defendida. Passa a ser “uma fortaleza sitiada; trincheiras e baluartes são os lugares onde os que procuram o aconchego, a simplicidade e a tranqüilidade comunitária terão que passar a maior parte de seu tempo” (BAUMAN, 2003, p. 19).

A segurança, conclui Bauman (2003), é inimiga da liberdade; implica uma comunidade cercada de muros e protegida por cercas. Mas deveria ser condição necessária ao diálogo entre culturas. Sem segurança, a comunidade tem pouca chance de se abrir às trocas com outras comunidades. Parece ser, para o autor, que somente com a segurança as perspectivas da humanidade brilham.

O conceito de comunidade de Bauman, esboçado anteriormente, remete às teorias de Manuel Castells (1999) referente à sociedade em rede. Ele argumenta que a divisão social e territorial do espaço, no interior da cidade, em muitas circunstâncias, expressa a tendência, por um lado, à organização social do espaço a partir de áreas de ampla homogeneidade social e, por outro lado, de intensa disparidade social entre espaços, disparidade que recomenda seja compreendida em termos de diferença e de hierarquia.

Pode-se precisar, portanto, que a vivência em comunidade ou, como diria Castells (1999), em espaços sociais homogêneos, no âmbito da sociedade, significa a perda de liberdade. A comunidade oferece segurança,

mas priva de liberdade o indivíduo. Esse fenômeno gera um dos dilemas mais significativos para a compreensão das dinâmicas sociais da contemporaneidade, pois nos situa diante de um paradoxo: resistir à segurança coletiva em prol da liberdade individual.

Desse modo, para a comunidade existir com segurança, é preciso que os indivíduos abram mão da liberdade; por sua vez, esta última só pode ser ampliada às custas da segurança. Essa situação provoca um conflito social infinito e infindáveis questionamentos para intelectuais, já que o sacrifício da segurança individual de uma pessoa, em nome da liberdade, tende a ser a segurança de outros. E a liberdade sacrificada, em nome da segurança, representa a liberdade de outros.

Na mesma linha de Bauman (2003), dirigindo a atenção para as relações interpessoais que conformam a vida em sociedade, Fromm (1986) sustenta que a liberdade está no cerne da vida coletiva: viver em público significa conviver com o outro. A vida social fundamenta-se na relação entre o “eu” e o “outro”. Nela subjaz o problema da liberdade, que diz respeito aos limites da vida coletiva. Assim, sob a ótica das relações interpessoais, podem-se questionar os limites da liberdade de um indivíduo sobre o outro e vice-versa, do outro sobre o indivíduo.

Contudo, ao considerarmos a liberdade como direito humano independente da segurança, necessária à convivência na sociedade moderna, percebemos que a liberdade tem outras conotações. É esse nosso pressuposto teórico, elaborado com base nas contribuições de Fromm (1986) sobre o assunto.

Apesar da renúncia à liberdade para viver em sociedade, seguindo Fromm (1986), a liberdade é inseparável da existência humana. O homem existe como tal a partir do momento em que ultrapassa a ação por instintos, em que a natureza deixa de exercer sobre ele uma função coercitiva e em que não é definido por questões hereditárias. Nessa ótica, a liberdade é empregada não em seu sentido positivo de “liberdade para”, mas no sentido negativo de “liberdade de”, ou seja, liberdade da determinação instintiva de suas ações (FROMM, 1986, p. 36).

Nessa mesma ótica, para o filósofo existencialista Jean-Paul Sartre (1987, 1999), a liberdade é condição do ser humano que vive em comunidade. É o fundamento da coletividade, na medida em que implica a possibilidade de as pessoas compartilharem do mesmo espaço, das mesmas crenças, de afazeres e, talvez, dos mesmos objetivos de vida.

Dialogando com a filosofia de liberdade de Sartre, podemos dizer que a segurança é possível quando há liberdade. Nesse contexto, liberdade e segurança não se opõem, porque a liberdade denota o exercício do direito humano de ir e vir no espaço social ao qual está adstrito seja ele qualificado de comunidade ou de sociedade. Não contempla a interferência de regras e normas sociais no desenvolvimento de idéias e ações individuais.

Na mesma perspectiva teórica de Sartre, Rousseau (1983) assinala que a liberdade é uma qualidade do homem; faz parte de sua natureza; é um direito humano. Em caso de optar por renunciar a esse direito, o indivíduo priva-se da liberdade voluntariamente e exclui a moralidade de suas ações.

Em suma, a partir do que foi dito até aqui, segurança e liberdade denotam direitos dicotômicos, ambíguos, contraditórios e/ou complementares entre si. Mas, para explorar melhor a relação entre segurança e liberdade, na sociedade moderna, vamos discernir algumas noções de liberdade, assinalando em que medida elas embatem na segurança, enquanto direito do cidadão.

4.4. CONCEITO DE LIBERDADE

Se, no início deste capítulo, examinamos, com base nas teorias de Castel (2005), a importância da propriedade para alcançar o direito à segurança na sociedade moderna, aqui tratamos, primeiramente, da maneira como se relacionam as noções de propriedade e de liberdade, em que medida denotam direitos humanos, mesmo que o contexto histórico que inspire essas

reflexões seja o século XVII.

Para o desenvolvimento dessas questões, apoiamo-nos no pensador liberal John Locke (1632-1704), pai do empirismo britânico, considerado às vezes o precursor do neoliberalismo, que concilia liberdade e propriedade.

Em seus postulados, Locke (1998) refere-se ao Estado natural do homem, entendendo-o como um estágio cultural, no âmbito do qual ele é um ser racional e livre. De acordo com esse pressuposto, a natureza humana define a razão e a liberdade. O ser e estar livre possibilita ao homem autonomia sobre si mesmo: ser dono de si.

Contrariamente, o Estado civil protege a propriedade privada, fundamentado num ordenamento jurídico constitucional, numa legislação. A organização do Estado civil, apresentado por Locke (1998), em consonância com o Estado natural, não legitima a propriedade privada nem a máquina administrativa que a sustenta. Nele, a propriedade corresponde à liberdade, à vida e a bens. Desses elementos constitutivos da propriedade, alguns os concebem intransferíveis, como a vida e a liberdade, e transferíveis, como os bens.

O mencionado autor argumenta que, pelo fato de o Estado natural ser uma instituição anterior à sociedade, a propriedade é um direito natural do indivíduo que não pode ser violada pelo Estado. Essa concepção, de parte do Estado, de que a liberdade é uma propriedade do ser humano e um direito, permite a esse mesmo Estado não enfrentar problemas sociais e poder assegurar aos homens condições para uma convivência pacífica.

Conforme Locke (1998), os direitos naturais inalienáveis do indivíduo à vida, à liberdade e à propriedade constituem o cerne do Estado civil, sendo a principal função do Estado civil a garantia à propriedade, através de sua proteção, com o amparo da lei, do árbitro e da força comum de um corpo político unitário.

Para a execução das funções, o Estado encarrega uma autoridade comum. Em caso de ausência de um ator social que exerça a autoridade, os homens entram em estado de natureza. Ao mesmo tempo, o uso excessivo da força sobre as pessoas, por parte de quem não está no direito de fazê-lo,

provoca um estado de guerra (LOCKE, 1998). Quer dizer, tanto a falta de uma autoridade que organize as manifestações de liberdade dos indivíduos em sociedade quanto o excesso dessa força inibidora de ações criam situações vulneráveis a confrontos entre as pessoas, dos quais decorrem manifestações de violência.

Dai a importância do que Locke (1998) chama de contrato social: um pacto em que os homens consentem livremente formar a sociedade civil com um representante para preservar e consolidar ainda mais os direitos que possuíam originalmente no estado de natureza, de maneira que ninguém perca sua liberdade, apenas se deixe guiar por um líder.

Contrapondo com Locke e toda a linha de raciocínio exposta acima, buscamos em Schaff (1967) - autor não-liberal - argumentos de que a liberdade é o que podemos qualificar de um direito humano, um direito conquistado por ele, uma vez que toma conhecimento de sua existência. Nesse sentido, colocam-se dois desafios: conhecer os tipos de liberdade que o indivíduo pode vivenciar e saber em quais circunstâncias se efetiva a sensação de liberdade plena.

Uma segunda interpretação da liberdade, que está no cerne da tradição democrática, coincide com a idéia de liberdade como autonomia. É a liberdade "positiva", aludida por Rousseau (1983). Apóia-se na idéia de que, na qualidade de cidadãos, temos direito a participar e contribuir na escolha de decisões coletivas e, portanto, de participar e colaborar no exercício da autoridade que nos vincula.

Perpassa nesses dois enunciados de liberdade, negativo e positivo, uma teoria única: o valor da escolha individual, apesar dos diferentes campos em que ela se aplica. Porém, a diversidade está na base da tensão entre as duas liberdades; ela continua a existir, traçando a linha divisória entre a área da moralidade própria às escolhas privadas e aquela da ética ligada às escolhas públicas.

Schaff (1967) desenvolve a idéia de que a única liberdade que temos é a de escolha frente a uma situação, um dilema que se manifesta para nós em uma ou mais opções. A liberdade é uma necessidade da pessoa, reconhecida

em torno das ações humanas concretas, que oscilam entre a razão privada e a razão pública. Sublinha, então, que liberdade é a escolha sem pressões externas, sem imposição de forças.

No entanto, como o mesmo autor assevera, a liberdade está sujeita à proteção de valores e de interesses coletivos. É condicionada por fatores sociais e individuais, e subordinada a processos históricos, que independem de ações e de escolhas do indivíduo. Quer dizer, depende do contexto social e histórico da sociedade à qual está adstrito o indivíduo.

O citado autor ressalta que, sob liberdade, o homem ativo em sociedade expressa o Eu de maneira objetiva, compreensível para os outros e manifesto, sobretudo, como objeto produzido por ele, nas relações entre os homens e em valores espirituais, “materializados, por exemplo, na palavra escrita ou falada” (SCHAFF, 1967, p. 116). Já as opções de ação com as que se deparam os indivíduos, em estado de liberdade, ocorrem em vários momentos: no cotidiano e em ocasiões extraordinárias.

Schaff (1967) argumenta que a liberdade e a autonomia do indivíduo resultam das alternativas com que este se depara e de sua capacidade para fazer história. Ao se perguntar em relação a quê e a quem o indivíduo humano obtém autonomia e liberdade de escolha, encontra a resposta na trajetória histórica, na relação do indivíduo e sua história. Ele concebe a história uma expressão do indivíduo e da sociedade¹⁰.

Refletir sobre os mecanismos sociais e históricos que permitem ampliar cada vez mais a condição de liberdade nos indivíduos e à consciência de sua existência nos remete a pensar na história enquanto processo de formação da liberdade. Tal formação consiste na educação para a liberdade, por meio da qual cria-se a consciência de si e do que possibilita e objetiva a liberdade. Schaff (1967) interpreta as manifestações de liberdade produzidas ao longo da história como registro da consciência individual e da coletiva desse direito.

¹⁰ A história humana manifesta o progresso dialético liberdade/necessidade e razão/sensibilidade. Para Hegel, o sentido do desenvolvimento da razão ao longo da história é o progresso da liberdade, ou seja, “o fim absoluto da razão é que a liberdade seja efetivamente real” (HEGEL, 1998, p. 33).

No marco da discussão da liberdade, convém enunciar o conceito sartreano utilizado para pensar o assunto, fundamentado na noção de sujeito, a qual, na filosofia sartreana, é básica para a compreensão do conceito de liberdade, uma vez que a liberdade se define pela consciência que o sujeito tem de sua autonomia para escolher. A escolha é intencional.

Dessa forma, o sujeito livre sartreano é o sujeito moderno proveniente da filosofia cartesiana, na medida em que Descartes (1999-2001) promulgou a liberdade de pensar e a consciência do sujeito. Nessa perspectiva, Sartre (1987) expõe, em sua obra *O Existencialismo é um Humanismo*, uma de suas teses principais: a verdade absoluta é: “penso; logo, existo”. É a verdade que alude à consciência que apreende a si mesma. Toda teoria deve considerar o momento em que o homem se apreende a si mesmo. Fora do postulado cartesiano, os objetos são apenas prováveis. E, para não desmoronar, a doutrina de probabilidades deve estar ancorada numa verdade: “para definir o provável, temos de possuir o verdadeiro” (SARTRE, 1987, p. 15).

Na perspectiva desse filósofo, a liberdade aparece, então, como a condição da construção do sujeito. Não é possível aludir a uma liberdade comum ao sujeito e ao outro, bem como não se pode considerar uma essência de liberdade. Pelo contrário, a liberdade é o fundamento de todas as essências. “O homem desvela as essências intramundanas ao transcender o mundo rumo a suas possibilidades próprias” (SARTRE, 1999, p. 542).

Conforme o parecer anterior, o homem se caracteriza pela condição de ser livre. Ele afirma-se em suas escolhas livres, tornando-se, assim, produto de sua liberdade, pois é na ação livre que o homem escolhe seu ser, que se constrói enquanto sujeito. Por outro lado, no mundo da natureza, não há liberdade, mas o determinismo dos instintos. Falar no humano, sob o viés sartreano, é falar num ser que quotidianamente escolhe as ações que realiza. Dessa forma, toda ação, escolha, objetivo ou condição de vida são produto da liberdade humana. A liberdade deixa de ser uma conquista humana, para, segundo Sartre, ser uma condição da existência humana.

Ainda sob a inspiração de Sartre (1999), salientamos que a apreensão da liberdade pelo indivíduo se dá através dos atos. Na existência individual, a liberdade é colocada constantemente em questão no ser. Não é uma qualidade

sobreposta ou um atributo da natureza do indivíduo. A liberdade é a tessitura do ser.

Assim, pois, analisar os significados de liberdade, na atualidade, implica indagar pelas mudanças de sentido dessa noção, partindo-se do pressuposto de que os sentidos da liberdade não são homogêneos. A categoria liberdade, igual a qualquer categoria social, tem múltiplos significados.

As mudanças de sentido da liberdade decorrem de tensões e conflitos que a convivência entre diferentes conteúdos de liberdade provoca e do valor que o sistema de liberdade pode ter para o cidadão e para grupos sociais diferentes dentro da mesma sociedade. É o que se pode observar, a partir da caracterização da contemporaneidade por Bauman (1997), como o Mal-Estar da Pós-Modernidade.

Bauman (1997) assinala que uma das marcas da época é a vontade de liberdade. Nesse contexto, a idéia de liberdade é mais do que uma ambição; é uma exigência contemporânea permanente, considerada indispensável.

Tomando como eixo a liberdade individual, encarada como condição e demanda pós-moderna, o autor analisa algumas transformações e deslocamentos que operam no mundo atual, decorrente de variações estruturais e sob as quais organizam-se os modos de vida. Evoca, portanto, um processo que acompanha a velocidade das mudanças econômicas, tecnológicas, culturais e do cotidiano, cuja designação genérica é 'pós-moderno'.

Segundo Bauman (1997), os deslocamentos produzidos pelas mudanças sociais situam o indivíduo diante da dificuldade de delimitar as características próprias do "moderno" e do "pós-moderno", isto é, de demarcar limites entre um e outro, de assinalar as discontinuidades históricas vivenciadas pelos indivíduos, a partir da esfera da vida governada por ele próprio e pelo outro. Significa então focar a atenção em determinadas transformações na forma de o indivíduo conduzir a vida, assinalando contingências relacionadas ao espaço e ao tempo em que se está circunscrito.

Bauman (1997) postula que o advento da era moderna coincidiu com a exaltação da ordem como uma realização desejável, capaz de construir um

mundo estável, seguro, coerente, limpo, sólido e puro. Daí que a descrição supostamente exata e a classificação da totalidade dos planos da vida, decifrados, definidos e organizados, seja uma das mais importantes pretensões modernas. Sendo assim, aumentam consideravelmente as chances de intervir no mundo (uma vez totalmente descoberto e explicado), de modificá-lo, ao direcioná-lo para uma nova ordem, por excelência, pura e inquestionável.

Nesse contexto, Bauman (1997; 1999) discorre sobre a universalização do medo ou das perdas, derivadas da troca de ordem na busca pela liberdade. O mundo moderno perfeito passa a ser aquele onde se pode ter o máximo de controle, garantindo o sucesso de ações futuras, devidamente planejadas. Enquanto Schaff (1967) destaca o condicionamento histórico do direito à liberdade, Bauman (1997) a examina em relação à estrutura social e, a partir dela, discorre também sobre a crise da liberdade na sociedade contemporânea.

Este último autor sustenta a idéia de que, na época contemporânea, a liberdade sobrepõe-se às camadas sociais. A liberdade de escolha é proporcional à posição ocupada na hierarquia social: quanto mais alta for essa posição, a capacidade de escolhe é mais ampla. E acrescenta que, na sociedade atual, as pessoas vivem uma ambivalência em relação à crise social e à liberdade, pois nela são cultivadas duas crenças: uma de que a liberdade foi alcançada da melhor forma; portanto, não há necessidade de protestar e exigir maior liberdade. A outra é que, sozinhos, os indivíduos não podem mudar as coisas que são produzidas e, se pudessem, seria inútil imaginar um mundo diferente.

Diante dessas crenças, Bauman (1999) pergunta-se por que razão o homem, apesar de ter conquistado a liberdade, carece da capacidade de imaginar um mundo melhor e de fazer algo para concretizá-lo. Questiona também a qualidade da liberdade na sociedade moderna, por desestimular a imaginação e tolerar a impotência das pessoas livres diante de fatos que dizem respeito a uma coletividade.

Se essas crenças não combinam, o que faz os homens viver com essa contradição, por que não a notam e, se a notam não ficam preocupados, pergunta-se Bauman (1999). A resposta a essas questões ele encontra no saber. Do seu ponto de vista, é importante conhecer as coisas para saber o

que as faz serem o que são. O conhecimento permite às pessoas livres exercer sua liberdade, pois há um distanciamento entre ser livre e exercer a liberdade.

A lição de Bauman (1999) é de que devemos ter consciência para, no momento de fazer a crítica, poder sugerir uma solução. Argumenta também, inspirado em Castoriadis, que o problema da civilização atual é que ela parou de se questionar e produzir indivíduos dispostos a argumentar. Para ele, é preciso que a sociedade questione sempre para encontrar respostas aos problemas que a afligem.

Nessa ordem de idéias, conforme Bauman (1999), é preciso ter conhecimento de que o aumento da liberdade individual denota aumento da impotência coletiva. Esse fenômeno acontece porque as pontes entre as vidas privada e pública são destruídas ou nem foram construídas, pela dificuldade para traduzir preocupações pessoais em questões públicas, bem como de discernir e apontar o que é público nos problemas privados.

A sociedade moderna carece dessas pontes. A comunicação entre o público e o privado é exígua. Os problemas pessoais não se transformam em causas comuns. A sociabilidade é flutuante, não tem onde se ancorar; portanto, para se extravasar, manifesta-se em explosões espetaculares, breves. Às vezes, extravasam em eclosões de agressão acumulada contra um inimigo público. Outras vezes, em um acontecimento em que a maioria das pessoas se sente envolvida ao mesmo tempo, entram em sincronia em suas alegrias e tristezas. Só que essas oportunidades perdem força; quando retomam a rotina cotidiana, tudo retorna ao ponto inicial.

4.5. ÁGORA: ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO

Para Bauman (1999), a mudança desse quadro depende da ágora, isto é, um espaço público e privado ao mesmo tempo, no qual os problemas pessoais se encontram coletivamente. O termo “público” remete a dois conceitos distintos, embora correlacionados. Por um lado, alude à idéia de acessibilidade. Tudo que vem a público é acessível a todos. Quando divulgamos um pensamento, um sentimento e/ou outras experiências

individuais, o privado torna-se acesso público. A garantia desse fenômeno depende de uma condição essencial: outros indivíduos têm de partilhar da mesma realidade do mundo.

Por outro lado, o termo “público” centra-se na idéia do bem comum e interesse comum no mundo do artefato e dos negócios humanos, na medida em que é partilhado por indivíduos que se relacionam entre si. Porém, na sociedade de massas, o homem perdeu a capacidade de viver em comum, limitando-se ao mero consumo.

A esfera pública do comum não resulta da igualdade da natureza humana, mas, fundamentalmente, de um objeto comum – a política – que interessa a todos os indivíduos, ainda que desde perspectivas diferentes. Assim se compreende a pluralidade de opiniões no espaço político.

A Teoria Crítica atual se coloca à disposição para recuperar e interpretar este “lugar de encontro, debate e negociação entre o indivíduo e o bem-comum, privado e público” (Bauman, 1999, p. 13).

Na ágora, procuram-se, coletivamente, forças que acabem com o sofrimento particular da miséria individual. É a conquista de um espaço onde as idéias podem ser um bem público. O papel da ágora passa necessariamente pela ação coletiva, pela política com “P” maiúsculo. Essa é a nova proposta da sociedade civil: o ressurgimento desse espaço, onde a política se desenvolva e o indivíduo torne sua vontade coletiva.

Alguns modelos da sociedade civil são os correspondentes contemporâneos da ágora¹¹, que, no passado, correspondia ao espaço proposto pela *polis* grega, que mantinha comunicação entre o público e o privado, por meio de seus membros (atuais indivíduos). O ideal da *polis* consistia numa esfera pública comum, não no sentido da igualdade da natureza humana, mas de um objeto comum: a política, de interesse para todos os indivíduos, ainda que sob perspectivas diferentes, devido à pluralidade de

¹¹ As origens da Ágora remontam a Polis grega que se legitimava através de uma democracia limitada, onde escravos, mulheres, crianças e estrangeiros não eram contemplados pelo processo que dava o direito de participação e expressão política (BAUMAN, 1999).

opiniões no espaço político. Essa acepção demonstra o que foi e o que é o papel da ágora: a idealização do “bem público”, por meio de uma sociedade justa que produz valores partilhados.

Esse espaço condiz com um presente instantâneo, sem duração, que serve de limite móvel entre o passado e o futuro, que alude a um processo permanente de autoconstrução. É um momento presente como limite; portanto, diferente do instante, do espaço “fluido”, intermediário entre o público e o privado. Porém, esse espaço, categorizado de ágora, não se vê mais; foi ocupado por forças que conspiram com a apatia política para recusar a construção de novos espaços.

No entanto, o autor faz a ressalva de que a ágora é muitas vezes desvirtuada, pois dela busca-se apenas extrair prazeres individuais, narcisistas, ou uma terapia mágica através da exibição pública de ansiedades pessoais. Essa condição surge da emergente tendência consumidora de auto-ajuda e da obsessão em querer saber da vida privada alheia, a qual gera milhões de dólares às empresas de comunicação, derivados de programas televisivos desenhados com um perfil mundial. Nesse contexto, a ágora passou a ser um espaço do culto à fofoca, ao sensacionalismo e à banalidade.

Além dessas utilizações desencaminhadas do propósito original, da junção do público e do privado, boa parte da sociedade reconhece que a ágora não instrui positivamente os telespectadores, não desempenha uma função pública nem atinge seu principal objetivo: o exercício da cidadania pelo cidadão.

A real função da ágora é a relação direta com as questões políticas atuais, pois agrega o campo em que os políticos lançam novas propostas, sendo que esta mudança não tem a mesma força de ações políticas do passado. O problema é que, atualmente, os políticos são somente mediadores. E, devido ao conformismo generalizado, a sociedade não reivindica mais seu espaço; acomoda-se à situação que oportunize a concentração de liberdade individual. As pessoas só fazem o que interessa a elas próprias; não se agrupam mais em torno de reivindicações para novas alternativas políticas.

Na sociedade, impera a ausência do comprometimento e do senso

crítico das pessoas em relação aos políticos e ao poder público. Não apresentam novas alternativas de solução aos problemas que atropelam os cidadãos (Bauman, 1999). A ágora necessita ser habitada e colonizada por cidadãos livres que compreendam a construção de um espaço para a liberdade, mas que compreendam a necessidade e as circunstâncias de debater, escolher e decidir as prioridades do espaço em que estão inseridos.

O grande desafio de hoje é garantir a segurança por meio do controle social, sem sacrificar a liberdade das pessoas na esfera pública. Espera-se que a liberdade possa ser usufruída pelos indivíduos no cotidiano. Visto que o indivíduo oscila entre a segurança e a liberdade, ele estipula, na dimensão do cotidiano, os limites da sua ação e, ao mesmo tempo, as possibilidades de superação dos limites.

4.6. ESFERA PÚBLICA

A noção de ágora, desenvolvida por Bauman, introduz a reflexão da esfera pública. Tomando como referência teórica Taylor (2000), a esfera pública é um espaço comum que congrega os membros da sociedade por meio de diversos meios (impressos, eletrônicos), bem como em encontros diretos, para discutir e formar uma idéia comum em torno de questões de interesse comum.

A categoria esfera pública, no interior da teoria crítica¹², representou uma grande contribuição para os debates de democracia; abriu caminho para a emergência de um novo viés analítico para pensá-la. O exame da esfera pública permitiu a conexão entre a teoria crítica e a teoria democrática, numa perspectiva positiva de revitalização da democracia, efetivada por meio do

¹² Fazemos referência à segunda geração da teoria crítica, mais especificamente, à obra habermasiana: Mudança estrutural da esfera pública (1984).

envolvimento racional dos cidadãos no processo público da tomada de decisões, rompendo, assim, com a idéia de sua impossibilidade, amplamente difundida pela primeira geração frankfurtiana (AVRITZER, 1999; AVRITZER; COSTA, 2006).

Nesse sentido, junto com o republicanismo e o pluralismo, a teoria da democracia, vinculada ao conceito de esfera pública, forneceu um suporte analítico diferenciado à discussão do bem comum e dos rumos da comunidade política. A relação entre esfera pública, opinião pública e cena política tem sido abordada em muitos estudos, focando, principalmente, a maneira como a cena política transfere-se para o campo da opinião pública. Os estudos não têm dado muita importância às conseqüências da cena política, midiaticizada, para a democracia e para as transformações na esfera pública e na forma da produção da opinião pública. No entanto, é fundamental examinar a emergência de novos sujeitos sociais e a cena política midiaticizada pela opinião pública e pela esfera pública contemporânea.

O conceito de esfera pública ocupa uma posição central na teoria habermasiana, por considerá-lo arena de formação da idealização da vontade coletiva. Alude a um espaço de debate público, onde se produz um embate entre diversos atores da sociedade. A esfera pública é espaço de disputa entre princípios de organização e de sociabilidade divergentes. A reconstrução do espaço público se dá, segundo Habermas (1984), dentro de uma perspectiva emancipatória, contemplando procedimentos racionais, discursivos, participativos e pluralistas, que permitem a atores da sociedade civil chegarem a um consenso comunicativo e à auto-regulação, fonte de legitimidade das leis.

Atualmente, não encontramos uma esfera pública nos termos em que foi descrito inicialmente por Habermas (1984), ou seja, a reunião de um público formado por pessoas privadas que constroem uma opinião pública sustentada numa racionalidade, fora da influência do poder político e econômico e de estratégias de ação. Nesse sentido, são válidas as críticas feitas ao processo de superficialização da política e do debate político; à inconsistência do que tem sido chamado de opinião pública; a métodos quantitativos e qualitativos de apreensão desta opinião; à burocratização e mercadorização crescente do espaço público; à manipulação e, por fim, ao papel que a mídia e o *marketing*

exercem¹³.

Isso não significa que, por causa da midiatização da sociedade e da política, tenha se eliminado a opinião pública e outras formas de mediação na sociedade, nem que se impossibilite a construção de uma efetiva esfera pública democrática. É preciso, portanto, discutir o processo de produção da opinião pública e as circunstâncias nas quais as opiniões podem ser mais relevantes.

O autor pondera que a esfera pública é essencial para a formação da opinião pública e de um consenso. Não é nada novo o conceito de opinião pública – produto ideológico direto da Revolução Francesa, resultante de opiniões individuais de cidadania. Nesse contexto, o conceito legitimava-se como uma espécie de substrato ético e adquiria o caráter de entidade moral e fiscalizadora dos três poderes institucionais da República. Mas, só a partir da década de 1930, os franceses introduzem esse conceito no discurso da ciência política, fato que dá margem ao surgimento da medida estatística de substrato coletivo, administrada por institutos de pesquisa. Contudo, a disseminação dos métodos de modelagem matemática da opinião é produto de estudos políticos norte-americanos.

A "opinião" é instrumento de um novo regime de visibilidade pública e, portanto, um novo tipo de controle. Tende a não ser mais do que pura imagem ou objeto inexistente. Remetendo-nos às contribuições de Champagne (1988, p. 32) sobre o assunto, percebe-se que a 'opinião pública' não existe, nem a 'opinião' derivada de sondagens de opinião, senão o espaço social dominado por atores sociais – “profissionais das sondagens, cientistas políticos, conselheiros em comunicação e *marketing* político, jornalistas etc.” – que fazem uso de tecnologias modernas (pesquisa por sondagem, computadores, rádio, televisão etc.).

¹³ No processo de mudanças mais importantes no Brasil, ocorridas para responder aos problemas da violência urbana, intervém a mídia. Os jornais responderam à nova percepção da problemática da segurança, alterando estratégias de cobertura e, pouco a pouco, deixando a velha prática de reportagem policial, quase sempre sensacionalista e vinculada à troca de favores entre fontes policiais. Os jornalistas que cobrem a matéria, geralmente ligados às editorias de reportagem local, hoje são mais qualificados e encontram maior reconhecimento por parte de seus colegas do que antes. Fenômeno que ocorre por tratar-se de especialistas num dos temas mais candentes do Brasil.

É por meio desses recursos que se imprime a marca de política autônoma à opinião pública, fabricada pelos próprios atores sociais, os quais, ao mesmo tempo em que a analisam, a manipulam. Em consequência, transformam profundamente a atividade política, tal como é apresentada na televisão e como pode ser vivida pelos próprios políticos.

A discussão acerca da opinião pública se traduz na produção de representações sociais. Significa, segundo Sandra Jovchelovitch (2000), o estabelecimento de um consenso público a partir da experiência da pluralidade e da diversidade de perspectivas diferentes, encontradas no sentido mais profundo da esfera pública.

Ao enveredarmos pelas diversas estratégias utilizadas pelos atores sociais (indivíduos e grupos) em sua lida com as contradições vivenciadas (entre o público e o privado, o individual e o coletivo), na busca pelo direito do cidadão à segurança e o direito humano à liberdade, nos deparamos com um fenômeno de grande complexidade. Essa complexidade se confirma ainda mais na identificação dos diversos elementos que interferem na realização desses direitos.

O contraste sobre as dificuldades para o acesso dos direitos à segurança e à liberdade se expressa na carência de direitos em sentimentos de insegurança e medo. Hoje é muito complicado falar em estado “welfare-state” e em sua análise, porque temos um momento em que a demanda não é mais coletiva e, sim, individual, bem como as necessidades, o estilo de vida. Segundo Bauman (2001), as pessoas querem o “confinamento espacial e fechamento social”. A incerteza se tranqüiliza na busca de um individualismo sem a experiência da vivência em comunidade.

5. INSEGURANÇA E MEDO

No capítulo anterior, tratamos segurança como um direito do cidadão, determinado pela liberdade e determinante da liberdade, em falta na sociedade moderna, situação que contribui para o aumento da vulnerabilidade social das pessoas em sociedade. Neste capítulo, exploraremos os sentimentos que decorrem dessa situação de vulnerabilidade: a insegurança e o medo. Esses sentimentos dominam as pessoas que vivem em sociedades marcadas pelo individualismo, pela falta de solidariedade entre as pessoas, pela carência de assistência social e pelo descrédito nas instituições.

Como foi assinalado no capítulo anterior, a sociedade atual carece de segurança; oferece-a cada vez menos e reluta em promê-la. Em conseqüência disso, os indivíduos, imersos num mundo “fluido e imprevisível de desregulamentação, flexibilidade, competitividade e incerteza” (Bauman, 1999, p. 129), são afetados pela insegurança¹⁴. A insegurança gera uma ansiedade sofrida individualmente, um problema privado atribuído às falhas pessoais, que provocam um desafio individual.

5.1. APATIA POLÍTICA E SOFRIMENTO

Para Bauman (1999), as ações políticas não chegam perto da fonte de ansiedade dos indivíduos, causada pela insegurança. Em sua visão, ela desgasta a energia que podia ser utilizada no esforço por trazer de volta o espaço público politicamente administrado.

Na conjuntura social contemporânea, a ânsia pela segurança tornou-se uma obsessão; provoca sentimentos de insegurança, medo, preocupação por causa de um futuro incerto e a desconfiança no outro. As peculiaridades desses sentimentos coíbem as pessoas em suas ações, que se refletem na

¹⁴ Giddens, Beck e Lash (1995) sugerem que a referida passagem da segurança para a insegurança caracterizam a idéia de risco. Para estes três autores, o que importa no âmbito da segurança, insegurança e do risco, é constatar que a Sociedade civil emerge em uma crise intrínseca, derivada da maneira como esta se organizou, e dominada pela violência.

atitude de não querer assumir riscos. As pessoas não se mostram dispostas a correr os riscos que as ações coletivas implicam, nem têm coragem para assumir formas alternativas de convívio, de procurar soluções em conjunto.

Nesse panorama, impera o conformismo e a apatia política entre as pessoas, o que nos faz deparar com uma espécie de beco sem saída. Tal como aponta Bauman (1999), o preço do conformismo e da apatia política é pago com o sofrimento humano. Assim, forma-se um ciclo vicioso: a insegurança gera mais insegurança e um progressivo encerramento dos indivíduos em torno de si mesmos. No entanto, a cura da insegurança e da incerteza exige uma ação unificada.

Porém, quase todas as ações tomadas em função da segurança são divisórias; criam divergências. Disso resultam nítidas divisões: a inflexibilidade e a rigidez disciplinar. A solidez da estrutura da ordem moderna, em que as ações humanas podiam encontrar certezas e portos seguros, desloca-se para a pós-moderna sensação flutuante do ser.

Bauman (1999) alerta que não se pode mais contar com a segurança que serviu de promessa de um mundo melhor. Em vez dela, vive-se em ansiedade profunda, que se intensifica progressivamente, à medida que as tentativas de uma segura apreensão do real aumenta, bem como a ansiedade que examinaremos nos próximos itens, ao indagarmos sobre os conceitos de insegurança e medo.

5.2. CONCEITO DE INSEGURANÇA

Para abordar este fenômeno, vamos nos remeter, em primeiro lugar, às contribuições teóricas de Robert Castel (2005). Dirigindo a atenção para a sociedade dos indivíduos, este autor desenvolve o conceito de Insegurança Social, através do qual define o sofrimento e a angústia no marco dessa sociedade.

É uma sociedade que sofre com a angústia de um futuro incerto diante do crescente desemprego, das inseguranças civil e social, do ressentimento e do surgimento de sistemas de proteção individuais cada vez mais sofisticados,

entre outros fatos.

Diante da angústia, Castel (2005) observa a tendência à individualização de tarefas e trajetórias profissionais e à responsabilização dos sujeitos. Cada indivíduo encarrega-se de si mesmo e de cumprir a intimação de ser bem sucedido, sob a ameaça permanente do desemprego. A angústia de um futuro incerto é experimentada individualmente, enquanto a reação diante das diferenças sociais é vivenciada de forma coletiva e marcada pelo ressentimento. Conforme o mesmo autor, o ressentimento é uma combinação de inveja e desprezo, manifesto por causa de diferenças na situação social, atribuindo a responsabilidade da desgraça a setores da sociedade acima ou embaixo deles, na escala social.

Já Richard Sennett (2006), na obra *A Cultura do Novo Capitalismo*, recorre ao conceito de insegurança ontológica para descrever o medo vivenciado, mesmo quando não se vislumbra nenhum desastre no horizonte. Para o mencionado autor, trata-se de uma ansiedade flutuante, da preocupação permanente, até quando não há motivos concretos para temer com uma situação específica. Ele atribui esse fenômeno à preponderância cultural do novo capitalismo, no âmbito do qual as relações estáveis são desvalorizadas, os vínculos sociais são trocados como se trocam mercadorias em uma prateleira de supermercado. Nessa conjuntura, as pessoas são incapazes de fazer planejamentos de longo prazo.

Castel (2005) e Sennett (2006), como vimos, focam o sentimento de insegurança enquanto manifestação de desigualdades sociais. Já Wiewiorka (2006) estende sua reflexão a aspectos psicológicos causadores do sentimento de insegurança. Na perspectiva deste último autor, a insegurança pode ser focada por um viés psicológico, isto é, uma característica intrínseca ao estado do sujeito, ou por uma visão externa a ele, vinculada ao combate à violência. Ambas as perspectivas de análise geram discussão, em vista de que estabelecem relação entre as características da organização de uma sociedade e diversos posicionamentos individuais, de ordem psíquica e sociológica, carregados de subjetividade.

Considerando a crise de representações do sujeito¹⁵, o sociólogo francês Michel Wieviorka (2006) propõe as decomposições analíticas da insegurança, que conduzem à elaboração de distinções em outro sentido: por um lado, o medo decorrente de uma experiência vivida e da apreensão de uma ameaça suscetível de atingir pessoalmente o indivíduo ou o grupo; por outro, “a preocupação que remete ao estado geral da sociedade, de seu sistema político [...]” (p. 262).

Para aprofundar a discussão sobre a difusão de sentimentos de insegurança/medo nos atores e forças sociais em jogo na sociedade moderna, Wieviorka (2006, p. 261)¹⁶ desenvolve os conceitos de “Objetividade na Insegurança” e “Subjetividade na Insegurança”, empreendimento que realiza partindo do pressuposto de que a questão requer a análise de duas variáveis principais: uma interna, que são os fatores intrínsecos, próprios e característicos de cada sociedade; e a externa, correspondente às ameaças provenientes do exterior da construção societária que está sendo analisada.

Para tratar a insegurança de maneira objetiva, isto é, “a objetividade da insegurança” (Wieviorka, 2006, p. 262), o autor procura, primeiramente, ver nela um problema interno. E salienta que, quanto mais o tema da insegurança aparece no debate público, mais ele remete à idéia de um fenômeno em expansão.

Já através do conceito de “subjetividade da insegurança”, o autor trata a insegurança como uma representação suscetível de variar no tempo e no espaço, em função de variáveis que não são todas ligadas à objetividade das violências e ameaças. Ela é suscetível de funcionar por excesso (o sentimento de insegurança torna-se, por exemplo, onipresente) ou por falta (graves perigos

¹⁵ Wieviorka (2006) descreve a utilidade do conceito de sujeito. “Partir do sujeito, na análise, é abrir numerosas perspectivas. As primeiras [...], consistem em estudar diretamente o trabalho do sujeito, o sujeito em ação na prática individual, nas instituições, na ação coletiva. O conceito, aqui, é um instrumento analítico, uma luz apontada para o concreto, uma hipótese que, em sendo pertinente, deve produzir um conhecimento novo ou renovado” (WIEVIORKA, 2006, p. 52).

¹⁶ Wieviorka (2006) realiza uma profunda desconstrução analítica do(s) fator(es) interno(s) que dependem de perigos percebidos que afetam diretamente a segurança de pessoas e instituições, ou inquietações que levam em consideração outros aspectos da existência.

são subestimados ou ignorados). Alimenta-se de fenômenos diversos, econômicos, sociais, culturais, etc. (WIEVIORKA, 2006).

Esse conceito de insegurança subjetiva é útil para abordar a situação examinada em Alvorada, pois oferece ferramentas analíticas que ajudam a mergulhar na relação dos sentimentos de medo e insegurança com algumas manifestações de violência: o homicídio, o tráfico de drogas, delinquência juvenil, entre outras.

Percebe-se que as vivências sociais, isto é, os sentimentos, nas referidas esferas de violência, são construídos a partir das informações produzidas pela mídia. Tais informações conduzem à produção de sentimento consensual de medo e insegurança, entendendo-se que sentir é estar imbricado em algo (HELLER, 1999).

De outra parte, o sentimento produzido pela sensação de medo e pela insegurança no sujeito tem repercussão na vida social e na vida pública dos indivíduos. No que diz respeito especificamente ao medo, com base nas teorias do filósofo existencialista Jean-Paul Sartre (1987), encontramos que o medo não tem nada a ver com a coragem; é normal¹⁷. Essa afirmação resulta da inquietude e angústia características das pessoas pertencentes a uma sociedade, na qual o medo não é mais atribuído a Deus ou à natureza; surge da modernização e do progresso. São esses fenômenos que implicam o processo de exclusão social de um amplo setor da população e causam nela receio, temor e inquietude em relação ao futuro, devido à vulnerabilidade social em que se encontra a maior parte da população.

É por isso que postulamos que os sentimentos de medo e de insegurança estão imbricados. Assim, os elementos preponderantes na formação do medo são as incivildades, definidas por indelicadezas, gritarias, arruaças, exibicionismos ruidosos, vandalismos, comportamentos não-sociáveis, atividades de bandos de jovens. São práticas concebidas como

¹⁷ O medo em relação a Deus (o inferno, o pecado) e a força natureza (epidemias, períodos glaciais, secas, tempestades, furacões) sempre foi um assunto que a história caracterizava através de fatores culturais da civilização. O advento da psicologia assumiu o rompimento do paradigma da “verdade” sobre o medo, o indivíduo para se reconhecer e ser reconhecido necessita assumir suas inquietudes que surgem do medo.

ofensivas e indicadoras de fraturas da sociedade, interpretadas como reflexo de degradação social e causadoras do sentimento de insegurança.

Além desses fatores para a expansão do sentimento de insegurança, contribui a desconfiança nas autoridades. Elas não esclarecem os fatos em numerosos delitos; por isso os autores dos delitos ficam impunes. Também interferem no aumento do sentimento de insegurança, no descrédito nas instituições.

Esse raciocínio possui relação direta com a crise das instituições que não propiciam ao sujeito/ator condições necessárias à sua posição, principalmente aos jovens de periferia que não possuem acesso às universidades, transporte eficiente, emprego. Os ideais democráticos e republicanos não são cumpridos, e isso se revela na explosão das revoltas de violência urbana, em uma retro-alimentação das representações de injustiças, “de não-reconhecimento, pela convicção de viver numa sociedade que não deixa seu lugar [...]” (WIEVIORKA, 2006, p. 204).

Perante as dificuldades individuais das pessoas para estabelecer vínculos sociais e assumir posições na sociedade e, uma vez assumidas as posições, a permanência e/ou a mobilidade fazem com que o indivíduo desenvolva um mecanismo psíquico denominado, por Eric Fromm (1986), de fuga.

O mecanismo de fuga é um processo que decorre do sentimento de solidão, da incapacidade das pessoas de viverem isoladamente, sem vínculos, o que gera insegurança.

Na perspectiva psicológica, o mecanismo *de fuga* é desenvolvido pelos indivíduos que, diante do conflito provocado pela solidão e pelo isolamento, optam por se privar da liberdade. Fogem da liberdade, renunciam à independência do próprio ego individual, buscam fundir seu ego em alguém ou algo. Anseiam à submissão e à dominação total, inspirados em impulsos masoquistas e sádicos, característicos de pessoas neuróticas, ou não, que sofrem por causa do sentimento de solidão.

Isso quer dizer que, numa perspectiva psicológica, a inserção social e o trabalho coletivo, em circunstâncias nas quais os indivíduos são invadidos por

sentimentos de impotência individual, estes não se libertam; pelo contrário, se submetem a mecanismos de dominação. Seu Eu fica absorvido pela coletividade. Além disso, têm de assumir posições sociais que nem sempre lhes são fáceis.

Desse modo, toda inserção social, para se manter, depende do posicionamento e da aceitação do indivíduo. Alguns indivíduos vivenciam, nesse processo, algo que é essencialmente humano: dificuldade para se relacionar com um sistema social que, para eles, não tem significado e, no âmbito do qual, não vivenciam um sentimento de pertencimento. Nem sempre o homem consegue se adaptar plenamente aos atributos sócio culturais fixados como condição fundamental para sua existência social. Nessas condições, o indivíduo paralisa sua capacidade de agir e, em geral, de viver.

Em outras palavras, nem sempre é fácil viver com a liberdade do todo, ou liberdade positiva. Às vezes, essa situação se torna um fardo, pois implica ter de se relacionar com o mundo através das pessoas, do trabalho e de todas as suas capacidades intelectuais e sensoriais.

Além disso, a natureza do homem moderno é condicionada por um modelo cultural. Com base nele, o indivíduo constrói suas paixões, liberdades e ansiedades, que vão se modificando ao longo da história.

5.3. LIBERDADE E INSEGURANÇA

A liberdade de ação dos indivíduos, num contexto social como o de Alvorada, incide nas manifestações de violência. Isso se verifica quando os indivíduos, diante da ausência de controle social, por causa da crise institucional, adotam estratégias individuais de resolução de conflitos e

recorrem a meios “não legítimos” para obter recursos necessários para sua sobrevivência. A percepção desse fenômeno faz aflorar sentimentos de insegurança nesse meio social. Quer dizer, o sentimento de insegurança é produzido pela incerteza individual acerca das possibilidades de ação dos outros e das garantias que o Estado pode oferecer à sua integridade. Ele decorre de uma situação em que os indivíduos se encontram a mercê de qualquer eventualidade. Não dispõem de mecanismos que os assegurem contra os imprevistos.

Como Bauman (1999) afirma, na sociedade atual, um amplo setor da população vivencia uma das características da pós-modernidade: a produção da incerteza e da insegurança. Enquanto insegurança e incerteza são categorias nas quais subjaz a possibilidade da realização contrária: segurança e certeza, o medo é uma categoria que evoca um sentimento recorrente de uma postura negativa, inibidora, provocada pelas condições de vida num ambiente de vulnerabilidades sociais. O medo paralisa a vida de milhões de pessoas (ARANTES, 2007).

A revisão bibliográfica sobre a temática revela diversas abordagens do medo. Uma delas, por exemplo, é a adotada por Delumeau (1989). Ele concebe esse sentimento como uma emoção básica, componente da experiência humana.

O medo é desencadeado do sentimento de impotência, não só diante do desconhecido (e de sua força), mas também de fatos concretos: excessos nas manifestações de violência. Tem-se medo do que não se vê ou se entrevê de maneira fugaz. Ele está ancorado na psique.

Esses fatos concretos referem-se ao conhecimento do perigo, ou melhor, dos riscos, aprendido a partir de experiências próprias ou alheias, que acometem as pessoas ao freqüentarem espaços públicos como lanchonetes e bares ou circular por certos bairros e ruas. A construção simbólica em torno desses espaços gera sentimentos de medo compartilhados amplamente entre as pessoas das comunidades (JOVCHELOVITCH, 2000). Em outros termos, para a produção desses sentimentos, não era necessário ter sido o próprio indivíduo uma vítima ou ter tomado contato direto com uma vítima. O ambiente ao qual está imiscuído o indivíduo induz a esses sentimentos.

Jovchelovitch (2000) destaca uma outra dimensão do medo. Além do medo em relação às práticas violentas dos co-cidadãos, há o medo das pessoas que trabalham em serviços de segurança. Essa idéia remete, em Alvorada, ao medo das práticas de vigilância policial, por causa do exercício da força e da coerção violenta com que agem esses atores sociais.

A respeito do medo, é importante considerar seu uso pelos detentores do poder nas relações. O medo é um sentimento disseminado pela mídia. Dessa forma, acaba sendo utilizado como elemento de dominação, de inibição. Como disse Arantes (2007), movimenta interesses de minorias poderosas. Desde o tempo do Brasil Colônia, na relação dominantes e dominados (senhores e escravos), o medo correspondia a uma energia dominadora e criadora.

O interesse na exploração do sentimento de medo com avidez não é só dos detentores de um poder, de seu uso para garantir a submissão dos dominados. Ele diz também respeito ao interesse da indústria em criar medo, processo no qual os meios de comunicação desempenham um papel fundamental. O medo é fomentado, por exemplo, através da criação de certos estereótipos. Meninos nas ruas e nas sinaleiras de grandes cidades despertam medo em transeuntes. São vistos como ameaça em potencial. O mesmo ocorre com pessoas que têm certo fenótipo: negros, desdentados, desarrumados.

5.4. INSEGURANÇA E AMBIGÜIDADE NA ESCOLHA INDIVIDUAL OU COLETIVA

Nas referências teóricas, tanto a partir do viés psicológico de Fromm (1986) e Sartre (1987; 1999) quanto do sociológico de Manuel Castells (1999) e

de Bauman (1999), a análise é orientada no sentido de destacar o processo de individuação, vivenciado pelas pessoas em sociedade, em oposição ao processo de socialização, isto é, ao processo em que a pessoa age em prol de interesses coletivos, conforme a posição social ocupada. Neste último caso, sacrificam-se interesses individuais e liberdades para alcançar a segurança que a sociedade moderna demanda.

Já Duarte (2006), refletindo acerca das opções das pessoas no contexto da sociedade contemporânea, assinala como a opção individual, estruturante, não é incompatível com as opções sociais. A partir de um viés antropológico e dirigindo a atenção para o campo religioso, este autor defende a idéia de “negociação da realidade” (p. 144) como um processo decorrente da complexidade e da conflitualidade das possibilidades que os sujeitos vislumbram nas sociedades modernas, em suas decisões éticas.

A qualidade das possibilidades com que os sujeitos se deparam relaciona-se com dois fatos: a preeminência do pluralismo, ligado à idéia de liberdade, e a acentuação do diálogo em todos os atos. Enfatiza também o mencionado autor a impossibilidade de alternativas absolutamente individuais, dada a legitimidade e preeminência dos pertencimentos familiares e locais. Postula que, em ordens relacionais mais abrangentes, estranham-se as identidades pessoais. É um estranhamento característico da vida social, que, para Duarte (2006), acontece pela possível confusão da referência a opções com o exercício de uma autonomia absoluta. A complexidade dos arranjos demonstra a adesão como “negociação” (DUARTE, 2006, p. 145).

As discussões acerca do conflito gerado pelo processo de escolha individual e/ou da escolha social dos sujeitos, como característica da vida social, e a imersão na negociação podem ser elucidadas ao dirigirmos a atenção para o debate sobre o desarmamento.

No Referendum do Comércio de Armas de Fogo e Munição, que ocorreu no Brasil em 23 de outubro de 2005¹⁸, evidenciou-se o conflito vivenciado pelos

¹⁸ Este fato histórico se caracteriza por ser o primeiro referendo obrigatório realizado no Brasil, após o projeto de Decreto Legislativo do Senado Federal autorizando a realização da consulta popular, que obteve sua aprovação institucional em seis de julho de 2005. É importante ressaltar que o referendo não foi sobre a aprovação ou não do desarmamento, e

indivíduos em suas decisões éticas, na procura de resolução do sentimento de insegurança individual e coletiva. Diante da insegurança, os sujeitos procuram mecanismos individuais de resolução. Cada indivíduo busca se “proteger” da melhor forma que lhe convier. Ocupa habitações com cercas elétricas, muros, grades, monitoramento, vigias, e utiliza os serviços de segurança oferecidos pelo Estado.

Quer dizer, em suas escolhas individuais e sociais, os indivíduos estão imersos num mar de possibilidades com contradições, como aconteceu durante a campanha de desarmamento. O manifesto do Referendo do Desarmamento, após a divulgação do resultado oficial que indicou a vitória do NÃO, suscitou uma polêmica acerca da efetividade das campanhas indutoras às escolhas (do NÃO ou do SIM). Para os especialistas, a interpretação da pergunta formulada era dúbia. Contudo, esfriados os descontentamentos ou os contentamentos gerados com o Referendum, ficou evidente que toda a orquestração em torno do assunto obedeceu à imensa sensação de insegurança que habita o cotidiano dos cidadãos brasileiros. Portanto, a vitória do “Não”, no Referendo, aponta para a necessidade da investigação dos processos sociais que produzem e/ou reproduzem condições de insegurança na população.

Igualmente, os argumentos de intelectuais e políticos utilizados para analisar os resultados do Referendo do Desarmamento convergem a postular que, subjacente a esse processo, o indivíduo experimenta uma posição ambígua entre o dever do Estado em fornecer segurança à população e o “direito” do cidadão em se proteger da insegurança. Não só a oposição entre o dever do Estado e o direito dos cidadãos ficou evidente na discussão sobre o desarmamento, senão também a preeminência de contradições em torno do campo simbólico da oposição do público e do privado, do coletivo e do individual.

As incompatibilidades conceptuais entre os pares individual/coletivo, privado/público, mencionadas antes, são expressão de uma crise na sociedade que, conforme a designação de Bauman (1999), é definida por um momento de

sim, do comércio de armas, pois há dois anos está vigente o Estatuto do Desarmamento (Lei 10.826/2003), no Brasil.

indefinição, de indecisão, de desconhecimento do rumo das coisas, um momento de mudança decisiva para melhor ou para pior, quando não há controle sobre o fluxo dos acontecimentos. Tenta-se encontrar uma saída para a causa da angústia, mas os esforços confluem em erros e tentativas.

Fala-se em crise quando o estado normal desmorona, quando o acaso aparece onde a regularidade deveria comandar os eventos. Quer dizer, a crise é uma situação em que a normalidade é desafiada por eventos, e as ações rotineiras não produzem mais os resultados aos quais estávamos acostumados no passado. Vamos, portanto, analisar, a seguir, como essa crise é vivenciada numa comunidade, tomando como eixo de análise as representações de violência e os sentimentos de medo e insegurança.

6. REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE VIOLÊNCIA DE ALVORADA

Sob inspiração nos pressupostos de Bourdieu (2004), os conceitos e métodos elucidados em capítulos anteriores resultaram do contexto em que foram esboçados, para serem utilizados, aqui, na análise da fenomenologia da violência e sentimentos derivados. Esse empreendimento foi realizado a partir do exame das representações sociais sobre o assunto numa comunidade vulnerável à violência, no município de Alvorada.

Trata-se, como foi informado no primeiro capítulo, de descrever o universo empírico de grupos de duas faixas etárias: jovens e idosos, que participam de dois projetos de assistência social da prefeitura municipal. Cada um dos projetos visa a atender os problemas específicos aos grupos. Os jovens provêm de ambientes de alta vulnerabilidade à violência. No caso dos idosos, à vulnerabilidade do ambiente em que habitam soma-se a vulnerabilidade da idade.

A análise dos dados colhidos na pesquisa de campo permitiu-nos perceber diferenças nas representações sociais da violência do grupo que participa do projeto para a terceira idade, no “Núcleo Conhecer”, universo empírico selecionado como laboratório de reflexão, quando esta é pensada em relação a um contexto (o município onde moram), quando é abordada de maneira descontextualizada, isto é, em abstrato. De maneira geral, nas conversas, ao serem estimulados a responder à questão “O que é a violência para você?”¹⁹, as referências à violência, como mostraremos mais adiante, foram muito mais amplas do que diante da questão: “Acha que em Alvorada há muita violência?”

Assim, nos discursos em torno da questão de Alvorada ser um município violento, evocaram a violência como um fato social distante. Esse distanciamento talvez obedeça a um mecanismo de defesa das pessoas para lidar com ela. A partir de duas colocações gerais das pessoas de terceira idade do Núcleo Conhecer em torno da violência, observamos as seguintes atitudes:

¹⁹ O questionário encontra-se no final da dissertação junto ao anexo.

uma levou-nos a pensar na “desterritorialização da violência”, e a outra, na “violência no território dos outros”.

6.1 DESTERRITORIALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA

Adotamos o conceito “desterritorialização da violência” ao percebermos que, para a maior parte das pessoas de terceira idade, a situação de Alvorada em relação à violência, “é como em todo lugar”. As falas aludem à violência como um fato que extrapola as fronteiras do município, não estando adstrita a esse lugar. Esse fenômeno se justifica pelo crescimento da cidade, criando a perspectiva de lugar onde a violência é a marca de espaços em processo de crescimento. Nas palavras de uma informante: “Todo lugar que cresce se torna mais violento”.

Wirth (1987) acreditava (como Simmel) que o estabelecimento de cidades implica o surgimento de uma nova forma de cultura, caracterizada por papéis altamente fragmentados, predominância de contatos secundários sobre os primários, [isolamento](#), superficialidade, anonimato, relações sociais transitórias e com fins instrumentais, inexistência de um controle social direto, diversidade e fugacidade dos envolvimento sociais, afrouxamento nos laços de família e competição individualista.

Essas características para abarcar o urbanismo decorrem do crescimento da densidade populacional e da produção de diferenciação por contrastes. É uma análise da territorialidade e sociabilidade. Dessa forma, frisamos que a violência não é uma característica única de Alvorada, mas de qualquer cidade em crescimento. Podemos tomar conhecimento desses fatos através dos meios de comunicação em massa, como a TV, que se caracteriza pela exibição de acontecimentos violentos. Nesse contexto, as informações referem-se a casos de violência ocorridos em diversas localidades do Estado e do país. Eles não fazem menção aos meios de comunicação de âmbito local, como as rádios locais, que subministram informações sobre violência no município; se o fizessem, a conotação das informações seria outra: a realidade próxima.

Percebemos também a desterritorialização da violência quando os informantes de terceira idade, nos discursos, se referiram a outro espaço de tempo, diferente do atual. Geralmente, eles remetem-se ao passado como parâmetro de comparação de vivências da violência. Afirmam que, se antes era um fenômeno possível de delimitar em termos numéricos e espaciais no cotidiano das pessoas, hoje conhecer cada caso de violência é impossível, pois ela se expande espacialmente e em quantidade. Não só acontece simultaneamente em diversos lugares, como também são inúmeros os casos. Quer dizer, considera-se a violência um fenômeno incalculável, imensurável e de grande magnitude.

Portanto, desse ponto de vista, a violência representa um fato distante no tempo e no espaço. Eles negam o estigma de Alvorada como município mais violento. Essa negação foi também percebida ao compararmos os discursos acerca da violência quando fazem referência direta ao município e quando tratam dela de maneira geral, como fato desterritorializado. Consideramos hipoteticamente que essa negação sustenta-se no sentimento de afeto construído pelo município ao longo dos anos, pois todos os entrevistados, sem exceção, migraram de outros municípios do Estado há mais de 20 anos e declararam gostar muito do lugar.

A negação da violência como adjetivo usado para qualificar Alvorada reforça a alusão aos dados fornecidos pelo prefeito numa palestra, poucos dias antes da nossa pesquisa de campo, à qual compareceram alguns dos integrantes do Grupo de idosos. Na palestra, o prefeito apresentou uma queda no índice de violência, informando que, se antes Alvorada ocupava o primeiro lugar no Estado, hoje ocupa o quinto. Conforme os dados obtidos acerca da questão, no município há uma campanha, que começou na administração anterior, destinada a eliminar o estigma de Alvorada como cidade violenta. Uma das ações consistiu em difundir uma nova marca para a cidade, a de “capital da solidariedade”.

Se analisarmos, à luz da literatura referida antes, a qualificação de Alvorada de “capital da solidariedade”, para contrapor o estigma de violenta, observamos que essa contraposição ocorre diante da consciência da

vulnerabilidade à violência. Nota-se, então, que estão expostos em contextos sociais em que a oposição entre interesses individuais e coletivos é acentuada, quando se negam as diferenças sociais, quando, para adquirir bens próprios, há apropriação de bens de outrem.

6.2 VIOLÊNCIA NO TERRITÓRIO DOS OUTROS

Outro conceito utilizado para refletir acerca das colocações das pessoas da terceira idade²⁰, distantes da violência, é o designado de “violência no território dos outros”. É um conceito construído em decorrência da percepção de que as pessoas, nesta faixa etária, reconhecem que existe violência no município, mas como fato vinculado a outro espaço social ou a outro espaço físico, ou a outro espaço de tempo. Assim, afirmam que há violência: “mais para lá, para os fundos, para baixo, em alguns bairros”. Assim, nas falas, ao caracterizarem a violência no município, evocam espaços físicos distantes daquele ao qual pertencem. Também se referem a espaços sociais construídos em torno de práticas de violência, com os quais as pessoas da terceira idade não se identificam.

Advertem que os territórios de violência são ocupados apenas por quem se identifica com as práticas e valores que a sustentam. A esse respeito, dizem: “*envolve-se em violência quem quer*”; “*é a pessoa que procura, como eu sou pessoa que não procura não acho perigoso*”; “*é a violência entre pessoas envolvidas no narcotráfico*”; “*a violência faz a pessoa*”. A análise desses depoimentos indica que a violência, nesse contexto social, é percebida como uma questão de escolha individual.

Cabe assinalar também que outra estratégia utilizada pelas pessoas de terceira idade para se colocarem distantes dos territórios de violência é afirmarem que nem na condição de vítimas elas se envolvem com a fenomenologia da violência. Para elucidar essa postura, duas das entrevistadas

²⁰ A questão da distância aos fatos violentos se refere frente ao posicionamento de reflexividade sobre tais fatos que reforçam a questão da territorialidade com que representam a violência.

evocam uma situação de risco, criada por elas mesmas, como deixar as roupas secando na rua e não terem sido roubadas.

E, nos casos em que aludem a algum tipo de envolvimento com a violência, narram acontecimentos vivenciados ou não por eles, referentes a outro espaço de tempo. Por exemplo, uma informante idosa remete-se a um passado longínquo:

[...] quando meus filhos eram de menor, estavam crescendo, mataram o segurança no colégio, antes, quando meu marido vinha do serviço (ele morreu há 20 anos) tinha esses puxadores de maconha que chamava ele no bar: 'dá um craque para nós aqui', ele falava: senhor me dá licença que estou atrasado para chegar em casa, pegava e se mandava.

Na verdade, ela quer dizer que reconhece a expressão da violência no município, mas a apresenta como um fato distante deles, no espaço e no tempo. Não faz parte do cotidiano.

Diferentemente dos idosos que participam do Núcleo Conhecer, que nos levaram a perceber como a violência para eles é pensada a partir do território dos outros, a maioria dos jovens entrevistados na pesquisa (9 de um grupo de 12) narrou acontecimentos de violência recentes, próximos no tempo, no espaço²¹ e nas relações sociais. São vizinhos, familiares e amigos, vítimas, principalmente, de assassinato. A morte violenta é, entre os jovens, um fenômeno com o qual convivem de perto, isto é, a manifestação de violência mais evocada por esses jovens é o assassinato, sendo que a alusão a esse crime é feita do ponto de vista das vítimas.

Os motivos dos assassinatos, conforme o discurso dos jovens, são: (1) ajuste de contas: "fez coisa ruim e o mataram"; (2) assaltos. É freqüente a morte da vítima em assaltos, seja porque a mesma reagiu ou, simplesmente, porque o assaltante a matou no ato; (3) brigas entre familiares, entre vizinhos ou entre amigos.

²¹ Nota-se a **vulnerabilidade** e a questão **territorialidade**, sendo que esta é o ponto central em Alvorada; é o pano de fundo das ações; é a manifestação dos crimes, cenário que se concretiza sempre à noite, num mato, num local escuro.

Assim, como verificamos antes, se, para o grupo de idosos, a violência é um fenômeno desterritorializado ou está adstrito ao território de outros, na visão dos jovens que participam do projeto Agente Jovem do Núcleo Conhecer, Alvorada é um lugar onde há violência. Quando a pesquisadora indagou se consideravam Alvorada uma cidade violenta, disseram: *“é morto a toda hora, tiroteio em todo lugar”*; *“está tão perigoso que assim não dá para ficar, senão malandro vai tomar conta: muito assalto e morte”*; *“ aqui os bandidos não avisam”*, comenta uma jovem comparando a situação com a de Porto Seco (bairro violento de Porto Alegre, próximo a Alvorada). Contudo, a maior parte deles coloca que, mesmo havendo violência, esse município não é tão violento quanto aparece; há outros lugares onde a situação é pior. Um deles disse que, em Porto Alegre, há vilas onde é necessário pagar pedágio para entrar.

Quer dizer, há diferenças entre as gerações nas práticas e idéias acerca da violência em cujas circunstâncias a violência é relacionada às ocorrências no município. Porém, essas diferenças de posição entre as gerações, assinaladas antes, não são tão nítidas quando a questão é a definição da violência de um modo geral.

Nos depoimentos de 15 pessoas do Núcleo Conhecer, do grupo da terceira idade, e do grupo do Agente Jovem, relacionados à definição da violência, notamos, por um lado, que os jovens, ao serem questionados sobre o que é a violência, aludiam logo ao consumo de drogas e álcool: *“violência é droga, é maconha, é bebida”* - foram as respostas imediatas. Depois, por meio de conversas, eles se referiram a outras formas de violência: brigas, surras, assaltos, estupro, morte.

Por outro lado, idosos do grupo Conhecer, em suas representações da violência, apontaram também para a droga e a bebida como definidoras da violência, mas eles têm um discurso mais elaborado sobre o assunto. Parecem estar mais distantes da realidade, mais reflexivos. Suas conversas geram muita reflexividade. Classificam a violência de acordo com a forma como ela acontece. Assim, nos termos de uma informante: *“a pior é a violência física, a do corpo, a violência entre gangues”*. As pessoas dessa faixa etária mencionam questões sociais: a falta de assistência à criança e ao idoso agride muito; o desemprego também. Referem-se à violência difusa, a do dia-a-dia.

Nota-se contraste social quando os idosos lembram do passado: baixa densidade demográfica, oferta de empregos, inexistência de violência. Neste sentido, segundo, Wirth, (1967, p. 111)

aumento
nos

A densidade, pois, reforça o efeito que os números exercem sobre a diversificação dos homens e de suas atividades e sobre o da complexidade da estrutura social. Do lado subjetivo, conforme sugeriu Simmel, o contato físico estreito de numerosos indivíduos produz necessariamente a mudança nos meios através dos quais orientamos em relação ao meio urbano.

A partir do conteúdo das falas, nas definições de violência, notamos que entre as pessoas subjaz a consciência de que existe uma relação entre a violência e a falta de proteção social, isto é, elas expressam as dificuldades das pessoas para atingirem o direito de cidadão da segurança e da liberdade. São direitos que, como frisamos no capítulo 3, são precários na sociedade atual, pois carecem de uma série de elementos necessários que garantam a proteção social, da qual devem participar para sua realização, de maneira conjunta, os setores público e privado.

Em geral, percebemos, nos depoimentos acerca do que é a violência, uma menção ao que, de outro ponto de vista, pode ser identificado como causas da violência. Nos discursos, é feita uma associação imediata entre as práticas de violência e as situações de vulnerabilidade. Ambas as questões (situação social e a prática violenta) aparecem estreitamente vinculadas. Desse modo, as definições de violência aludem à prática violenta e às condições sociais e individuais que permitem o desenvolvimento dessas práticas.

A vulnerabilidade diz respeito à condição individual e à condição social. No âmbito individual, as pessoas que incorrem em atos violentos recebem uma qualificação sustentada em valores morais. Na ótica dos idosos: “é pessoa má”; “não aceita conselhos do que é certo”; “vão pro mau caminho”. Já na análise das representações sociais dos jovens acerca da violência, notamos que são diversas as motivações individuais, referidas por eles, sobre a propensão dos mesmos para cometer atos violentos.

Uma das motivações é a violência derivada do envolvimento com o negócio de drogas, pois, no âmbito do tráfico de drogas, a violência é um

instrumento de poder. A esse respeito, um jovem disse: “o adolescente quer se achar o chefe, mandar nos outros”.

Muitos se tornam membros de quadrilha, seja para pagar dívidas, seja para se sentirem mais fortes diante de seus inimigos, seja ainda para intimidar vítimas e para se impor aos policiais, afundando cada vez mais no círculo que entendem ser praticamente interminável. Com seus patrões, aprendem a se comportar com violência, portando armas de fogo e praticando assaltos (ZALUAR, 2004).

Outro dos motivos evocados é o consumo de bebidas e drogas. Um jovem, sob efeitos de entorpecentes, tem uma forte tendência a cometer atos violentos: *“quem bebe bastante não consegue parar e perde a consciência”*. Sob o efeito da droga, os jovens fazem assaltos e brigam com facilidade, ou seja, o consumo de droga potencializa a violência. Segundo esse raciocínio e à luz de Hobbes (1999), o jovem bêbado ou drogado passa a agir por instinto e agride com mais facilidade. Paralelamente ao anterior, uma das conseqüências do uso de drogas por parte dos jovens de subúrbios é, como assinala Zaluar (2004), que os jovens começam como usuários de drogas e, posteriormente, são levados a roubar, a assaltar e, às vezes, até a matar para pagar aqueles que os ameaçam de matar, caso não saldem as dívidas.

À análise situacional do jovem imiscuído em violência, baseada na avaliação moral do indivíduo, que aponta para características do comportamento desviante, é reforçada nos depoimentos com a alusão ao caráter individual, evocando a posição e a situação do indivíduo em sociedade: adolescentes, jovens sem dinheiro, que *“só pensam bobagem”*, sem ocupação. Dizem que, *“a falta de ocupação é preenchida com bobagem”*; *“tem muita gente que não tem emprego e para arrumar dinheiro fica roubando”*. Argumentam que a falta de emprego, em alguns casos, induz as pessoas a entrarem no negócio da droga. Todos esses elementos são facilitadores da violência dos jovens.

Trata-se, portanto, de fatos enunciados a partir de um olhar para as características individuais em sociedade, sendo que, associadas às peculiaridades individuais que contribuem para a vulnerabilidade da violência, estão as sociais.

Focando a atenção nas características sociais que afetam os jovens e os levam ao desencadeamento de manifestações de violência, vale a pena refletir acerca do marco no qual elas se desenvolvem. Primeiramente, cabe sublinhar que os jovens de periferias, como as de Alvorada, estão imersos num mundo social marcado pelo esvaziamento de fronteiras culturais entre camadas sociais.

Todos os jovens, independentemente da origem social, recebem a mesma qualidade de informações acerca de produtos e serviços oferecidos pelo mercado, transmitidos por meios massivos de comunicação. Quer dizer, estejam adstritos a espaços periféricos ou centrais das localidades, apresentam gostos homogêneos: a vontade de consumo é igual; querem o mesmo tipo de bens de consumo. Porém, as fronteiras econômicas, sim, são acirradas.

Mesmo que os desejos sejam da mesma natureza, as possibilidades de obtenção desses bens diferem enormemente de uma camada social a outra. Dessa forma, alguns jovens pertencentes a famílias com capital econômico mínimo vêem frustrados seus desejos. Essa frustração os leva a recorrer a estratégias diversas para sua consecução.

Portanto, jovens das periferias enfrentam a frustração pela impossibilidade de alcançar os bens desejados, só que a frustração, comum em jovens de famílias de escassos recursos econômicos, pode-se refletir em crimes para alcançar o bem de consumo desejado.

A violência é o recurso que eles encontram para estarem parelhos com as demandas culturais da sociedade, que lhes dão proeminência em valores materiais. É o que acontece, por exemplo, com os jovens que praticam crimes como roubos, furtos e assassinatos com a finalidade de obter drogas. Em nossa pesquisa, por exemplo, soubemos de um crime cometido no período da pesquisa de campo: um jovem foi assassinado pelo simples motivo de tirar-lhe o tênis.

Além da questão cultural, interferem outros elementos de ordem social na produção de violência pelos jovens. Fazemos referência a esses elementos,

descrevendo os fatos que definem a vulnerabilidade social a que estão expostos, principalmente, os jovens no universo empírico selecionado.

Fatos ligados às deficiências da estrutura econômica e social, de um modo geral, favorecem as condições para a produção da violência. Trata-se de falhas que se refletem no desemprego, na escassez de policiamento; no crescimento do tráfico de drogas; na formação de gangues e na socialização em ambientes ocupados por jovens viciados em drogas, além de falhas na estrutura familiar.

Quanto às falhas na estrutura familiar, argumentam que elas respondem ao descaso dos pais em relação aos filhos, à falta de participação dos pais em suas atividades. Estes não colocam limites aos filhos, deixando-os livres, soltos. Segundo uma idosa, não acompanhar ao filho no trajeto da casa à escola implica correr o risco de que o filho se envolva em violência. Nessas circunstâncias, eles podem se desviar do caminho para a escola e ir pelos caminhos da violência. Neste caso, uma forma de prevenir o desencaminhamento do filho, seu desvio, é levá-lo à escola.

No entanto, de acordo com as pessoas de terceira idade, não só a presença dos pais na condução física dos filhos para a escola é indispensável na prevenção da violência dos jovens, mas também sua participação na questão moral. Conforme argumentou uma senhora, para prevenir a violência é preciso que os pais ofereçam uma educação moral, que ensinem aos filhos desde pequenos o que é bom e o que é ruim, o “certo e o errado”.

Se as manifestações de violência esboçadas até aqui dizem respeito àquelas expressas por jovens e por idosos em suas definições de violência, identificamos referências a manifestações de violência mencionadas unicamente por idosos. Os do grupo de idosos aludem a arrombamentos, roubos na rua, crimes contra o patrimônio. Apenas uma integrante das 25 conversas narra o assassinato de uma pessoa próxima, a filha. Igualmente, só numa das 25 conversas que tivemos com idosos é descrita a violência contra crianças. Foi a narrativa do caso de uma mulher que jogou seu filho, uma criança, num formigueiro.

A observação da diversidade de elementos definidores de violência e da importância, para a análise, de delimitar o objeto, induziu-nos a optar por centrar a atenção numa das manifestações de violência mais expressiva: o assassinato. Esse crime foi bastante evocado pelas pessoas entrevistadas. Consideraram que a morte violenta tornou-se um fenômeno corriqueiro, cotidiano. A expressividade anunciada nas representações sociais coincide com fontes oficiais. No município de Alvorada, de acordo com os dados do Plano de Segurança Pública de Alvorada (Rolim, 2004), o homicídio é um delito que apresenta certa regularidade. Por outra parte, dirigindo a atenção para o assunto, observamos que o assassinato é uma forma de violência que gera posições ambíguas em termos de valores morais. Se a situação é legítima, é uma prática aceita no âmbito da população. Decidimos então aprofundar-nos nas representações sociais em torno desse fenômeno.

A análise das representações sociais, elaborada a partir dos discursos, indica que, no contexto social examinado, a violência é uma forma de relação social construída de maneira assimétrica, fruto de uma comunicação desigual. A qualificação de uma prática de violência de injusta ou legítima vai depender dos códigos morais utilizados na avaliação. Nessas reflexões, partimos do pressuposto de que os códigos morais são o suporte para o desenvolvimento de procedimentos legais e de recursos coercitivos utilizados para conter essas práticas.

Em outras palavras, uma situação é reconhecida como violenta se preenche os requisitos sociais capazes de propiciar tal reconhecimento. Atribuir a um ato o qualificativo de violento e, portanto, condenar os atores sociais responsáveis não é um procedimento tranquilo, livre de tensões; pelo contrário, resulta da disputa de poder entre os atores sociais que defendem posições contrárias.

6.3 ASSASSINATO

Tal como foi colocado antes, ao se mencionarem elementos de vulnerabilidade social dos jovens, a droga está plenamente associada às

práticas criminosas. Aqui vamos nos deter especificamente no assassinato, pelas possibilidades analíticas que este viés suscita.

Começamos a discernir o assunto, fazendo menção à idéia geral elucidada na fala de uma informante jovem de que: *“a morte vem através da droga”*, as drogas potencializam os assassinatos. Consideram que as pessoas sob o efeito da droga e do álcool têm predisposição para matar; *“a pessoa com álcool na cabeça e com droga fica fácil matar”*. Da mesma forma que sob o efeito da droga, o jovem é violento; a falta da droga gera também atitude violenta. Segundo os depoimentos, as pessoas viciadas se exasperam quando lhes falta a droga: *“tira a vida porque está necessitando droga”*. Então, o jovem dependente da droga, quando a consome ou quando sente necessidade de consumi-la, pratica assassinatos.

Assim, pessoas de ambas as faixas etárias (jovens e idosos) comungam da mesma opinião de que o assassinato, na maioria das vezes, é decorrente do tráfico de drogas, da venda do craque e do consumo. A falta de pagamentos, o abandono das atividades, na terminologia nativa, constitui o assassinato *“de quem cai fora”*. Em suma, as brigas entre os propriamente envolvidos na droga são a maior causa de assassinatos.

Estes resultam de desavenças entre pessoas envolvidas no negócio, seja na comercialização, seja como consumidores. Contudo, nessas brigas, às vezes, morrem pessoas que não tinham nada a ver, vítimas de balas perdidas ou de assaltos realizados por consumidores de drogas para obterem dinheiro e poderem comprar droga ou pagar dívidas. Dessa forma, a violência que surge do tráfico e consumo de drogas se estende a pessoas de fora do negócio. As famílias das vítimas do negócio de drogas, em muitas circunstâncias, entram na rede de assassinatos porque buscam fazer justiça com as próprias mãos, matando o assassino do parente próximo, principalmente dos irmãos; isto é, sentem a necessidade de vingança.

É interessante observar, nos depoimentos, como a droga em alguns contextos da fala justifica a violência. É evocada como elemento de vulnerabilidade social à qual estão expostos os jovens em sociedade, ou seja, a droga vem de fora; obedece a fraquezas da sociedade. De certa forma, os jovens são vítimas desse fenômeno social. Já o assassinato, quando não é

praticado sob o efeito da droga, é moralmente reprovado. Nesse caso, resulta de práticas de uma pessoa de mau caráter individual. O responsável único do assassinato é o indivíduo: “a pessoa tem que ser muito ruim ao querer matar outra”.

Além das drogas, outros motivos de assassinato mencionados são: “*queima de arquivo*”, brigas entre gangues e paixões, sendo que, em várias ocasiões, as paixões foram colocadas como móbil de violência assassina. No argumento de um informante jovem, os assassinatos às vezes acontecem porque “*muito namoradinho não aceita perder a namorada fogosa*”. Alguns dados que elucidam a questão foram apresentados por um informante ao narrar o caso em que seu ex-cunhado matou a ex-mulher. Outro acontecimento relatado aconteceu com um namorado que mata a namorada porque ela fugiu.

Em termos gerais, o assassinato é um fenômeno banal. Para os informantes, são vários os motivos que levam a matar, como este: “*até sem querer a pessoa mata*” - argumentaram. Percebemos, na pesquisa, que o ato de matar alguém, conforme as circunstâncias, recebe uma valoração positiva ou negativa. Nas palavras de uma informante, “*tem gente que merece morrer e outras não fazem nada e morrem de graça*”.

Nessa avaliação moral, sustentam-se em preceitos religiosos, segundo os quais Deus é a justiça divina, única autorizada a castigar com a morte. Deus é evocado como o ser superior que faz justiça, não a polícia. É Ele que tem poder moral de tirar a vida de alguém e de castigar quem comete um assalto, como foi o caso descrito por uma mulher, em que o marido foi assaltado num táxi; levou dois tiros e ficou um tempo dizendo que, se encontrasse o ladrão, iria matá-lo. Para ela, se concretizasse sua vontade, o marido se tornaria assassino.

Quanto às situações em que percebemos a aprovação da prática de assassinato, sobressai aquela em que alguém mata um assassino. Assim, narram o caso de um jovem de 16 anos, esquartejado e largado numa rótula de Alvorada. A família do jovem não disse nada, porque ele tinha cometido dois ou três assassinatos. Quem o esquartejou também era assassino. Numa conversa, uma moça justifica o assassinato do amigo, pois ele “*tinha feito uma coisa ruim*”.

Outro caso, no qual subjaz a aprovação da prática de assassinato é o descrito por um informante idoso, no qual seu irmão matou um cara numa briga para se defender. Ele foi absolvido, mas respondeu a processo em liberdade provisória até a absolvição. O assassino era um ladrão: “tinha ficha na polícia”. Esse informante revela que aprova matar em defesa própria, para se defender num assalto ou numa briga, ou simplesmente para matar um assassino.

O informante justificou o ato de seu irmão, apoiado na fragilidade do mesmo por sua doença. O perfil do irmão, seu temperamento agressivo, que o envolveu em brigas, é justificado por causa da doença. Disse que ele teve uma meningite quando era criança: *“a meningite, quando não mata, deixa seqüelas. Conforme a lua, ele agia diferente. Quando trabalhava e atacava esse negócio, largava o trabalho e saia perambulando. Passava a fase e voltava para o serviço”*. Quer dizer, quando o assunto é doença da pessoa, na interpretação dos acontecimentos, tendem a justificar a prática violenta.

Por outra parte, no que diz respeito aos assassinatos reprovados socialmente, baseados em princípios morais, observamos as seguintes situações chocantes em termos de valores morais: *um pai de família que deixa mulher e filhos; um rapaz assassinado para roubar-lhe o tênis - “isso chocou os amigos”, dizem; o assassinato de uma senhora com mal de Alzheimer e de uma grávida*. Em suma, quando são pessoas que nada devem e estão indefesas, os assassinatos são unanimemente reprovados.

A reflexão sobre as representações de violência mostra que, nessa avaliação moral negativa, na reprovação, os sentimentos jogam um papel fundamental. O assassinato é mais reprovado quanto mais exposta ao sofrimento esteja a vítima. Essa nossa ponderação resulta do fato de percebermos que, nos relatos dos assassinatos, fazem questão de mencionar a crueldade contida nos atos praticados: *“mataram, esquartejaram e jogaram numa rótula”*. *“Jogam num formigueiro”*. *Matam “a facadas; no peito, no pescoço”*. *“Pior é que assaltam e queimam”*. *“Carinha drogado esfaqueou uma mulher, deu facada na barriga e no pescoço”*. *“Pegaram uma senhora de idade aqui atrás, a enforcaram e a mataram e a jogaram no mato, só porque era doente”*. *“Em frente a minha casa mataram um jovem, deram um monte de tiro”*, e assim por diante.

Postulamos, hipoteticamente, sob inspiração teórica em Foucault (1987), que, em casos de vingança, o sofrimento da vítima é mensurado para reproduzir a atrocidade do crime cometido contra parente próximo. Parece-nos que, quando o assassinato é por vingança, a vítima está exposta a um sofrimento maior. Em suma, nas narrativas, quase sempre evocam a agressividade, a busca da dor da vítima, a tortura. A partir delas, observamos fatos relevantes para refletir sobre a questão: neles está-se desvelando o sentimento de ódio imbuído nos assassinatos.

Esses relatos lembram o conceito de suplício do corpo de Foucault (1987). Desenvolvido para relatar as punições na época medieval, mas, mesmo que o contexto histórico seja outro, percebe-se, pela análise dos dados, que esta não é uma forma qualquer de punição corporal, “é uma produção diferenciada de sofrimentos, um ritual organizado para a marcação das vítimas e a manifestação do poder que pune” (Foucault, 1987, p. 32). Verificamos, nas descrições das mortes violentas, que o suplício é constatado por todos. Visa então à produção de sofrimento como forma de dominar pelo terror, no caso, por parte de pessoas ligadas a grupos marginalizados (ganges, narcotraficantes). Nesse contexto, os excessos inerentes aos suplícios representam estratégias de poder. Sua difusão implica controle social pelo medo.

6.4. SITUAÇÕES DE RISCO

O conhecimento do sofrimento vivenciado pela vítima em práticas assassinas, explorado pela mídia, contribui para o sentimento de medo. Esse sentimento manifesta-se em querer evitar alguns espaços públicos e, em alguns momentos, na percepção do risco de morte violenta que os persegue. O medo é reforçado ao se tomar conhecimento da frequência com que a violência ocorre em espaços públicos. Então, como disse uma informante jovem, como a violência vai aumentando, vai ficando com medo: *“muita violência deixa com medo até de sair na rua”*. Esse conhecimento os leva a evitar freqüentar festas, bares e lanchonetes, onde se reúnem jovens, à noite, pois sabem que estão

mais vulneráveis à violência. Nesses espaços e durante a noite, são freqüentes os assassinatos.

Portanto, um espaço de tempo que se caracteriza pela produção de violência é a noite. Pela idade, os jovens, rapazes e moças, selecionados para a análise, como já foi assinalado, têm entre 15 e 16 anos; portanto, dependem da autorização dos pais para saírem à noite. Poucos expressaram autonomia para decidir se saem ou não à noite. Nos depoimentos, de 12 conversas, 11 assinalaram que não saem muito à noite por vontade própria ou por impedimento dos pais, devido à violência. Tanto seus pais quanto eles mesmos consideram um perigo sair à noite, que estão expondo suas vidas. Para elucidar essa idéia, citamos a fala de um rapaz que disse: “Sair à noite é querer morrer”. “Se sai à noite e usa roupa nova, o cara vai e assalta”. Afirmam que a noite é mais perigosa, principalmente em ruas escuras. À noite, a escuridão, os fundos, matos, entre outros, são espaços nomeados como propícios para o exercício da violência.

Desse modo, uma das formas de reagir aos perigos²² a que estão expostos por causa da violência, é evitar sair à noite. Tanto jovens quanto adultos o afirmam. Quando o fazem, são precavidos no comportamento. “Não faço nada para ter medo”. Este é o comentário de uma moça que disse ter tido bastantes amigos assassinados, um deles recentemente, dando a entender, nas entrelinhas, que as pessoas são vítimas de assassinato quando têm de responder por atos violentos.

No entanto, quando perguntamos diretamente aos jovens se experimentam medo, afirmaram não ter medo de sair. Em geral, “medo” não é a categoria usada para verbalizar sentimentos de insegurança. Esse sentimento foi apreendido ao identificar os mecanismos de defesa utilizados diante do perigo. Houve quem evocasse o medo como um sentimento derivado, neste contexto, de dívida contraída com alguém que tinha problemas de comportamento; poderia-se interpretar essa posição como “*quem não deve não teme*”. Só uma moça se referiu ao medo, mas foi em relação à sua mãe.

²² Um evento em que a vulnerabilidade à violência aumenta é o carnaval. Dizem que as brigas que desencadeiam em mortes são resultado dos excessos praticados durante esse período. O carnaval é considerado uma situação de risco.

Numa ocasião em que entraram alguns homens em sua casa, querendo pegar o irmão dela, *“minha mãe ficou com medo que estuprassem a gente”*. A análise dos discursos revela que, entre as pessoas perpassa a idéia de que, em alguns casos, as famílias têm medo de vingança devido aos assassinatos cometidos por um dos seus membros.

Ao nos depararmos, durante a pesquisa, com as dificuldades das pessoas para explicitar os sentimentos de medo, optamos por elaborar questões que permitissem nos aproximar desse sentimento, de maneira que, nos relatos de assassinatos, estimulamos as pessoas, nas conversas, a falarem acerca de sentimentos gerados ao se comunicarem com quem cometeu assassinatos.

Observamos que não verbalizam claramente o sentimento despertado ao entrarem em contato com uma pessoa que sabem que cometeu um assassinato. Utilizam expressões diversas para descrever a sensação produzida: receio, falta de segurança, nervos, desastroso. Em poucos casos, houve uma referência explícita ao medo. Afirmam que, nesses encontros, sentem receio, pois não sabem em que momento aquela pessoa pode atacar de novo. De acordo com os discursos, são esporádicos e imprevisíveis os atos de uma pessoa que ultrapassou o limite extremo contra a vida de outra pessoa, levando-a à morte.

Portanto, como disse uma jovem, referindo-se a uma eventual conversa com alguém que matou alguém, *“não tenho medo, mas tenho cuidado”*. A respeito das atitudes e sentimentos despertados em ocasiões de encontro com algozes, são ilustrativas também as falas da jovem que disse ficar nervosa. Afirmo que conversa, mas não se sente segurança. Um senhor comentou o caso em que o sobrinho não chegou a matar, mas estava junto no ato. Logo depois, afirmou: *“peguei medo”*, porque o sobrinho não sabe onde ele tem a cabeça; *“na hora está muito louco, está chapeado, mata a pessoa e nem reconhece”*.

Um informante jovem comentou que, nos encontros com um assassino, fica *“meio desastroso; aquela pessoa pode estar conversando e não fazer nada, mas não sabe a reação da pessoa”*. Este último depoimento é esclarecedor de que um dos fatos que contribuem para aumentar o medo e o

receio é o conhecimento de que essas pessoas assassinas, depois de ingerirem drogas, tornam-se mais perigosas. Para esse informante, “hoje em dia a pessoa que se droga precisa daquilo ali. Não sei se ele é mais perigoso quando está em falta; acho que quando está em falta é mais perigoso”. E assim por diante, os sentimentos de medo ou receio devem da incapacidade da pessoa ter controle sobre os atos da outra, de como ela pode reagir, além do conhecimento de que a outra pessoa consegue ultrapassar os limites no tocante ao respeito à vida do outro.

Subjacente a essas conversas está o medo manifesto ao se sentirem impedidos de cortar a comunicação com os assassinos. Mesmo que não estabeleçam uma relação de amizade com eles, segundo dizem, conversam, pois cortar a comunicação pode servir de preâmbulo a respostas violentas. Assim, uma maneira de se relacionar com essas pessoas que cometem assassinatos, para se proteger, é manter um bom relacionamento. Numa conversa, um senhor disse que, no local em que mora, “tem gente perigosa. O jeito de lidar com esses perigosos é manter um bom relacionamento; tu tens que te dar bem com eles”. Sabem que, com raiva e ódio, uma pessoa que matou pode matar novamente. A estratégia consiste em manter-se em harmonia com essa pessoa.

Já em outra perspectiva, nas relações cotidianas entre pessoas da localidade, mediadas por interesses comerciais, por exemplo, aqueles que cometeram crimes, os envolvidos em violência, recebem tratamento igual aos outros. Por meio das afirmações, percebe-se que, mesmo que eles tenham incorrido em crimes, não são criminosos em todos os acontecimentos da vida. Enfim, o encontro com esses assassinos gera sentimentos ambíguos. A respeito da ambigüidade vivenciada pelas pessoas ao se relacionarem com assassinos, comenta uma senhora que aluga peças em sua casa, que, quando conversa com uma pessoa, o faz sem conhecer seus antecedentes, pois

[...] não está escrito na testa ‘eu sou ladrão’. O bandido, o drogado, para te tratar são umas maravilhas. Eu já botei dentro de minha casa um, chegou pedindo comida, era ex-presidiário, fugitivo. Falou: ‘tia obrigada’. Outra vez aluguei uma peça para um drogado, não era mais de maconha, era de craque. Maconha é o começo e o craque é o fim. Descobri que era viciado em craque depois de cinco meses

que saiu de minha casa, quando achei um cachimbo. Ele me tratava maravilhosamente bem, tia para lá e tia para cá, pagava direitinho.

Quanto à ambigüidade de sentimentos em relação ao assassino, observamos essa ambigüidade quando fazem referência ao sentimento de consideração que produz nos jovens o assassinato de amigos e conhecidos, seja, ou não, validado moralmente esse assassinato. Uma moça disse não estar saindo à noite durante os dias de nossa conversa “em consideração” a um amigo dela assassinado, apesar de ela saber que ele foi morto porque “tinha feito coisa errada”.

Os fatos, até aqui, são concernes a atitudes diante de pessoas conhecidas que praticaram assassinato, atitudes que diferem quando estão diante de um desconhecido. Se, na primeira situação, evocam desconfiança em conhecidos, nesta a desconfiança é em desconhecidos. É o que acontece, por exemplo, com uma senhora que, para se prevenir dos crimes, quando está na rua e alguém se dirige a ela e lhe pede informação, segue seu caminho; não pára, alegando que está com presa. Complementando essa idéia, referimos que um informante assinalou que é preciso orientar os filhos a não receberem coisas de desconhecidos.

Nos apontamentos sobre o assassinato, feitos neste texto, percebemos que, quando a interpretação dos eventos é feita salientando elementos indicadores da crise social, da conjuntura histórica e social no qual se inscreve o sujeito (desemprego, desestruturação da família, crise das instituições, crescimento do tráfico de drogas), a conotação moral dos atos difere. O peso da responsabilidade não recai sobre o sujeito, mas sobre o quadro social em que ele se inscreve, no Estado e nas instituições públicas, enquanto que a censura dos atos de assassinato é maior se a responsabilidade é atribuída apenas ao sujeito. Uma interpretação do fenômeno, à luz das teorias de Wieviorka (2006), indica, como foi apontado no segundo capítulo, que esse fenômeno se deve ao reconhecimento da potencialidade que o sujeito possui de construir-se a si mesmo, de fazer opções e de produzir sua existência. Conforme o autor, a violência é o indício de um sujeito insatisfeito e indignado com sua própria vida. Ele se realiza através da ação, mesmo sendo uma ação de natureza violenta e destrutiva. Induzida, talvez, por uma frustração pessoal,

em situações em que se encontra privada de bens materiais e/ou simbólicos e em que sua identidade social é negada.

Em relação ao assassinato, a Polícia, a Igreja e a família são instituições que evocam princípios morais e, como tais, desempenham o papel de julgar as pessoas que assassinam. Conforme o julgamento, tomam represálias ou dispõem-se a ajudar. Não há unanimidade em cada uma das instituições de como agir. São decisões negociadas, sustentadas em valores morais e regras sociais, específicos para cada instituição.

No que diz respeito à família, embora tenha sido uma questão não muito explorada, conseguimos identificar algumas atitudes delas no caso em que um de seus membros cometeu assassinato. Uma dessas atitudes foi mandar embora da casa a pessoa, deixando-a na rua. Isso ocorre não só por causa de assassinatos, mas também em circunstâncias nas quais as famílias são vítimas de crimes de algum de seus membros. Trata-se, por exemplo, de jovens viciados em droga, que, segundo dizem, “vendem as coisas da própria mãe dentro de casa para comprar droga”. Perante a situação descrita, é comum a família expulsar o algoz de casa.

Outra atitude da família é procurar ajudá-lo, encaminhando-o para atendimento psicológico especializado. E a terceira atitude conhecida é entregá-lo à polícia, geralmente com a intenção de protegê-lo por causa das ameaças de morte.

Tivemos conhecimento de situações nas quais a família, para proteger um de seus membros que praticou um assassinato, o entregou à polícia para evitar assim a vingança por parte da família da vítima. Quer dizer, as famílias de assassinos têm medo de vingança, pois é uma prática cultural arraigada, executada por familiares próximos da vítima (geralmente os irmãos ou primos). Trata-se da vingança de sangue, destinada à preservação da honra da família. Porém, a honra da família, em alguns casos, não é defendida com a morte dos assassinos do parente, visto que, segundo as falas, “quando o cara não é grande coisa, a família não cobra com vingança”.

Com relação à posição das Igrejas, algumas pessoas entrevistadas, como porta-vozes de Igrejas, argumentam que sua Igreja pressupõe que a

salvação está em Deus, pois é Deus quem tem o poder de mudar as pessoas e de ajudar a melhorar a vida. Na fala de uma adolescente, “*só a mão de Deus para ajudar*”. Em outra conversa, um senhor conta que teve a proteção de Deus em momentos em que foi alvo de tiros e não foi atingido.

Os seguidores das Igrejas Evangélicas acreditam na possibilidade de recuperação das pessoas: “todo ser humano tem recuperação, mesmo atrás das grades”. Apontam para situações em que as pessoas largam a droga, apesar das dificuldades que esse processo implica. “*A pessoa bota no caminho, eu já vi*”, afirma uma mulher. Além disso, preconizam valores e regras determinantes para o seguimento de um bom comportamento. O discurso religioso oscila entre o bem e o mal, caracterizando-se o bom comportamento como: trabalhar, estudar, ter casa, ter filhos, isto é, reproduzir a família.

No âmbito da Igreja, algumas pessoas qualificam o envolvimento com drogas como doença e, diante desse fato, quem tem o poder de cura é Deus. Consideram que os envolvidos em tráfico e consumo de drogas devem procurar as Igrejas em busca da ajuda que elas oferecem. Então, por um lado, as Igrejas evangélicas assumem a função de ajudar as pessoas envolvidas, de alguma forma, no negócio das drogas e em outras formas de violência. Por outro, a Igreja Católica dá conselhos e encaminha as pessoas nessas situações para entidades assistenciais especializadas em tratamentos para esses problemas.

Se há os que acreditam no poder de recuperação das Igrejas, há também os céticos em relação ao poder dessas Igrejas. Nessa última posição, colocou-se uma mulher que disse conhecer situações em que “a pessoa, depois de sair da Igreja, volta com tudo de novo; parece que aquilo não foi nada”.

6.5. A VIOLÊNCIA POLICIAL

Dedicamos especial atenção ao assunto da violência policial, não para reforçar denúncias contra policiais, mas visando a contribuir para que esses atores sociais se constituam promotores ativos dos direitos humanos, como

foram em suas origens (SOARES, 2003). É preciso reencontrar o caráter da polícia como instituição democrática, pois, pelos dados empíricos colhidos durante a pesquisa, essas práticas são bastante estendidas e afetam muito a vida dos jovens. As pessoas dos grupos estudados consideram que a polícia deve trabalhar corretamente, só que, em algumas circunstâncias, não o faz: “Muitas vezes a polícia tira a vida das pessoas”.

Com o propósito de esmiuçar os valores simbólicos que dão sustento às práticas de violência policial contra os jovens, estimulamos as pessoas entrevistadas a relatar acontecimentos evocados pela memória coletiva, tendo em conta que a memória coletiva é seletiva, classificatória e não é imutável. Dessa forma, através da narrativa de fatos violentos, visamos a apreender as representações sobre a violência policial, quando os jovens foram vítimas. Além disso, verificamos como a verdade de um fenômeno social é definida pelo significado que os sujeitos – na posição de sujeitos sociais - dão a eventos e atos. Incluímos na análise a violência simbólica, que, ao ser *descoberta*, abre caminho para expressar os sentimentos ocultos dos sujeitos e aumentar o grau de conscientização do problema.

Uma questão geral observada na pesquisa foi que, apesar de ocuparem posições diferentes, vítima e protagonista, partilham do mesmo universo de valores culturais. É o que se observa nos relatos da participação de policiais em atos violentos. Assim, em brigas entre gangues, os policiais entram nos confrontos agindo da mesma forma e com as mesmas regras que as gangues.

No final, matam-se entre si. Outro fato que demonstra que ambos os atores partilham dos mesmos valores é que, se, como verificamos anteriormente, os jovens carentes de recursos, para obterem bens de consumo, cometem crimes, os policiais fazem o mesmo. Eles pegam dinheiro dos adolescentes, os obrigam a lhes dar dinheiro para comprar lanche e pagar as passagens. Também se igualam em valores e práticas quando nas cadeias atuam vendendo drogas: “a polícia faz coisa errada: junto com o ladrão vendem droga na cadeia”.

Ao mesmo tempo, a polícia iguala-se culturalmente às gangues e narcotraficantes no uso da violência como instrumento de poder. Com base nas teorias de Arendt (1994), postulamos que a ação da polícia com violência é

uma estratégia utilizada para responder à falta de poder social que ela detém, que ocorre paralelamente ao crescimento do poder de outros atores sociais, como gangues e traficantes. Diante da perda de poder, a polícia responde com violência²³.

Contudo, valendo-se do poder de coerção, do poder institucional do uso da força, a polícia desenvolve práticas de corrupção e desrespeita os jovens. No concernente ao desrespeito aos jovens, foram diversas as situações enunciadas em que isso acontece. Relatamos algumas delas: os policiais colocam os jovens no paredão, os requisitam, chamando-os de fedorentos; fazem batidas, principalmente nos finais de semana, em lanchonetes, restaurantes e outros locais públicos e agridem os adolescentes. “Sabem quem é bom e quem é ruim e partem para o desrespeito” - afirmou a mãe de adolescentes que presenciam freqüentemente essas situações.

Todos os jovens, independentemente do que tenham feito, são tratados pela polícia como “bandidos”. Os policiais agridem e prendem os que não estão fazendo nada, dizem as pessoas ao se manifestarem sobre o assunto. Se vão de moto, a polícia pára os jovens e os trata como tais. Fazem a ressalva de que esse tratamento como bandidos é mais evidente quando os jovens, pela aparência física, são negros e pobres. Sobre o assunto, a coordenadora do grupo Agente Jovem teve a oportunidade de observar o momento em que os jovens, participantes do programa, foram barrados pela polícia. Percebeu a discriminação de que padecem os jovens. Ela afirmou que os policiais detiveram alguns deles porque são pobres e negros. Foram abordados por nada, só para saber se eram portadores de drogas. Mesmo que não tenham feito nada, os agridem: “partem com violência para cima da gurizada, sendo guris bons, dão soco e batem com cacete”. No entanto, do ponto de vista dos jovens, nos relatos de violência policial contra pessoas da mesma faixa etária, a agressão é legítima apenas em casos em que a pessoa esteja acometendo um crime.

Acerca da arbitrariedade da polícia em suas ações, tivemos também conhecimento no relato de alguns casos em que ela não prende algumas

²³ Arendt (1994) observa que a ineficiência policial, nos Estados Unidos e na Europa, é acompanhada pela violência policial.

peças que cometeram crimes, principalmente homicídios, mesmo que, perante a legislação nacional e a instituição à qual pertencem, seja sua obrigação. Nesses casos, o comportamento da polícia é sustentado em regras sociais e valores culturais amplamente difundidos, segundo os quais, é legítimo matar alguém quando se faz em defesa própria. A polícia também deixa casos por conta da justiça social ou justiça pelas próprias mãos. Não prende o assassino, no caso em que a vítima é qualificada de bandido, pois tem “ficha na polícia”.

A análise dessa posição da polícia corresponde às observações feitas por Michaud (1982, p. 98):

[...] o trabalho da polícia não está necessariamente de acordo com os processos formais de legalidade. O objetivo da polícia é a aplicação eficiente de certas leis e regras e a manutenção da ordem, muito mais do que o respeito integral da legalidade.

Nessas circunstâncias, percebemos a importância em considerar as normas culturais nos processos de socialização bem distantes das normas da sociedade global.

Junto com a arbitrariedade nas ações e os excessos ao aplicar o poder de usar a força, outro argumento utilizado para desqualificar a polícia é mostrar a ineficiência da instituição policial no exercício de suas funções. No grupo de idosos vinculados ao Núcleo Conhecer, entre quem se manifestou em relação ao trabalho policial, percebemos uma crítica negativa à ação policial, ao considerarem o trabalho da polícia lento, na medida em que não age com a rapidez em que ocorrem os acontecimentos, não chega oportunamente quando é procurada. “Se acontece algo, a pessoa chama a polícia, e quando chega é tarde demais” - afirmam. A polícia não oferece segurança, pois não está presente nos espaços públicos em quantidade suficiente que permita evitar os roubos. Aham que o contingente policial é escasso para evitar que eles, idosos do Núcleo Conhecer, autodesignados de “velhos”, sejam alvo de roubos. Uma das informantes destaca que os velhos, por sua condição, precisam de maior proteção que os jovens.

As referências, no grupo dos jovens, ao trabalho policial coincidem com essa idéia de ausência do policial no momento dos acontecimentos, no momento em que acontece muita coisa e eles não dão nem sinal de vida. Consideram que, se estivessem presentes, não ocorreria tanta morte. E quando alguém morre, eles não fazem nada. As pessoas são assaltadas na rua e mortas por falta de vigilância policial que evite esses fatos. Essa falta de polícia faz com que os jovens tenham que carregar armas para se defender. Argumentam que as armas estão presentes somente em situações de violência ligadas ao narcotráfico. Segundo eles, a polícia hierarquiza suas ações, priorizando o narcotráfico.

Por outro lado, ainda que não seja uma posição unânime, pelo contrário, escassas pessoas colocam-se em defesa dos policiais. A valorização sustenta-se no fato de que, em seu trabalho, os policiais correm risco de vida, e a remuneração não corresponde à magnitude do trabalho realizado. Em outras palavras, um profissional que expõe sua vida para defender os outros e o que é dos outros deve receber uma boa remuneração, o que, nesse ponto de vista, não sucede com os policiais de Alvorada.

Assim, ao direcionarmos a atenção para os relatos da ação policial e suas práticas violentas contra jovens (não houve alusão à violência para pessoas de outras faixas etárias), nos remetemos à questão dos direitos humanos: a violação aos direitos humanos por parte dos policiais no exercício de suas funções, atingindo principalmente o setor jovem da população. A interpretação dessa postura é consensual: está voltada para a descrição de um conflito social.

Os dados colhidos na pesquisa confirmam a problemática relativa às práticas dos agentes policiais. Estes, como detentores do poder de exercer a violência e em nome do combate ao crime, cometem bastantes arbitrariedades, violando os direitos humanos. Um amplo número de policiais envolve-se em ações de violência, corrupção, tortura e grupos de extermínio. Atua indiferente aos valores humanos e acaba por produzir a impotência da segurança pública no controle da criminalidade.

Esses fatos levam à corrosão da imagem policial, à sua desmoralização, à descrença nesses profissionais, na instituição à qual pertencem e no Estado

que representam. O exercício da violência como forma de controle social por parte da polícia inscreve-se no âmbito de uma sociedade estratificada, na qual, o crime e os comportamentos marginais, em geral, são utilizados para legitimar políticas sociais que afetam as camadas baixas da população e justificam o desenvolvimento de um Estado disciplinar. O crime é atribuído à falta de disciplina, de autocontrole e controle social. Portanto, para ser evitado, é preciso impor mais controle e marginalizar os sujeitos perigosos.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluir é a parte mais difícil da elaboração de um trabalho desta natureza. Especificamente, considerações finais pressupõem o fechamento de uma série de questões que surgem ao longo do processo da pesquisa teórica e empírica e da análise dos dados. São questões que, no lugar de apontarem idéias conclusivas, abrem um leque de ponderações que insistem para serem aprofundadas. Apontamos, no entanto, a seguir, algumas colocações e considerações com feição de finais.

Em nossa pesquisa, demonstramos a importância de adotar a perspectiva de análise da violência com base no que as pessoas de uma comunidade pensam e de como reagem diante do fenômeno, sem desconhecer, no entanto, fatores externos, de ordem pública, que marcam a estrutura social no âmbito da qual os sujeitos se desenvolvem. Isso nos levou à convicção de que, na análise, não se pode deixar de lado os fatores estruturais que afetam os sujeitos em suas decisões e os situam num plano de vulnerabilidades sociais. Podemos dizer, assim, que este trabalho tem o mérito de esboçar elementos conjunturais da sociedade geral que induzem às práticas de violência nas relações sociais.

Por outro lado, ficou também evidente, ao analisarmos o fenômeno a partir do exame das representações sociais, a importância do sujeito na construção de sua vida, em suas escolhas. Ele não é unicamente determinado por fatores sociais e culturais da sociedade. Influid bastante o posicionamento diante deles. Quer dizer, estamos diante de uma conjuntura social em que o sujeito constrói sua história, à qual ele não pode ficar alheio. Essa situação é compelida pelo fato de as instituições ligadas ao Estado terem cada vez menos possibilidade de suprirem as necessidades do conjunto da população, além das demonstrações do distanciamento crescente entre as esferas públicas e as esferas privadas.

Acresce ainda que os atributos imanentes às definições de comunidade, isto é, a homogeneidade e a tranqüilidade, correm o risco de se perder quando as relações entre os de dentro e os de fora começam a se intensificar.

Portanto, para a comunidade ser preservada (em acordo entre seus integrantes), precisa ser vigiada e defendida. Nesse sentido, “[...] uma fortaleza sitiada, trincheiras e baluartes são os lugares onde os que procuram o aconchego, a simplicidade e a tranqüilidade comunitária, terão que passar a maior parte de seu tempo” (BAUMAN, 2003, p. 19).

Igualmente, está-se desenvolvendo um processo em que os direitos como cidadãos dos indivíduos estão sendo minados progressivamente. Em consequência disso, os indivíduos têm que se valer por si próprios para atingir suas necessidades, desejos e direitos. Tal como foi assinalado nesta Dissertação, na sociedade atual, os indivíduos estão carentes de direitos sociais e humanos, como são os direitos à vida, à liberdade, a serviços de assistência social (saúde, educação), a emprego. Essa privação leva as pessoas, em algumas situações, a agirem com violência, como forma de resolução dessas carências, e/ou a se manterem enclausuradas por sentimentos de impotência: medo e insegurança.

Na questão da territorialidade, somada à sociabilidade, podemos dizer que Alvorada se caracteriza por modelo de sociabilidade com territorialidade marcada pela vulnerabilidade. A cidade é o produto do crescimento urbanístico, e tudo isso influencia diretamente em todas as formas de organização e associações humanas, caracterizando papéis altamente fragmentados.

Então, o ponto central deste trabalho reside na questão da vulnerabilidade junto à territorialidade em Alvorada. A territorialidade é o pano de fundo das ações, é onde está localizada a cidade, onde ocorrem todas as relações sociais transitórias e com fins instrumentais. A pesquisa com os jovens e idosos apontou as evidências que se relacionam diretamente com a territorialidade. Os idosos elucidam a desterritorialização da violência – Alvorada é violenta como qualquer outro local, “*envolve-se com violência quem quer*”. A pesquisa com os jovens apontou outras circunstâncias, eles vivem a territorialidade da violência, estão próximos a ela, estão sempre envolvidos em situações de risco.

Buscar estratégias para combater a violência é a grande questão e incógnita do nosso século. A violência atinge a todos nós, não importa à classe social, a religião, a nacionalidade. A perspectiva do desenvolvimento de ações

como o Agente Jovem, para jovens carentes, representam uma real possibilidade de alteração de um quadro social que, historicamente, tem permitido a manutenção e a ampliação das desigualdades sociais. Da mesma forma o trabalho do núcleo Conhecer que promove a inserção social do idoso.

REFERÊNCIAS

ARANTES, José Tadeu. A indústria do medo. **Le Monde diplomatique**, Brasil. Ano 1 No. 2, setembro de 2007.

ARENDT, Hannah. **Origens do Totalitarismo: Anti-Semitismo, Imperialismo, Totalitarismo**. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

_____. **Sobre a Violência**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

ARISTÓTELES. **A política**. tradução: Roberto Leal Ferreira trad. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

AVRITZER, Leonardo. **Teoria crítica e teoria democrática: do diagnóstico da impossibilidade da democracia ao conceito de esfera pública**. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 53, p. 167-188, mar. 1999.

AVRITZER, Leonardo; COSTA, Sérgio. **Teoria crítica, democracia e esfera pública: concepções e usos na América Latina**. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 47, n. 4, p. 703-728, 2004.

BALESTRERI, Ricardo Brissola. **Direitos Humanos: coisa de polícia**, 3ª. Edição. editora CAPEC, Passo Fundo (RS) 2003.

BAUMAM, Zigmunt. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

_____. **Em Busca da Política**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

_____. **Mal-Estar da Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BECK, Ulrich. Incertezas fabricadas. Em **Sociedade do risco**. O medo na contemporaneidade. IHU ONLINE- Unisinos. São Leopoldo, maio, 2006.

BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott. **Modernização reflexiva: Política**,

_____. **tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo: UNESP, 1997.

BIRMAN, Joel. **Mal-estar na atualidade**: a psicanálise e as novas formas de subjetivação. 5ª. Edição. Rj. Civilização Brasileira, 2005. 304p.

BOBBIO, Norberto. **Igualdad y libertad**. Barcelona: Paidós, 1993.

BOURDIEU, Pierre. **O Ofício de sociólogo: metodologia da pesquisa na sociologia**/ Pierre Bourdieu, Jean Claude Chamboredon; Jean Claude Passeron; tradução Guilherme Joan Freitas Teixeira- Petrópolis, RJ; Vozes, 2004.

CASTEL, Robert. **A insegurança Social – O que é ser protegido?** Editora Vozes 2005 – RJ.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede (A era da informação: economia, sociedade e cultura)**; Volume 1, São Paulo: Editora Paz e Terra, 1999.

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1986-1995. 418 p.

CASTRO, Mary Garcia e ABRAMOVAY, Miriam. **Jovens em situação de pobreza, vulnerabilidades sociais e violências**. Cad. Pesqui. n.116 São Paulo jul. 2002

CHAMPAGNE Patrick et Ali. **Iniciação à prática sociológica** / Tradução De Guilherme João De Freitas Teixeira. Petrópolis. Vozes, 1998.

CONSTANT, Benjamin. **Princípios de política aplicáveis a todos os governos**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2007. 936 p.

COSTA, Maria R.; PIMENTA, Carlos A M. **A violência: natural ou sociocultural?** São Paulo: Paulus, 2006.

DELUMEAU, J. **História do medo no ocidente: 1300-1800, uma cidade sitiada**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

DUBET, François. **As Desigualdades Multiplicadas**. Ijuí: Editora Unijuí, 2003.

DUARTE, Luis Fernando Dias. Ethos privado e justificação religiosa. Negociações da reprodução na sociedade brasileira. HEILBORN, Maria Luiza

(org). IN: **Socialidade, Família e Ethos Religioso**. São Paulo: Garamond Universitária, 2006, p. 137-171.

DUMONT, Rene. **Um mundo intolerável: O liberalismo em questão**. 1a. ed. Rio de Janeiro: Revan, 1989. 240 p.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**: tradução de Raquel Ramallete, Petrópolis, Vozes, 1987.

FROMM, Erich. **O medo à liberdade**. 14. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

GARLAND, David. **La Cultura del Control: crimen y orden social em la sociedad contemporânea** (Traducción: Máximo Sozzo). 1ª.edición, Editorial Gedisa, S.A. Barcelona, España, 2005.

GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade**. 1. ed. São Paulo: UNESP, 1991.

GUARESCHI, Alcides. **Condepro: A região que se assumiu**. Porto Alegre: Aldeia Sul, 2004.

HABERMAS. **Mudança estrutural na esfera pública**. Rio de Janeiro. Tempo Brasileiro, 1984.

HEGEL. **Escritos pedagógicos**. México: Fondo de Cultura Econômica. 1998.

HELLER, Agnes. **Teoría de los sentimientos**. Mexico: Ediciones Coyoacán, 1999. 313 p. (Filosofía y Cultura Contemporânea)

HOBBS, Thomas. **HOBBS** (Coleção Os Pensadores). São Paulo: Nova Cultural, 1999.

JOVCHELOVITCH, Sandra. **Representações sociais e esfera pública: a construção dos espaços simbólicos no Brasil**. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

LIJPHART, Arend. **Modelos de democracia. Desempenho e Padrões de Governo em 36 países**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1936.

LOCKE, John. **Dois Tratados sobre o Governo**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MARTINS, José de Souza. **Exclusão social e a nova desigualdade**. Paulus, São Paulo, 1997.

_____. **O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta**. Editora Hucitec, São Paulo, 1994. 174 p.

MICHAUD, Yves. **A violência**. São Paulo: Editora Ática, 1982.

MILL, John Stuart. **Da liberdade**. São Paulo: IBRASA, 1963. 130 p. (Clássicos da democracia).

NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo. **Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

OLIVEIRA, Luana Pare de. **Presença negra quilombola na região do Passo do Feijó e cercanias**. In: Raízes de Alvorada. Memória, História e Pertencimento. Org. Vera Lúcia Maciel Barroso. EST. Porto Alegre, 2006. p: 82-96.

MATUS, C. Política, **planejamento & governo**. Brasília (DF): IPEA; 1993.

PEREIRA Neto, João Francisco. **Programas de bolsas de estudo [manuscrito] : uma possibilidade de reconhecimento?** João Francisco Pereira Neto. – 2007. 125 f. Dissertação (mestrado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas, 2007.

RIELLA, Alberto. **Violencia y control social: el debilitamento del orden social moderno**. Porto Alegre. PPGS/UFRGS. Revista Sociologias, ano 1, No. 1. 1999, pp: 122-145.

ROLIM, Marcos. **Projeto paz urbana**. Plano de Segurança Pública de Alvorada, reduzindo o crime, a violência e o medo. Trabalho de Consultoria, outubro de 2004.

ROUSSEAU, Jean-Jacques: **Do Contrato Social**. São Paulo: Abril Cultural, 1983, p. 27),

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A crítica da razão indolente: Contra o desperdício da experiência**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SARTRE, Jean Paul. **O existencialismo e um humanismo**. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1987. 191 p.

_____ In.: ROVIGHI, **Sofia Vanni. Historia da filosofia contemporânea**: do século XIX a neoescolástica. São Paulo: Loyola, 1999. 662 p. (Coleção história da filosofia)

SCHAFF, Adam. **O marxismo e o indivíduo**. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

SENNETT, Richard. **A Cultura do Novo Capitalismo**. São Paulo: Record, 2006.

SOARES, Luis Eduardo. Prefácio. In: **Direitos Humanos**: coisa de polícia, (org) BALESTRERI, R.B. 3ª Edição, editora CAPEC, Passo Fundo (RS) 2003).

TAVARES DOS SANTOS, J.V. A violência como dispositivo de excesso de poder. **Sociedade e Estado**: violência. Brasília; UNB, V.10, No. 2, p: 281-298, jul/dez, 1995.

TAYLOR, Charles. **Argumentos filosóficos**. São Paulo: Loyola, 2000. 311 p.

WIEVIORKA, Michel. **Em que mundo viveremos?** Trad. Eva Landa e Fabio Landa- São Paulo, Perspectiva, 2006.

ZALUAR, Alba. Cultura, educação popular e escola pública. Em: **Integração Perversa: pobreza e tráfico de drogas**/ Alba Zaluar – RJ- Editora FGV, 2004.

WIRTH, Louis. **O Urbanismo como Modo de Vida**. In: VELHO, Otávio G. (org.) O Fenômeno Urbano. Ed. Guanabara, Rio de Janeiro, 1987.

APÊNDICE – ROTEIRO DE ENTREVISTA

1. Tu freqüentas o grupo por questão de segurança, o que acha do grupo?
2. Alvorada é um lugar perigoso, acha Alvorada um lugar violento?
3. Já teve casos de violência em sua família?
4. Tu já presenciou algum caso de violência? (se sim, quando?)
5. O que tu achas da polícia?
6. Tu freqüentas a Igreja, qual? Que faz a Igreja com as pessoas que praticam violência? Ela ajuda?
7. O que é a violência pra ti?
8. Eu soube que morre muita gente de maneira violenta, em que casos você acha certo e em quais não?
9. O que leva um jovem a quer matar outro?
10. Tu tens medo de conversar com uma pessoa que você sabe que matou a outra?
(quando responde sim) você não se importa de falar com ela?
11. As famílias dos jovens que matam alguém, o que fazem com eles, como os repreendem, os mandam embora de casa?
12. Tu tens amigos, parentes ou conhecidos presos por assassinato? Os visita? Corta a relação?
13. As igrejas repreendem os que assassinam, o que fazem? Ajudam?
14. E a policia que faz quando pega uma pessoa que assassina outra?

Para as coordenadoras dos projetos:

Quais são os critérios de escolha dos jovens e idosos em cada um dos projetos?

O que você tu tens a contar sobre a violência em Alvorada (suas impressões pessoais)?

